

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS (Ciamb)
Linha de pesquisa: Conservação, Desenvolvimento e Sociedade



NATUREZA E (RE)PRODUÇÃO
Sustentabilidade em assentamentos rurais goianos

MARIA APARECIDA DANIEL DA SILVA

Goiânia, 2006

MARIA APARECIDA DANIEL DA SILVA

NATUREZA E (RE)PRODUÇÃO
Sustentabilidade em assentamentos rurais goianos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em **Ciências Ambientais** como um dos requisitos
para obtenção do título de doutora em Ciências
Ambientais.

Área de concentração: Estrutura e Dinâmica
Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Miziara.

UNIVERSIDAD FEDERAL DE GOIÁS

Goiânia, 2006

MARIA APARECIDA DANIEL DA SILVA

NATUREZA E (RE)PRODUÇÃO

Sustentabilidade em assentamentos rurais goianos

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (Ciamb) da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Doutora, aprovada em _____ de 2006, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Fausto Miziara – UFG
Presidente da Banca

Prof. Dr. Danilo Nolasco C. Marinho – UNB

Profa. Dra. Maria Stela Grossi Porto – UNB

Prof. Dr. Barsanufio Gomides Borges – UFG

Prof. Dr. Leandro Gonçalves Oliveira – UFG

As minhas queridas irmãs Marta, Helena e Maria José (Zeza), companheiras amáveis e batalhadoras; e a minha *mãe pequena*, Dona Benedita, mulher de fé e coragem.

a roça do cerrado ficou pronta levantou-se paralela ao córrego deixando no centro da ilha de fundo o bloco de construções e o rancho – justamente a estas alturas é que o terreno toma assento em planuras mecanizáveis – daí ergueram-se leirões sobre leirões indo esbarrar no mato de fora a fora onde a derrubada abriu uma página de sua derrota sob a gula do machado e da foice endoidecidos na continuidade do ganho exagerado

Sebastião Arantes

Agradecimentos

Primeiramente ao Criador de tudo o que existe, do visível ao invisível, do micro ao macro universo. Que Ele nos dê a graça e a força de, um dia, chegar à perfeição.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Fausto Miziara, pelo seu trabalho de orientação, sem o qual eu não faria esta pesquisa, especialmente, pela sua paciência e compressão nos meus momentos de extremo cansaço.

Aos agricultores assentados dos Projetos de Assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança por me permitirem a realização da pesquisa, adentrando suas vidas, suas experiências, seus saberes, sobretudo às famílias de Divina e Sr. Onaldo, Dona Neusa e Sr. Antônio, que me hospedaram por tantas vezes e por tantos dias, dando-me o alimento e uma cama para o repouso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes), que garantiu o aporte financeiro necessário para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Leandro Gonçalves Oliveira, pelo eficiente trabalho de coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (Ciamb), por dois mandatos.

Ao advogado Dr. Roberto Élito dos Reis Guimarães, do Setor de Regularização Ambiental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pelo apoio e disposição de documentos importantes para esta pesquisa.

Ao Geraldo Lopes da Silva do Incra SR-04/GO – Setor de Cartografia – por me ceder os mapas (digitalizados) que ilustram este trabalho, além de prestar outras valiosas informações sobre os assentamentos do estado de Goiás, utilizadas nesta pesquisa.

À Profa. Maria Conceição Silva, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás (FCHF/UFG), pela sua disponibilidade em me ajudar no trabalho de organização das tabelas. A ela, meu enorme carinho.

À Profa. Armênia Maria de Souza (FCHF/UFG), por me acolher por tantas vezes em sua casa, oferecendo-me os melhores agrados, dentre eles, o almoço e o cafezinho deliciosos!!

Aos colegas de curso Teresa Cristina Anacleto e Eurípedes Bill, pela enorme colaboração no tratamento dos mapas digitalizados e outros, como os gráficos e as fotos.

Às queridas Lorena Dall'Ara, Flávia Melo, Teresa Cristina Anacleto, Jane Eyre, Ieda Rubens Costa, pelo apoio e ajuda que me deram, de diversas maneiras, durante todo o curso.

À Neusinha, por me acompanhar em algumas das viagens para pesquisa no Assentamento Boa Esperança. Grata pela companhia e pela força positiva.

A meu marido Jadir Pessoa, folião de Santos Reis, amante da ciência, da literatura, e da cultura popular, pelo incentivo aos estudos, desde o curso de graduação, e por ter me ensinado, dentre outras coisas, o caminho da retidão.

A minha família, especialmente minha mãe, minhas irmãs, e meu cunhado Wataru (*olhinho raso*) pelo amor, pelo carinho e apoio nessa árdua tarefa.

Aos meus amigos, Bariani Ortêncio e Ana Silva Ortêncio (Dona Leusa), meus segundos pais, por me acolherem e me darem aconchego durante as visitas de fins de semana.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
RESUMO	12
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	22
1.1 O surgimento dos projetos de assentamento	26
1.2 Os sem-terra e os mediadores	30
1.3 Ocupação e resistência	33
1.4 Os primeiros assentamentos do estado de Goiás	35
1.5 O problema	38
1.6 A situação ambiental dos assentamentos de reforma agrária em Goiás	41
1.7 Procedimentos metodológicos	45
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	51
2.1 A teoria da prática	52
2.2 Identificando o agricultor familiar	59
2.3 A relação do agricultor familiar com a natureza	65
2.4 A herança histórico-cultural do agricultor familiar goiano	72
CAPÍTULO 3 – SUSTENTABILIDADE E (RE)PRODUÇÃO FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RANCHO GRANDE E BOA ESPERANÇA	84
3.1 Breve histórico, localização e caracterização dos PAs	85
3.1.1 O PA Rancho Grande	85
3.1.2 O PA Boa Esperança	89
3.2 A divisão das terras em parcelas	92
3.3 Os aspectos sociais dos parceleiros	95
3.4 Trajetória dos assentados	104
3.5 Organização sócio-política dos agricultores	112
3.6 A produção agrícola nos PAs	118

3.7	Recursos utilizados na produção	126
3.8	Técnicas agropecuárias, utilização de agroquímicos	133
3.9	Dados econômicos	135
3.9.1	Conforto e bens de consumo	139
CAPÍTULO 4 –	<i>HABITUS</i> E NATUREZA NOS ASSENTAMENTOS	142
4.1	A percepção da natureza dos assentados	143
4.2	A relação dos assentados com a natureza	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS		178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		184
ANEXOS		189

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Números de assentamentos por década no estado de Goiás	36
Ilustração 2	Situação das áreas de reserva legal dos PAs	42
Ilustração 3	Situação das áreas de preservação permanente	43
Ilustração 4	Mapa do estado de Goiás, com a localização das microrregiões em que estão situados os assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança	44
Ilustração 5	Datas de defesa dos trabalhos acadêmicos, envolvendo assentamentos rurais em Goiás	45
Ilustração 6	Elementos componentes do campo social	55
Ilustração 7	Fluxograma representativo da teoria da prática	56
Ilustração 8	Mapa da microrregião Rio Vermelho, em que se encontra o PA Rancho Grande	86
Ilustração 9	Mapa da microrregião Meia Ponte, em que está situado o PA Boa Esperança	89
Ilustração 10	Mapa do Assentamento Rancho Grande, dividido em parcelas e um núcleo comunitário	93
Ilustração 11	Divisão do PA Boa Esperança, com uma parcela de uso comum e Área de Reserva Legal	95
Ilustração 12	Idade dos filhos que moram na propriedade	100
Ilustração 13	Placa original indicando proibição de venda de parcela, da caça e da pesca	106

Ilustração 14	Placa adulterada disfarçando a proibição da venda de parcelas, da caça e da pesca	107
Ilustração 15	Drenagem de um brejo no PA Boa Esperança (setembro de 2004)	148
Ilustração 16	Remanescente de uma das carvoarias instaladas no PA Boa Esperança (maio de 2004)	155
Ilustração 17	Desmatamento de mata ciliar do Rio Piracanjuba, no PA Boa Esperança (set/2004)	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Identificação dos chefes de família	96
Tabela 2	Estado conjugal dos parceiros	97
Tabela 3	Número de filhos por família, em cada lote	98
Tabela 4	Número de filhos que residem com a família no lote	99
Tabela 5	Grau de instrução dos parceiros entrevistados	102
Tabela 6	Forma de aquisição do lote e procedência dos parceiros	108
Tabela 7	Ocupação profissional antes de tornar-se parceiro	110
Tabela 8	Filiação do parceiro à associação do PA, a sindicato e/ou partido político	114
Tabela 9	Produção agrícola e animais criados nos PAs	119
Tabela 10	Utilização da terra nos assentamentos pesquisados pela Fetaeg	120
Tabela 11	Utilização da terra no Boa Esperança, pesquisada pela Fetaeg	122
Tabela 12	Média de animais por produtor	123
Tabela 13	Produtos comercializados pelos parceiros	125
Tabela 14	Como e onde os parceiros vendem os produtos	126
Tabela 15	Equipamentos que possuem e utilizam na produção nos PAs	127
Tabela 16	Emprego de tração animal, emprego de mão-de-obra externa e formas de pagamento, participação em mutirões	130
Tabela 17	Com quem os parceiros aprenderam as técnicas que utilizam para plantar e criar	133
Tabela 18	Utilização de insumos, combates às pragas, cuidados com o solo e o rebanho	135
Tabela 19	Renda bruta e principais fontes de receita	137
Tabela 20	Bens de consumo dos parceiros	140
Tabela 21	Fontes de financiamento e aplicação da verba nos PAs	141
Tabela 22	Os elementos que compõem a natureza, segundo o entendimento do entrevistado	144
Tabela 23	Para que servem as águas dos rios e dos córregos	146
Tabela 24	As razões mais importantes para a preservação da natureza, de acordo com o entendimento do parceiro	149
Tabela 25	O que o desmatamento pode causar ao meio ambiente	150

Tabela 26	O que o assentado faria se recebesse um lote e não pudesse desmatar	152
Tabela 27	Se para o parceleiro existe área de cerrado em sua parcela e como pode ser utilizada	158
Tabela 28	Se a maneira de produzir dos parceleiros prejudica a natureza	160
Tabela 29	Na opinião do parceleiro, se a natureza está sendo destruída e por qual motivo	162
Tabela 30	Hábitos cotidianos dos parceleiros	165
Tabela 31	Destinação do lixo e poluição	169
Tabela 32	Percepção da relação entre os produtores externos ao assentamento e a natureza	172
Tabela 33	Cuidados dos parceleiros com a natureza	173

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ARL	Área de Reserva Legal
Cang	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Contag	Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
Ibama	Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibrace	Instituto Brasil Central (Goiânia)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ifas	Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa da Paz (Goiânia)
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAs	Projetos de Assentamentos
PDS	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Procera	Programa Nacional de Crédito para a Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RFL	Reserva Florestal Legal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar as condições sociais, econômicas e produtivas de assentados rurais goianos, buscando identificar a sua sustentabilidade, ou seja, sua capacidade de garantir a reprodução do grupo doméstico a longo prazo, até mesmo das novas gerações. Tendo como referencial teórico a teoria da prática, de Pierre Bourdieu, procurou-se identificar como os produtores estabelecem suas práticas produtivas. A pesquisa aborda dois assentamentos goianos – Boa Esperança, no município de Piracanjuba, e Rancho Grande, no município de Goiás, e se desenvolveu por meio de documentação em arquivos, de entrevistas e questionários, e de observação direta das formas de produção nos assentamentos. Em linhas gerais, apontou um horizonte pouco promissor em termos de sustentabilidade, em virtude, sobretudo, do pouco estoque de terras e de mão-de-obra, ao *habitus* produtivo e à descapitalização desses agricultores.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Assentamentos rurais; Agricultura familiar.

ABSTRACT

The goal of this research was to evaluate the social, economical and productive conditions of rural settlements in the state of Goiás in order to identify their sustainability, i.e., their capacity to guarantee the reproduction of the domestic group in long term, including the new generations. Based on Pierre Bourdieu's Theory of Practice we tried to identify how the producers establish their productive practices. The research was conducted in two settlements: Boa Esperança, in the town of Piracanjuba and Rancho Grande, in the town of Goiás. It was done through documentation in archives, interviews, questionnaires, and direct observation of the means of production in the settlements. In general lines the research showed a little promising horizon in terms of sustainability, due mainly to the small stock of land and workforce, the productive *habitus* and the de-capitalization of these settlers.

Key-Words: Sustainability; Rural settlements; Family farming production.

INTRODUÇÃO

Desde o período sesmarial, em linhas gerais, o estado de Goiás reproduz as conjunturas econômico-produtivas do conjunto da federação. A lógica latifundiária da concessão de terras em sesmarias às famílias que tivessem condições de produzir o que era requerido em Portugal teve plena incidência nessa província. Findo o regime sesmarial, vigorou livre e absoluto o regime do apossamento de terras. O período de 1822 a 1850 ficou consagrado pela história como o período das ocupações livres. Esse intervalo de tempo foi de total vacância no tocante à legislação agrária, possibilitando amplo apossamento das terras ainda não-tituladas. Embora esse período de vacância legislativa tenha aberto a todos a possibilidade de apossar-se de terras, os mais abastados, por possuírem a mão-de-obra escrava e/ou milícias de jagunços, tiveram ainda maiores condições de ampliar seus domínios fundiários. Pelo caminho das bandeiras e da exploração do curto ciclo goiano do ouro, há registros de intensos apossamentos em Goiás nesse período, especialmente de famílias provenientes de Minas Gerais e de São Paulo (SILVA, 2000).

Em 1850, foi instituída pelo Império a Lei nº 601, que ficou conhecida como a Lei de Terras. Dentre outras medidas, destaca-se nessa retomada da legislação agrária no país, a legitimação das posses ocorridas até então e a definição de compra e de herança como únicos mecanismos possíveis para o acesso à propriedade da terra. A legitimação das posses teve que ser ratificada pelo Registro Paroquial das Terras, a partir de 1854, por força do Decreto Imperial nº 1.318. A aquisição de novas terras passou posteriormente pela obrigação do adquirente em relação às custas de medição e de titulação. No entanto, o apossamento continuou vigente em toda a segunda metade do século XIX, às margens da nova legislação. Com a Constituição Republicana, em 1891, as terras devolutas passaram para o controle das unidades da federação, na oficialidade jurídica, pondo fim aos termos da Lei nº 601. Na prática, entretanto, seu espírito continua norteando a constituição da posse agrária até os dias atuais, ou seja, a

sociedade brasileira continua considerando apenas a herança e a compra como formas legítimas de acesso à propriedade da terra (SILVA, 2000).

Esse foi o estudo realizado pela pesquisadora no Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, na Universidade Federal de Goiás (SILVA, 2000), que teve como fonte principal os 45 livros do Registro Paroquial das Terras em Goiás. A pesquisa empreendida tinha por objetivo realizar uma espécie de arqueologia do processo de latifundização que sempre constituiu a base da organização da produção agropecuária em Goiás. Buscou-se realizar tal estudo, pois, desde o início dos estudos em ciências sociais, a pesquisadora procurou acompanhar a trajetória dos trabalhadores rurais que, ao perderem seu pedaço de chão, migraram para as cidades em busca de alternativas de sobrevivência. Sem a posse da terra, sem muitas armas para enfrentar o latifúndio, sem assistência das sucessivas representações no estado e sem meios adequados para produzir, os agricultores familiares vêm organizando-se na luta pela terra e por melhores condições de nela produzirem.

Consultando os analistas desse processo de organização dos trabalhadores rurais, verificados especialmente entre sociólogos, historiadores, antropólogos e geógrafos, conclui-se que, em cada conjuntura político-econômica, os trabalhadores rurais imprimiram a forma de resistência que lhes era possível, do messianismo e do cangaço antes dos anos 1950, passando pelas Ligas Camponesas e pelo sindicalismo rural nos anos 1950 e início dos anos 1960, chegando às ocupações de terras ociosas a partir do final dos anos 1970 (MARTINS, 1983). Novamente constata-se que, em Goiás, todo esse percurso se reproduziu, embora se trate de uma unidade da federação que registra um processo tardio de ocupação populacional e econômica, desencadeado efetivamente com chegada da estrada de ferro em Goiás, já na segunda década do século XX (BORGES, 1990). Antes do golpe militar de 1964, eram registradas mais de três dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais neste estado, e, em meados dos anos 1980, as ocupações de fazendas já eram também realidade em Goiás.

Em janeiro de 1986, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já contava com uma coordenação, sediada em Goiânia, e em agosto do mesmo ano, o Assentamento Mosquito já era celebrado como o primeiro registro do gênero no território goiano (PESSOA, 1999). Os acontecimentos históricos e as pesquisas

acadêmicas demonstram que a biografia dos atores sociais nelas envolvidos compreende uma contínua itinerância, ocupando regiões de fronteira, uma após outra, em um processo histórico-produtivo que tem sido muito mais favorável às grandes produções monocultoras, ao latifúndio e à especulação imobiliária rural.

Chegando à condição de assentados rurais, esses agricultores familiares viram sobre seus ombros uma dupla responsabilidade: a produção de alimentos e de condições básicas de moradia e de saúde, capazes de assegurar a permanência do grupo familiar longe do aluguel e das condições subhumanas vividas na periferia da cidade; no âmbito externo, a necessidade de demonstrar aos mediadores, ao Estado, ao comércio da região, enfim, a toda a sociedade envolvente, mais que a capacidade de suprimento das carências alimentares do grupo familiar – a capacidade de geração de renda. Em cada novo assentamento instalado, seus componentes sabiam que estava em jogo não apenas a reorganização da sobrevivência familiar, mas também, e sobretudo, a viabilidade da reforma agrária. Tratou-se da sobrevivência não apenas de uma família ou das famílias daquele determinado assentamento, mas de milhares de famílias em outros tantos assentamentos existentes e ainda por serem constituídos.

A literatura sobre esse percurso histórico, já de duas décadas, tanto no âmbito dos agentes mediadores quanto no âmbito acadêmico, mostra que, nessas duas dimensões de exigências entre as quais se viram os assentados, houve significativas conquistas. Parte das famílias que deles fazem parte conseguiu demonstrar uma reorganização da capacidade produtiva, que resultou em melhorias de moradia, de consumo alimentar e até nos níveis de consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos, equipamentos de comunicação (telefones celulares, antenas parabólicas) e equipamentos de locomoção (motocicletas e carros). Para tanto, as culturas tradicionais da região, como arroz, milho e feijão, foram substituídas pelo plantio de banana, maracujá, hortaliças, mandioca e, especialmente, pela formação de pastagens. Em muitos casos, essas medidas ocorreram de forma assistida em projetos coletivos, tanto de cultivo como de criatório de porcos, frangos, peixes. Entretanto, como se verá ao longo do presente trabalho, esse percurso produtivo comporta também importantes contradições: os trabalhadores não contam com uma política agrícola regular e muitos desistem do trabalho na parcela, às vezes, depois de terem feito a

extração de recursos comercializáveis, como a madeira. A condução dos mediadores nem sempre é assimilada como desejam os trabalhadores.

Essas contradições, especialmente no âmbito da organização política e produtiva, já têm sido objeto de importantes análises, como também se verá neste trabalho. Faltava uma análise mais detida, particularizando as ações concretas dos assentados em um determinado espaço produtivo, dando conta da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental dos agricultores assentados, ou seja, um estudo sistemático das condições de continuidade, de reprodução econômica e social do grupo familiar e, ao mesmo tempo, das condições ou da capacidade de reprodução dos recursos naturais como terra, água, vegetação, animais. Este é, então, o problema levantado pela pesquisa *Natureza e (re)produção: Sustentabilidade em assentamentos rurais goianos*. Tanto a produção dos componentes necessários à sobrevivência, sobretudo alimentar, do grupo familiar, quanto a capacidade de geração de renda (os dois níveis de exigências impostos aos assentados), dependem da continuidade ou da reprodução das condições naturais de produção. Procura-se analisar nesta tese se o modelo produtivo vivenciado pelos assentados rurais goianos apresenta ou não essa dupla perspectiva organizacional e produtiva.

Como se tentou deixar claro, esta é a ligação entre a pesquisa realizada para o curso de mestrado e a que agora se consubstancia nesta tese de doutorado. Dizendo de forma mais abrangente, este é o percurso que foi feito, do embasamento sociológico e historiográfico (graduação e mestrado) para uma compreensão dos efeitos ambientais das ações produtivas desses trabalhadores assentados, em um difícil mas fecundo diálogo com as ciências naturais.

O método empregado na estruturação da pesquisa e no tratamento dos dados busca contemplar a interação entre as diferentes áreas do conhecimento, já que o ambiente acadêmico em que ela foi gestada e desenvolvida é o de um doutorado multidisciplinar. Inicialmente partiu-se do pressuposto de que se deviam contemplar os dois campos distintos de conhecimento, ciências do social e ciências da natureza, cada qual com seus próprios métodos.

No âmbito das ciências sociais, a primeira opção foi trabalhar com o modelo da dialética, já que os fatos sociais que dão origem aos assentamentos rurais,

às ocupações de fazendas, são de conflitos em torno da posse e de relações econômicas, no processo de organização da produção. Um segundo pressuposto é o de que, tanto no momento da ocupação quanto no desenvolvimento do assentamento, há vários sujeitos procurando cada um fazer valer seus próprios interesses. Por isso, evitando realizar uma análise embasada no marxismo estruturalista, que convergiria o olhar para as relações entre fazendeiros e trabalhadores, optou-se por trabalhar com a teoria da prática, de Pierre Bourdieu (1983), especialmente no tocante aos conceitos de *campo* e *habitus*.

O primeiro conceito (*campo*) caracteriza o espaço relacional, conflitivo, em que está em jogo a melhor representação dos respectivos interesses. Cada agente, procurando conquistar maior capacidade de força no interior do *campo*, garante a sua dinâmica – as posições de dominante e de dominado em uma conjuntura podem não se configurar da mesma forma na conjuntura seguinte. O segundo conceito (*habitus*) caracteriza *predisposições adquiridas* nos vários espaços de socialização dos sujeitos, tais como família, vizinhança, escola, religião, ambiente de trabalho e outros. O *habitus* pode modificar-se à medida que incorpora outras experiências de vida, mas ele é tendencialmente conservador, ou seja, não se eliminam facilmente conhecimentos e costumes adquiridos anteriormente (BOURDIEU, 1983).

A convicção é a de que todo o percurso pessoal e coletivo vivido pelos trabalhadores rurais em situação de assentamento – da experiência de trabalhador sem terra, passando pela ocupação e chegando à fase de organização da produção no próprio lote – pode ser bem interpretado à luz do *conhecimento praxiológico* de Pierre Bourdieu (1983; 1989).

No âmbito das ciências da natureza, a opção de perspectiva de análise recaiu sobre o conceito *sustentabilidade*, indagando se há ou não sustentabilidade na prática produtiva dos produtores familiares em situação de assentamento. Significa verificar a capacidade de reprodução dessas famílias, a longo prazo, nas suas práticas culturais, sociais e econômicas. Nessa perspectiva, a questão ambiental assume lugar de destaque, uma vez que a relação com a natureza é que suporta a reprodução do ator social. Em suma, em uma fecunda complementaridade entre conhecimento sociológico e conhecimento produzido pelas ciências naturais, a pesquisa se realizou com o

interesse em saber se a prática produtiva dos agricultores assentados está ou não direcionada para a sustentabilidade – possibilitando ou não sua autonomia sócio-econômica e reprodutiva, bem como respeitando a capacidade reprodutiva das águas, da fauna e da flora.

Quanto à metodologia – definição das formas de desenvolvimento da pesquisa – uma primeira definição, de caráter mais amplo, surgiu pela necessidade de trabalhar em uma interface entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Havia fatores para cuja compreensão se fazia necessária uma perspectiva mais demonstrativa, daí o exercício feito visando a constituição de um conjunto de dados quantitativos que possibilitassem cálculos estatísticos e comparações com outras pesquisas. Também havia fatores e situações diante dos quais a indagação científica deve ser também compreensiva e não apenas interpretativa. Em outras palavras, sem abdicar da tarefa de interpretar e analisar os fatos sociais e naturais, procurou-se indagar dos próprios sujeitos pesquisados as razões e os sentidos dos modos como conduzem suas práticas.

Em resumo, a pesquisa iniciou-se por um embasamento bibliográfico, que possibilitasse um conhecimento teórico capaz de analisar com a maior segurança possível o objeto escolhido; prosseguiu com um trabalho documental junto aos agentes mediadores – especialmente Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores do Estado de Goiás (Fetaeg) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – procurando conhecer a realidade organizativa e produtiva dos assentamentos rurais; e se encerrou com a realização de entrevistas e aplicação de questionários.

Uma segunda definição, de caráter mais prático ou operacional, relacionou-se ao local de realização da pesquisa. De acordo com a Superintendência Regional do Incra – SR-04/GO – havia, em 23 de junho de 2003, 160¹ projetos de assentamentos no estado de Goiás, abrigando 7.871 famílias, em uma área total de 428.032,3309 hectares (ha). Com essa grande quantidade de assentamentos, forçosamente o estudo devia restringir-se a algumas poucas unidades. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória, incluindo dados coletados e observação direta, em dez assentamentos:

¹ Atualmente esse número é de 193 projetos de assentamento (PA) (posição em 8 de dezembro de 2005), abrigando 8.567 famílias, em uma área total de 514.212,1397 hectares (ha) – Incra - SR-04/GO.

Mosquito, São João da Lavrinha, São Carlos e Rancho Grande, no município de Goiás; Boa Esperança, no município de Piracanjuba, São Bento, no município de Heitorai; e Chê (Fazenda Santa Rosa); Carlos Mariguela, no município de Itaberaí e Canudos, no município de Palmeiras; e São Domingos, no município de Morrinhos.

A pesquisa exploratória revelou a necessidade de uma delimitação ainda maior, para que, no prazo de que se dispunha para a realização do estudo, uma quantidade de dados representativos pudesse apresentar-se para a análise. Decidiu-se então tomar como amostra dois assentamentos, com a convicção de que deveriam conjugar duas variáveis: serem de microrregiões geográficas diferentes e terem contado com a atuação de agentes mediadores também distintos, nas fases de constituição e desenvolvimento. Por preencherem esses dois requisitos, a escolha recaiu sobre o Assentamento Rancho Grande e o Assentamento Boa Esperança.

Inicialmente, foi feita a aplicação do questionário (anexo 2), em caráter censitário, dificultado apenas, em alguns pouquíssimos casos, pelo fato de o titular estar doente ou não residir no lote, deixando lá apenas um encarregado. Foram aplicados 47 questionários em Boa Esperança, que é constituído de 53 parcelas, e 18 no Rancho Grande, que é formado por 21 famílias. Em seguida, foram realizadas entrevistas por amostragem, com roteiro pré-estabelecido e unificado (anexo 3). No Assentamento Boa Esperança, foram entrevistados 8 chefes de unidades ou lotes e no Assentamento Rancho Grande foram realizadas 6 entrevistas. Ao transcrever as entrevistas, optou-se por numerá-las para preservar o nome e a identidade dos depoentes. Enquanto era realizado o trabalho mais formal, de entrevistas e questionários, eram feitas também observações e anotações, bem como registros fotográficos sobre os procedimentos produtivos adotados, tais como: manutenção de matas ciliares, utilização de queimadas, tratamento do lixo doméstico e de recipientes de produtos químicos.

Por fim, tendo abordado apenas dois assentamentos, em um universo de 193, achou-se por bem confrontar, em algumas variáveis, os dados da pesquisa com os dados de um outro estudo empreendido pela Fetaeg em 2004 e tabulados em 2005 pelo Prof. Fausto Miziara, embora tal material ainda não tenha sido publicado. Esse

confronto, como se verá ao longo do texto, permitiu o esclarecimento de alguns pontos e em outros, acabou por confirmar os dados desta pesquisa.

Findo o trabalho de coleta geral de dados, ocorreu a fase de tratamento e análise dos dados, em uma interação constante com o orientador. Ao mesmo tempo, já se dava andamento à redação dos capítulos, à medida que um conjunto de dados já estava suficientemente analisado. Como se verá a seguir, o texto foi concebido em quatro capítulos, indo da constituição do objeto à conclusão possibilitada pela análise dos dados obtidos na pesquisa.

O primeiro capítulo tem como título – A construção do objeto de estudo –, adotando-se a concepção de Bourdieu (1989), segundo a qual um objeto de pesquisa não existe pronta e simplesmente, em uma prateleira, à disposição dos interessados. Ele deve ser construído em cada caso que se objetiva pesquisar. Assim, nesse primeiro capítulo, buscou-se reconstituir o contexto histórico de surgimento do conceito *sustentabilidade*, bem como o seu desenvolvimento em eventos e publicações científicas. O capítulo dedica-se também a uma análise da questão agrária em Goiás, ambiente conflitivo em que se deu a constituição dos assentamentos rurais, dentre os quais, os selecionados para a pesquisa.

O segundo capítulo, denominado – Rerefencial teórico-metodológico –, completa a fundamentação teórica desta tese, em duas perspectivas básicas: uma explicação sobre *campo*, *habitus* e demais conceitos fundamentais a uma compreensão da teoria da prática de Bourdieu; e uma caracterização teórica do agricultor familiar, especialmente em situação de assentamento.

O *campo* é uma situação concorrencial, na qual os diversos agentes disputam a possibilidade de melhor representação dos respectivos interesses. No interior desse campo mais amplo, a questão agrária, os assentados são assinalados como um dos agentes coletivos. Quando se visualiza em um agente a mesma situação relacional do campo, pode-se dizer então que esse agente é um *subcampo* ou um outro campo no interior do campo maior. Neste trabalho, considerou-se, que no interior do conjunto dos assentados, existem diversos agentes, expressando diferentes compreensões do processo de que fazem parte, e cada um desenvolvendo estratégias de ação que melhor condizem com essas mesmas concepções, buscando imprimir

maior capacidade de influência no interior do campo. Nas várias dimensões da organização política e produtiva dos assentados, aparecem os conhecimentos e costumes aprendidos, internalizados, que tendem sempre a ter uma longa duração.

No esforço de caracterização do agricultor familiar, são tratadas as várias tipificações conhecidas, como as de camponês, sitiante, agregado, arrendatário e outras, tanto entre historiadores e sociólogos, quanto nas ações e discursos dos agentes mediadores, sejam eles governamentais ou não.

Nos dois capítulos restantes, concentra-se a análise nos dados propriamente dita, no entanto, o conteúdo dos dois capítulos anteriores são retomados a todo momento, em um diálogo constante entre a fundamentação teórica e os dados obtidos, segundo as variáveis escolhidas.

No terceiro capítulo, que foi denominado – Sustentabilidade e (re)produção familiar nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança –, a análise concentra-se nos dados sociais, produtivos, econômicos e ambientais, buscando verificar se as condições de vida e produção dos parceiros são sustentáveis.

No quarto capítulo, intitulado – *Habitus* e natureza nos assentamentos –, busca-se trabalhar dados que mostram a interpretação que o assentado tem de natureza, com o desdobramento dos modos pelos quais ele se relaciona com ela. Esta análise realiza-se em duas perspectivas: a percepção da natureza pelo agricultor familiar em situação de assentamento, e sua relação com o meio natural em que vive.

Por último, como se pode ver nas Considerações finais, com o instrumental teórico-metodológico utilizado e a análise do material que foi possível obter no formato de pesquisa realizado, os indicadores de sustentabilidade presentes no *locus* sócio-ambiental, que são os assentamentos rurais, não são muito animadores. Suas condições objetivas de produção – quantidade de terra e de mão-de-obra disponíveis, descapitalização, dificuldade de incorporação de novas técnicas, especialmente quanto à recuperação de solos – acabam determinando uma relação com a natureza aquém dos objetivos que os agentes mediadores e eles próprios almejam, a de um encaminhamento organizacional e produtivo conjugado com o respeito às condições de reprodução da natureza.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Construir um objeto científico é, antes de mais nada e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros.

Pierre Bourdieu

Em ciências sociais, a construção do objeto assume uma particular relevância. Mais do que o objeto *per se*, contam os critérios para sua seleção, os procedimentos metodológicos adequados e sua análise, com base em modelos teóricos consistentes, conta, na realidade, a construção do objeto (BOURDIEU, 1989). Com essa compreensão, iniciou-se a construção do objeto de pesquisa, utilizando estudos e conceitos desenvolvidos pelas ciências naturais e sociais, com o objetivo de discutir a sustentabilidade em assentamentos rurais.

O conceito de desenvolvimento sustentável empregado e o paradigma da sustentabilidade foram veiculados inicialmente por meio do documento *Our common future*, preparado em meados da década de 1980 pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), chefiada por Gro Brundtland. No Brasil, esse documento foi publicado em 1987, com o título *Nosso futuro comum* (DRUMMOND, 2004). O conceito de desenvolvimento sustentável veiculado pela Comissão Brundtland é “aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias” (*apud* DRUMMOND, 2004, p. 5). Segundo o autor, esse conceito buscou atingir o equilíbrio entre uma visão naturalista e uma visão social da moderna questão ambiental.

Esse conceito de desenvolvimento sustentável, que atualmente baliza o pensamento de muitos cientistas sociais, foi sendo formulado com base em estudos de cientistas de outras áreas que se interessaram por grandes questões ambientais dos últimos setenta anos. Questões ecológicas foram conectadas a questões sociais e ganharam atenção como questões ambientais. A disciplina sociologia deu atenção tardia às questões ambientais, negligenciando os fatores naturais e biofísicos como variáveis legítimas da análise sociológica. Nesse sentido, há uma crítica importante aos cientistas sociais, como retardatários na questão ambiental (DRUMMOND, 2004).

A sociologia ambiental surgiu, em âmbito internacional, após o término da Segunda Guerra Mundial, em resposta aos impactos sócio-ambientais negativos decorrentes da expansão econômica e da degradação dos recursos naturais. A abordagem na sociologia surgiu bem depois da biologia, da economia, da geografia e da demografia (FERREIRA, 1997). A sociologia ambiental emergiu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos no início dos anos 1960 e da constatação da situação emergencial de degradação da natureza, decorrente do desenvolvimento industrial. A preocupação inicial dos ambientalistas recaía nos aspectos conservacionistas da questão ambiental, com a contaminação pela produção industrial e agrícola, com a crise energética e o alerta da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental. Esses problemas foram objeto de intensos debates sobre a questão da escassez e o modelo de crescimento vigente. Somente na década de 1970 iniciou-se a trajetória político-institucional da subdisciplina sociologia ambiental, no Brasil, que não surgiu como uma subdisciplina, mas como conteúdo da sociologia rural (FERREIRA, 2004).

Os primeiros estudos no Brasil que tratam das conseqüências do uso das práticas agrícolas modernas surgiram na década de 1980. A partir de então, a sociologia ambiental começou a ganhar corpo. Os estudos relacionados ao desenvolvimento sócio-ambiental agrário cresceram, sobretudo após a divulgação do Relatório da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Paralelamente à realização do fórum organizado pelas Nações Unidas, expressou-se o movimento ambientalista brasileiro, fundamentando-se a idéia de desenvolvimento sustentável concebida com base no conceito de ecodesenvolvimento. Na Eco-92, os pequenos agricultores, os

sem-terra e vários outros grupos da sociedade civil firmaram sua posição em torno de um modelo de desenvolvimento agrícola. A partir de então, o meio ambiente passou a fazer parte das políticas públicas das organizações sociais, das associações e de outros segmentos (BRANDENBURG, 1999).

A área de pesquisa das ciências sociais é vasta, possibilitando a produção e aplicação do conhecimento sociológico em diversas dimensões da vida em sociedade. Um de seus campos de estudo é a interferência direta e indireta no meio ambiente² e os impactos sócio-ambientais causados pela ação humana. Nesse sentido, Guivant (1998) faz uma crítica às ciências sociais afirmando que a sociologia rural ainda não assumiu a questão ambiental como prioridade em suas pesquisas. Para a autora, na maioria dos casos, as denúncias sobre os riscos ao meio ambiente e à saúde da população têm sido feitas por profissionais de outras áreas. Diz ainda que, apesar de haver importantes trabalhos criticando o modelo agrícola brasileiro, e fundamentados na perspectiva de uma agricultura sustentável, “não chegam a quebrar um certo isolamento da questão referente a sustentabilidade agrícola, nas pesquisas de ciências sociais concernentes ao meio ambiente no Brasil” (GUIVANT, 1998, p. 100).

De acordo com Brandenburg (2002), os três primeiros movimentos sociais³ que apresentaram uma relação com a questão ambiental foram: a) o movimento dos pequenos agricultores familiares atingidos por barragens; b) o movimento dos indígenas que lutam pelo direito de posse de suas terras; c) e o movimento de seringueiros que lutam pela preservação de suas atividades extrativistas na floresta amazônica.

Expandem-se as associações e organizações de agricultura ecológica. No início do novo milênio, já são identificadas duas formas de ações ecológicas no ambiente rural brasileiro, que são as ações de proteção, de preservação e de gestão do ambiente natural, além das ações relacionadas com mudanças de padrão técnico de

² Marcos Reigota (1997) assim define meio ambiente: lugar determinado ou percebido, em que os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. Segundo Michèle Sato (1997, p. 5), se o ambiente se define como a “complexidade que envolve os aspectos culturais e naturais, contraditoriamente, o termo sócio-ambiental aparece como uma forma de explicitar os aspectos sociais. Ora se assumirmos tal totalidade, parece que somente o termo ambiente englobaria todas as questões e o termo sócio-ambiental seria redundante, como a própria palavra meio ambiente”.

³ Movimento social é todo e qualquer grupo organizado, sob a orientação ou não de uma determinada liderança, mas com programas e objetivos comuns, norteando-se por uma mesma doutrina. É uma ação grupal que visa mudança ou transformação social (SOUSA, 1997).

produção. Crescem as pesquisas em favor de uma agricultura ecológica, mas o padrão de produção agrícola vigente de maneira geral no Brasil e nos assentamentos abordados neste trabalho, ainda é o da Revolução Verde.⁴ Trata-se de uma produção assentada na relação mais harmônica entre homem e natureza, que passou a ser controlada, artificialmente, por meio de técnicas nem sempre adequadas ao solo e ao clima. O processo de produção agropecuária foi libertado das condições naturais e fabrica, sempre que necessário, outros meios de se produzir: se faltar chuva, irriga-se, se não houver solos adequados, aduba-se.

A degradação do meio ambiente no Brasil vem acelerando-se e pode ser percebida na devastação dos solos, na poluição das águas por agrotóxicos, na redução dos mananciais, em razão de desmatamento, de assoreamento e das irrigações desregradas. Toda essa agressão à natureza é praticada para sustentar o modelo de produção subordinada à lógica da economia capitalista, constituindo um fator que será abordado neste estudo, buscando verificar se os assentados têm alguma chance de viabilizar sua (re)produção sem esgotar as fontes naturais, seguindo o modelo de produção nos moldes do agronegócio ou permanecendo com o ritmo de agricultura familiar a que se habituaram. Zamberlam e Francheti (2001) retomam o conceito de desenvolvimento sustentável veiculado pela Comissão Brundtland e reafirmam:

Um processo de desenvolvimento possui sustentabilidade quando por ele se consegue a satisfação das necessidades, sem comprometer o capital natural e sem lesar o direito das gerações futuras de verem atendidas também as suas necessidades e de poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados (p. 87).

Sob esse aspecto, analisa-se a sustentabilidade em assentamentos rurais goianos, um problema constituído de vários elementos interligados, ou seja, indaga-se se a prática produtiva nos assentamentos rurais está ou não direcionada para a sustentabilidade, se implica ações decisivas, originárias de projetos coletivos e de ações individuais, de dimensões micro e macro, e, ainda, se sua compreensão passa pelo exercício do conhecimento multidisciplinar. Por tratar-se de um fenômeno sócio-

⁴ Um conceito de Revolução Verde, segundo Belato (*apud* ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001, p. 14): “é o período marcado por gerações de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia.”

ambiental, a sociologia isoladamente não daria conta dessa compreensão, carecendo de conceitos e modelos de análise de outras áreas do conhecimento, especialmente das ciências da natureza.

1.1 O surgimento dos projetos de assentamento

A resistência de posseiros ameaçados de expulsão das terras onde viviam e as ocupações de propriedades não-produtivas marcaram uma nova fase de luta dos trabalhadores rurais, iniciada nos anos 1980, quando surgiram no meio rural goiano os acampados e assentados. A identidade do agricultor assentado, como uma nova categoria ou agente social ainda está em construção. De acordo com Curado (1998), o que diferencia esse tipo de agricultor dos demais, os não-assentados da região são, sobretudo, a experiência de luta pela terra, as negociações com o Estado, as relações com os mediadores e a própria constituição dos assentados.

As ocupações das fazendas caracterizam-se como uma tentativa politicamente organizada, pelos próprios trabalhadores e os seus mediadores,⁵ pelo direito de acesso e domínio da terra. A ocupação gera a reação do proprietário da terra, que entra com uma ação de despejo na justiça, a qual, quase sempre, é concedida por um juiz. Despejados pela ação da polícia, os ocupantes acampam sob o abrigo de lonas pretas e/ou folhas de bacuri, nas beiras de estradas, rodovias ou margens de córregos, enquanto aguardam o desenrolar das negociações efetuadas por seus líderes e mediadores.

Há trabalhadores que chegaram a ficar cinco anos ou mais acampados à margem de estradas, esperando para serem assentados, como foi o caso das famílias do PA Rancho Grande, objeto da pesquisa que fundamenta esta tese. Ocuparam a Fazenda Rio Vermelho em agosto de 1987 e foram assentadas ao final de 1991. Antes disso, ficaram acampados na BR-153, no período de novembro de 1986 a agosto do ano seguinte.

⁵ De acordo com Sousa (1997), os mediadores são os intelectuais das universidades ou não, agentes de pastoral, religiosos, educadores, líderes políticos, membros das organizações não-governamentais (ONGs), dentre outros. São pessoas e/ou instituições (dentre elas estão a CPT, a Fetaeg, o MST, o Instituto de Formação e Assessoria Sindical – (Ifas) – outros), portadoras de experiência política e de conhecimento formal, trazidos de fora para atuar junto ao grupo-base do movimento.

O termo *pré-assentamento* refere-se a uma das etapas da efetivação do assentamento rural. Corresponde ao estágio em que as famílias, já cadastradas e selecionadas, preparam-se para assumir as parcelas mediante autorização do governo federal, pelo Incra⁶. O assentamento é a fase final da conquista da terra, quando as famílias recebem, por sorteio, seus lotes.

Segundo Carvalho (1998, p. 7),

A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e/ou extrativista, mas também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais.

A luta pela terra só termina quando os trabalhadores rurais sem-terra têm acesso formal aos seus lotes. No entanto, mesmo com essa formalização, a luta pela terra continua pois, depois de assentados, esses trabalhadores continuam a demanda pela obtenção de créditos, de infra-estrutura e de outros subsídios, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O termo assentamento surgiu em 1960, no contexto da reforma agrária venezuelana e define-se como “a criação de novas unidades governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7). Esse termo começou a ser amplamente utilizado no Brasil, nos congressos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1973, 1979 e 1985, como uma forma de afirmação política dos trabalhadores rurais sem terra, refletindo a oposição desse segmento à política de colonização do governo federal (PALMEIRA; LEITE, 1997).

Os assentamentos rurais resultam da luta dos trabalhadores rurais sem-terra e a sua implementação tem sido, por sua vez, capitalizada pelo Estado, como tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, dando vazão às pressões e revoltas dos posseiros, arrendatários, meeiros e assalariados rurais. Contra a expropriação das terras que vinham ocupando, contra o aumento nas taxas de arrendamento, ou ainda por melhores salários e efetivação de direitos trabalhistas,

⁶ O Incra foi criado em 1970, com as seguintes finalidades: cadastramento e tributação dos imóveis rurais; discriminação e arrecadação das públicas federais; regularização das ocupações legítimas e distribuição de terras devolutas; desapropriação de terras visando a reforma agrária; dentre outras atribuições (DUARTE, 1998).

esses atores sociais resistem e lutam pela terra. Os assentamentos acontecem, na maioria, em decorrência da pressão dessa categoria, e não de uma deliberada política de desenvolvimento, voltada para o atendimento da demanda da população rural, em razão de que não é suficientemente preciso o termo *assentamentos de reforma agrária*. Esta expressão usual pode induzir, seja por desconhecimento seja por simplificação, a uma tendência de homogeneizar um universo altamente diversificado e heterogêneo (CARVALHO, 2003).

Não há apenas uma única origem dos assentamentos, mas várias.⁷ Dentre os cinco tipos classificados por Bergamasco e Norder (1996), em Goiás houve ocorrência de quatro tipos: os projetos de colonização – Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang); a regularização possessória – o caso de Trombas e Formoso; a desapropriação por interesse social (com base no Estatuto da Terra) e os projetos de assentamentos, criados a partir da década de 1980 (entre eles o Rancho Grande e o Boa Esperança).

Tudo se iniciou com as colônias agrícolas do governo Getúlio Vargas, mas as políticas fundiárias, federais e estaduais começaram mesmo a configurar-se como uma resposta às pressões dos movimentos sociais no campo, no início dos anos 1950. Iniciativas foram tomadas por governos estaduais, com o objetivo de criar assentamentos, em resposta às pressões populares, para atenuar os conflitos sociais no campo.

Em 1958, no Rio Grande do Sul, o então governador recém-eleito, Leonel Brizola, apoiou a organização dos trabalhadores sem-terra, que representava cem mil agricultores – cerca de dez mil deles já viviam em acampamentos – e desapropriou 25 mil hectares, distribuindo-os aos acampados (BERGAMASCO; NORDER, 1996). Além de Brizola, vários outros governadores eleitos na mesma época elaboraram políticas fundiárias, em decorrência dos conflitos. Em Goiás, segundo Pessoa (1999) Mauro Borges assentou parte das famílias em litígio com os fazendeiros, no norte do estado, por meio da criação dos “núcleos de colonização (como Tocantinópolis e

⁷ Bergamasco e Norder (1996) classificam-nos em cinco tipos, que são: a) projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 1970, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estatais de valorização de terras públicas e de regularização possessionária; d) programa de reforma agrária, via desapropriação pro interesse social, com base no estatuto da terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1985, sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); e) a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais.

Araguacema) e dos combinados agro-urbanos (como o de Arraias)”. Também nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, houve desapropriações com fins sociais.

A preferência dos gestores dos programas estaduais recaía sobre a ocupação de áreas estatais, sem recorrer à desapropriação. Mesmo assim, esses programas alimentavam a esperança de muitos outros lavradores, ainda não-assentados de verem garantido o seu lote de terra. Em 1964, o Presidente João Goulart deu maior impulso ao movimento desses trabalhadores, ao decretar a desapropriação das áreas não-produtivas. Duas semanas depois, Goulart foi deposto pelos militares, frustrando os que esperavam por reforma agrária ampla e pacífica (DUARTE, 1998).

A chamada *colonização dirigida* dos governos militares implantou projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola. Em vinte anos de colonização dirigida, foram assentadas apenas 160 mil famílias. No governo Sarney, foram assentadas 84.852 famílias, número muito aquém do prometido no I PNRA, que era de 1,4 milhão de famílias, em 15 milhões de hectares. Em vez da desapropriação por interesse social, as famílias foram assentadas em terras públicas das fronteiras agrícolas ou ocorreu uma desapropriação em áreas inférteis, desovando imóveis particulares a preços muito acima do valor comercial (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

As políticas fundiárias de todos esses governos atenderam timidamente às demandas reprimidas dos sem-terra e deram vazão aos intensos conflitos no campo. Não promoveram a reforma agrária, mas apenas atuaram a reboque dos movimentos organizados dos trabalhadores rurais sem terra (ou com pouca terra), de seus acampamentos e de suas ocupações.

Na década de 1970, os movimentos sociais no campo e na cidade, então reprimidos pelo golpe militar de 1964, voltaram a organizar-se. As lutas ressurgiram com o agravamento da situação dos trabalhadores rurais que ainda eram expulsos pelos grandes proprietários, pelos grileiros de terra, pelos projetos agropecuários do governo – que subsidiavam a implantação do capital nas zonas de fronteira na Amazônia Legal⁸

⁸ De acordo com a Lei nº 5.173, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em seu artigo 2º, a Amazônia Legal abrange a região compreendida pelos estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia (posteriormente transformados em estados); e ainda pelas áreas do estado do Mato Grosso a norte do paralelo de 16, do estado de Goiás a norte do paralelo de 13º, área que nos dias atuais faz parte do estado do Tocantins, criado em 1988 (DUARTE, 1998).

–, pelos programas de construção de estradas de ferro e de barragens. Eram iniciativas que desabrigavam os agricultores familiares, instalados nas áreas em que se localizavam as barragens e os trilhos das estradas de ferro.

1.2 Os sem-terra e os mediadores

Apesar dos entraves, muitos trabalhadores rurais e urbanos foram organizando-se por conquistas sociais e frações de terras. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram grande importância nessa organização. As CEBs tornaram-se um lugar privilegiado de ação e reflexão desses novos sujeitos de transformação da realidade. A Igreja, apesar de ter apoiado o golpe de 1964, redirecionou seu trabalho pastoral por meio da Teologia da Libertação, das Conferências Latino-Americanas, da convivência dos padres, religiosos e agentes da pastoral com a base popular (FERNANDES, 1994).

Em 1975, foi criada a CPT para concretizar a presença da Igreja na questão agrária, apoiando os excluídos da terra que ansiavam serem sujeitos da sua libertação e não apenas serem assistidos pela comunidade. O método *ver, julgar e agir*, utilizado nas reuniões, ajudou muito a análise da situação de miséria e opressão. Outra *ferramenta de luta* contra a expropriação, a expulsão e a violência foram os sindicatos de trabalhadores rurais (STR), que apesar de serem vigiados pelo governo e muitos deles controlados por fazendeiros, marcaram presença, defendendo os trabalhadores (DUARTE, 1998).

Nos anos 1980, as CEBs começaram a desmobilizar-se, havendo um recuo do trabalho desenvolvido pela Igreja, em razão de vários fatores. Um deles foi a censura do Vaticano à Teologia da Libertação, com as advertências a teólogos que defendiam a pedagogia dos oprimidos e a imposição do silêncio ao Frei Leonardo Boff. Por outro lado, essa época foi também a de recomeço das organizações no campo e na cidade. Em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), com base nas lutas dos operários do ABC paulista⁹; em 1982, criou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT); em 1985, surgiu o MST, depois de muitos confrontos entre os

⁹ Constituem o ABC paulista as cidades industriais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

pequenos proprietários e posseiros com a polícia, com os pistoleiros pagos pelos fazendeiros, no sul do país (FERNANDES, 1994).

A expulsão dos pequenos produtores para dar lugar aos grandes empreendimentos agropecuários, às grandes explorações latifundiárias, aos grileiros de terra, foi acirrando os conflitos, a exemplo do acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta (RS), que chegou a abrigar, em 1981, cerca de quinhentas famílias de agricultores. As áreas de fronteira agrícola foram ficando cada vez mais distantes e difíceis de serem ocupadas, então, os trabalhadores rurais, mediados por entidades, começaram a criar mecanismos de resistência nas posses (IOKOI, 1991).

Dispostos a continuar na terra, grupos de agricultores, organizados e apoiados pela CPT, pelo MST, por dioceses, paróquias e STRs, adotaram o seguinte lema: “ocupar, resistir e produzir”. Diante desse desafio, e preocupados com a política agrária da *Nova República*, com a decretação do I PNRA, em 1985, os fazendeiros criaram a União Democrática Ruralista (UDR), para quem o discurso do então Presidente da República, José Sarney, de executar o I PNRA em quatro anos (1985-1989) era ameaçador. A pressão dos ruralistas fez que o plano cumprisse apenas 10% de suas metas (PESSOA, 1999).

O surgimento da CPT nesse período (1975), a reorganização dos STRs, os congressos, as *brechas* encontradas no estatuto da terra, dentre outros aspectos, foram muito importantes e constituíram a base para a nova etapa, nos anos 1980, a de ocupações e assentamentos. Nem perseguições, prisões, ou mortes de líderes rurais impediram que os trabalhadores continuassem sonhando em ter um pedaço de chão para a (re)produção do grupo familiar.

Considerando os arrendatários, os parceiros, os ocupantes, os assalariados permanentes, os temporários e os pequenos proprietários – agricultores que possuem imóveis cuja área não alcança a propriedade familiar¹⁰ – o total dos potenciais beneficiários pela reforma agrária chegou a 4.515.810 famílias no Brasil, em 2004 (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2004).

¹⁰ A propriedade familiar pressupõe os seguintes elementos: “titulação, que é o título do domínio em nome de algum dos membros da entidade familiar; a exploração direta e pessoal, pelo titular do domínio e sua família que lhes absorva toda a força de trabalho; área ideal para cada tipo de exploração, conforme a região; possibilidade eventual de ajuda de terceiros” (MARQUES, 1998).

De acordo com Sousa (1997), a denominação *sem-terra* surgiu no Brasil, em 1981, com a luta pela terra, impulsionada nos anos 1980 e 1990. Como sem-terra, distinguem-se três principais grupos: o primeiro e mais antigo, originou-se das construções de barragens, como a de Sobradinho (BA), de Itaipu (PR), de Itaparica (BA) e outras; o segundo grupo era composto por lavradores – meeiros, parceiros, arrendatários e filhos de pequenos proprietários, cuja terra era insuficiente para toda a família; e o terceiro grupo é específico do Rio Grande do Sul – aproximadamente mil famílias que foram expulsas das terras dos índios Kaingang no município de Nonoai.

Após várias tentativas frustradas de encontrarem uma terra para instalar-se, os trabalhadores desses grupos foram organizando-se até que, em 1985, reuniram-se cerca de 2.500 famílias, provenientes de quarenta municípios do Rio Grande do Sul e ocuparam definitivamente a Fazenda Anoni (município de Sarandi-RS). Além do Rio Grande do Sul, as lutas por terra aconteciam em vários outros estados, dentre eles o Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso e Goiás. A articulação dos grupos dos sem-terra ocorria em âmbito nacional. Tal movimentação era resultado das contradições do capitalismo, da política de modernização da agricultura, da concentração fundiária e da renda, causando desemprego no campo e o êxodo rural (DUARTE, 1998).

Em 1984, na cidade de Cascavel (PR), já havia acontecido um encontro nacional com líderes de 16 estados brasileiros. Nesse encontro foi criado o MST, com suas premissas e objetivos. Em 1985, na cidade de Curitiba (PR), concretizou-se a articulação do movimento, no 1º Congresso Nacional do MST – com o lema *Sem reforma agrária não há democracia* –, e que contou com a presença de 1.500 delegados, representando vinte estados da União (SOUSA, 1997).

Em Goiás, o MST iniciou oficialmente suas atividades em 1986, com a criação da secretaria estadual. As articulações políticas com o sindicalismo, com a Igreja católica, com o Instituto Brasil Central (Ibrace) e as universidades federal e católica foram de suma importância para a criação do MST no estado, sobretudo a CPT que luta pela articulação desses trabalhadores, e os auxilia desde a sua criação, em 1975, em Goiânia (SOUSA, 1997).

Inicialmente, o MST foi apoiado pela CPT, pelos sindicatos, pela Fetaeg, dentre outras organizações, mas depois o movimento desvinculou-se dessas entidades e começou a agir com suas próprias diretrizes. Segundo Hora (2003), são distintas as fases desse movimento em Goiás: a) de 1984 a 1988, ocorreu a fase da organização de acampamentos e ocupações; b) de 1989 a 1996, a desvinculação da CPT e início de uma autonomia política do MST; c) de 1997 a 2001, deu-se a sua articulação e consolidação, com a vinda de novos militantes para Goiás; d) e, por fim, foram criadas várias regionais. A implantação do PA Canudos (2000/2001) serviu como experiência para discussão e proposta de organicidade interna, fortalecendo os grupos de famílias.

1.3 Ocupação e resistência

As primeiras ocupações de terra em Goiás, após os conflitos de Trombas e Formoso, iniciaram-se com a resistência de posseiros, ameaçados de expulsão das terras em que viviam. Insatisfeitos com a morosidade do poder público para resolver os conflitos no campo, partiram para a ação. Começaram resistindo nas posses, depois, ocuparam mais terras não-produtivas (PESSOA, 1999).

Um caso importante de resistência dos posseiros e ganho de causa em Goiás foi, segundo Pessoa (1999), o da Fazenda Maria Alves (de 801.6 ha), no município de Itapuranga. Um grupo de vinte famílias que cultivavam as terras dessa Fazenda, desde o início da década 1950, disputou com um seu suposto proprietário, Aureliano José Caiado (o *Fiote* Caiado) e ganhou na justiça, em 1975, o direito de permanecer nas posses. O imóvel foi comprado pelo governo do estado e repassado aos posseiros, com prazos e formas facilitadas de pagamento.

Outro caso de resistência e aprendizado dos trabalhadores e mediadores foi o da Fazenda Estiva ou São João do Bugre, no município de Goiás (1984), em que posseiros e agregados da fazenda se entrincheiraram, lutaram contra a violência do grileiro e ganharam na justiça a desapropriação do imóvel. A Fazenda Estiva só foi desapropriada em 1987 e foram quase sete anos de resistência para a conquista da área. Os posseiros da Estiva começaram em 1980 a sofrer ameaças de Helion de Barros Oliveira, que pretendia apossar-se de seus 528 ha (DUARTE, 1998). Em 1988 foi

criado o PA São João do Bugre, assentando nove famílias. Dessa experiência surgiu a ocupação da Fazenda Mosquito, aos 3 de maio de 1985, no município de Goiás (PESSOA, 1999).

A conquista da Sesmaria Santo Antonio do Mosquito foi uma experiência que uniu a resistência na posse e a ocupação organizada. As famílias que foram acampar com os posseiros da Fazenda Estiva, em solidariedade a eles, foram informadas que havia uma área subutilizada do outro lado do Rio Bugre (município de Goiás). Enquanto resistiam, entrincheirados, foram informados que essa sesmaria, na verdade, era formada de terras devolutas. Nela habitavam, por mais de trinta anos de posse, sete famílias que pagavam arrendo a um pretense proprietário das terras, Urbano Berquó, (PESSOA, 1999).

Participaram dessa ocupação cerca de sessenta famílias e, com o apoio dos sindicatos de Itapuranga e de Itapirapuã, também da Diocese de Goiás e da Fetaeg, os posseiros resistiram aos ataques dos *capangas* do fazendeiro, à queima de ranchos e de plantações, até que, em 12 de agosto de 1986, a área foi desapropriada e foram assentadas 42 famílias no Projeto de Assentamento (PA) Mosquito – as sete famílias de antigos posseiros mais 35 famílias provenientes de outros lugares (PESSOA, 1999).

Houve, também, o caso da Fazenda Mamoneiras, no município de Fazenda Nova, que, no mesmo período, abrigava setenta famílias de posseiros. A resistência dessas famílias, com o apoio da Igreja Católica, do STR de Itapuranga e outras entidades resultou na desapropriação do imóvel pelo Incra, em 1987. Cada experiência representava um novo aprendizado aos trabalhadores e às entidades de apoio (CURADO, 1998). Os municípios de Itapuranga, de Goiás e Fazenda Nova foram, então, os locais em que se iniciaram os litígios pela terra, em Goiás.

Com a resistência na posse, os trabalhadores passaram à ocupação de mais terras contra o latifúndio não-produtivo. Ainda em 1984, houve a ocupação da Fazenda Serra Branca conjugada com a Fazenda Boa Vista, no município de Itapirapuã. Segundo Sousa (1997), no final de 1985 e início de 1986, ocorreram outras ocupações no estado de Goiás, nos municípios de Três Pontes e Rio Paraíso, nas proximidades da cidade de Jataí(GO), e a da Fazenda Rio Vermelho, unidade analisada nesse estudo.

As reuniões promovidas pelos agentes da CPT com famílias expropriadas foram unindo pequenos grupos em cidades como Goiás, Itapuranga, Sanclerlândia, Itaberaí, Itapirapuã e até em Goiânia. Com a participação da Fetaeg, do Ifas, do Ibrace, da CUT, do MST, de STRs, das CEBs, os trabalhadores foram conscientizando-se de que seria possível ocupar e fazer desapropriar fazendas não-produtivas. Então, grupos de *sem-terra* fortaleceram-se, organizando-se e ocupando cada vez mais áreas rurais ociosas.

1.4 Os primeiros assentamentos do estado de Goiás

O PA da Fazenda Mosquito (existente desde 17 de outubro de 1986) consta como o primeiro assentamento na relação de PAs do Incra SR-04/GO.¹¹ Não se pode deixar de mencionar sua importância. A ocupação dessa fazenda concretizou e consolidou a transição dos movimentos de resistência na posse para o movimento organizado de ocupação de terras devolutas e de propriedades não-produtivas como mecanismo de pressão para a reforma agrária, a partir dos anos 1980. Além disso, este PA é tido pelo MST como o primeiro resultado concreto da participação do movimento na luta pela terra em Goiás.¹²

Aos 13 de agosto de 1987, outras 56 famílias participaram da ocupação da Fazenda Rio Vermelho (município de Goiás), a qual foi desapropriada cinco anos mais tarde, resultando essa ação nos PAs Rancho Grande, Acaba Vida, São Felipe e parte das famílias foi para o PA Lebre, no município de Doverlândia.

Em abril de 1988, outra ocupação foi organizada, na Fazenda Retiro Velho, no município de Itapirapuã, de propriedade da família Caiado. Em 1989 houve a ocupação da Fazenda Europa, município de Goiás. Em 1992, ocorreu também a ocupação em terras de propriedade dos Caiado, no município de Goiás. Em 1996, os

¹¹ Um PA nasce quando o Incra imite-se na posse do imóvel rural (após recebê-la legalmente) e destina-a para trabalhadores rurais sem-terra.

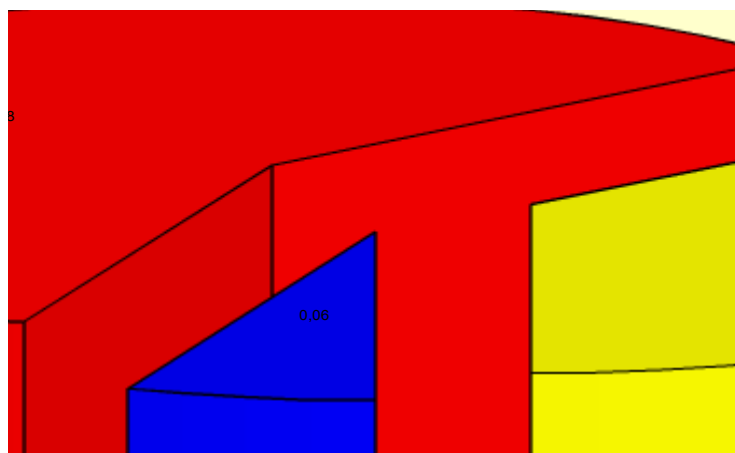
¹² Outro PA considerado importante para o MST como resultado da atuação do movimento em Goiás é o Canudos (2000). A área é de 13.255,34 hectares, atingindo os municípios de Guapó, Campestre e Palmeiras, e abriga 450 famílias. É um dos três projetos escolhidos pelo Ministério do Meio Ambiente, mas para ser um assentamento modelo, sob a ótica ambiental, no do bioma Cerrado. O MMA optou por escolher três áreas, cada qual em um bioma diferente. Dos outros dois projetos escolhidos, um encontra-se no Maranhão, no bioma da Amazônia, e o outro em Pernambuco, na caatinga (HORA, 2003).

membros do MST ocuparam, sozinhos, a Fazenda Santa Rosa, em Itaberaí (HORA, 2003).

Além dessas, outras ocupações foram ocorrendo no estado, constituindo o principal motor do processo de desapropriação e implantação de assentamentos, pelo Incra, responsável pela realização de vistorias técnico-jurídicas e pelos encaminhamentos de negociações entre os órgãos do governo e na justiça.

Segundo a Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra SR-04/GO, de 17 de outubro de 1986 até dezembro de 2005, foram implementados 193 PAs em Goiás, assentando 8.567 famílias. Os períodos de criação desses assentamentos estão assim distribuídos: dez PAs na década de 1980 (6%); 112 PAs na década de 1990 (58%); e 71 PAs na década de 2000 (36%), como se vê na ilustração 1.

Ilustração 1 – Números de assentamentos por década no estado de Goiás



Fonte: Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra SR-04/GO.

Quanto à localização dos PAs, o município de Goiás, a 130 km de Goiânia, ocupa o primeiro lugar, com 22 assentamentos (dois da década de 1980, e o restante, das décadas de 1990 e 2000). Em segundo lugar, aparece o município de Doverlândia, no Sudoeste do estado, com 14 PAs (11 da década de 1990 e três da década de 2000). O terceiro lugar é ocupado por Rio Verde, também no sudoeste do estado, com nove PAs (cinco da década de 1990 e quatro da década de 2000). O município de Araguapaz

situa-se em quarto lugar, com oito PAs (um da década de 1980, dois da década de 1990 e cinco da década de 2000).

De acordo com Hora (2003), de 160 assentamentos criados entre 1986 e fevereiro de 2004, 17 resultaram da luta do MST e estão sob a coordenação do movimento.¹³ Segundo o superintendente adjunto da regional do Incra,¹⁴ 70% de todos os PAs estão sob a coordenação da Fetaeg, e o restante, da CPT e de outros mediadores.

A resistência de posseiros ameaçados de expulsão das terras em que viviam e as ocupações de propriedades não-produtivas marcaram a nova fase de luta dos trabalhadores rurais, iniciada nos anos 1980, marco do surgimento dos acampados e assentados no meio rural goiano.

Em meio a um conjunto de contradições concernentes ao Estado, aos mediadores e aos próprios trabalhadores organizados, o projeto dos novos atores, cujo objetivo consiste em “ocupar, resistir e produzir”, continua crescente.¹⁵ Além disso, a existência do movimento levanta questionamentos de setores da sociedade, como a academia, a imprensa, as ONGs e outros.

Na pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho, constatou-se que há assentamentos que foram objeto de pesquisa em vários estudos. Uns o foram pela sua importância histórica, como o Mosquito, o primeiro a ser oficializado pelo Incra (FREITAS, 1994; GOMES, 1995; DUARTE, 1998); outros foram pesquisados por estarem em uma região economicamente importante – como é o caso do Rio Paraíso, no sudoeste goiano (PESSOA, 1999; SILVA, 2003) –, outros por terem sido áreas de conflitos intensos, como o Chê Guevara, na Fazenda Santa Rosa (SOUZA, 1999); outros pelo processo da conquista da terra, como o da Fazenda Retiro e Velha (MARQUES, 2000), e assim por diante.

1.5 O problema

¹³ Esses PAs localizam-se em sete municípios: o primeiro deles foi o PA Mosquito, criado em 1986, mais 12 PAs criados entre 1991 e 1999 e, finalmente, mais quatro PAs, criados entre 2000 e 2002.

¹⁴ Antonio Baiano (Superintendente Adjunto do Incra), em entrevista concedida na sede do órgão, em 23 junho de 2003.

¹⁵ Em 2002, as ocupações de terra no Brasil envolveram 26.958 famílias, em 184 casos. Em Goiás, foram seis casos e 2.090 famílias envolvidas (CPT, 2002).

Pesquisar em assentamentos significa lidar com uma realidade local, mas que deve ser relacionada a questões mais amplas, tais como o modelo de produção capitalista, a questão agrária brasileira, as políticas agrícolas do governo, as relações homem-natureza, dentre outras. Nenhuma realidade local é uma *ilha*, sobretudo na época atual, de intensificação da globalização.

Em Goiás, nas últimas duas décadas, a organização dos trabalhadores rurais sem-terra, sobretudo por intermédio de entidades sociais, como a CPT, a Fetaeg e o MST, tem obtido importantes resultados. Milhares de famílias já foram assentadas e já estão produzindo. Cada assentamento tem aspectos diferenciados e outros semelhantes, considerando a realidade como um todo. Há assentamentos com maiores possibilidades produtivas e comerciais, com melhor assistência técnica, maior organização do trabalho do que outros. No entanto, de uma maneira geral, todos enfrentam dificuldades para manterem-se na terra.

Segundo o relatório de nº 228 da Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra (SR-04/GO), o estado de Goiás conta, atualmente, com 8.567 famílias assentadas, em 193 PAs, ocupando uma área de 514.212,1397 hectares,¹⁶ dentre os quais, foram analisados dois PAs localizados em duas microrregiões diferenciadas em termos de realidade sócio-econômica.

Grande parte desses agricultores, mesmo estando em regiões diferentes, depara-se com idênticas dificuldades. A primeira delas refere-se à organização da produção, pois contam apenas com a força dos braços e algumas precárias ferramentas. Os recursos públicos, quando existem, são escassos e quase sempre chegam fora do prazo de plantio, uma reclamação recorrente dos assentados, o que, somado à falta de assistência técnica, de condições de escoamento, coloca o seu produto em desvantagem em relação ao que precisa adquirir no comércio. A produção implica trabalho e relação homem-natureza, especialmente em se tratando de atividades agrárias, e nessa perspectiva será enfocada a relação desses assentados com a natureza, mediada cotidianamente pelo trabalho.

A segunda dificuldade, após a constituição de um assentamento, é a desafiadora inserção no mercado, quando há excedente de produção. De um lado, os

¹⁶ Posição em 8 de dezembro de 2005 – Incra – SR-04/GO.

assentados não têm como fugir à realidade macro-estrutural, vivendo à sua revelia. De outro lado, o modo de vida típico de agricultor familiar,¹⁷ especialmente dos que produzem predominantemente para o autoconsumo, confronta-se com a economia capitalista, altamente competitiva. Continuar produzindo como agricultores em assentamentos, e criar novas alternativas de trabalho, de produção e de comercialização do excedente, sem se subordinarem cegamente à lógica da economia capitalista, constituem um desafio para esses agricultores.

Há ainda um outro componente nessa reflexão. De acordo com Pessoa (1999, p. 176), “a reprodução econômica e social dos assentados passa tanto pela produção de gêneros requeridos pelo mercado quanto pela produção para o auto-consumo”, ou seja, a produção rural familiar deve preservar-se como *economia de subsistência*, e, ao mesmo tempo, ser destinada ao mercado. Essa conciliação passa pela via da (re)produção das condições de vida, em seus aspectos objetivos e subjetivos.

As discussões sobre a necessidade de produzir, degradando o mínimo possível os recursos naturais renováveis, estão cada vez mais freqüentes, e a demanda por produtos não-contaminados cresce ao mesmo tempo que aumenta a conscientização dos consumidores. Pessoa (1999, p. 154) afirma que “os assentados que se recusarem a aprender e a aplicar novas tecnologias, de maneira sustentável, terão dificuldades de se reproduzirem como agricultores”, pois, como se sabe, são trabalhadores rurais descapitalizados, com pequenas extensões de terra agricultáveis e poucas condições de mecanização. Essas condições precárias de trabalho colocam-nos em uma posição diametralmente oposta à dos grandes produtores extensivos e monocultores. Por isso, uma das alternativas que possuem, de acordo com esse autor, pode ser a de um desenvolvimento de novas práticas de produção, contrárias às implantadas pela Revolução Verde.

Essa análise será conduzida, abordando os seguintes aspectos: as relações sociais, econômicas e ambientais, as condições de vida material e imaterial dos

¹⁷ Segundo Pietrafesa (2002), “o agricultor familiar é aquele ator social que desenvolve atividades fundamentalmente com mão-de-obra de sua própria família e depende substancialmente do sistema de produção para sua reprodução física e social, ainda que exerçam pluriatividades para ampliar sua possibilidade de sobrevivência [...], não extrai mais valia e também mantém autonomia na forma de estabelecer relações sociais e culturais, não se enquadrando nos padrões estabelecidos por este capital.”

assentados, as perspectivas de permanência dos grupos domésticos nos PAs, as suas concepções sobre a natureza; as possibilidades de uma reprodução a longo prazo¹⁸; e a capacidade de renovação dos recursos naturais renováveis.

Para analisar a estrutura social em que se insere o agricultor familiar, recorrem-se a outras disciplinas, especialmente à sociologia e à história, por meio de um levantamento bibliográfico sobre a sua prática (re)produtiva. Suas relações sociais são construídas ao longo de séculos. Durante um tempo de longa duração, o agricultor familiar vem mantendo suas estratégias de sobrevivência da família e construído, de acordo com as condições sociais, econômicas e ambientais, seu saber e seu modo de viver. Nesse sentido será utilizada a teoria da prática, elaborada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1983; 1989), como instrumental teórico para essa compreensão, especialmente seu conceito de *habitus*.¹⁹ Este conceito ajudará a compreender como os assentados se posicionam dentro do seu grupo social ou de sua categoria (a de agricultor familiar) e no interior da estrutura social maior (a sociedade). Será investigado como o agricultor assentado, pelo seu *habitus*, em sua prática cotidiana, interage com seus mediadores políticos, com os órgãos do governo que atuam nos PAs, e com a natureza.

A estrutura de ação do agricultor assentado formata as suas estratégias de (re)produção do grupo doméstico. A sua ação, como indivíduo e ator social, tem uma lógica própria em defesa da sobrevivência reprodutiva da família. Essa estrutura de ação, que é individualista, diferencia-se de uma outra, empenhada pelos mediadores políticos, a coletivista. Analisar-se-á a existência ou não de articulação entre as duas, isto é, se o discurso dos mediadores, o seu empenho para o trabalho comunitário, as intervenções ou as orientações dos órgãos do governo nos assentamentos, como o Incra, Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em favor da preservação do meio ambiente transformaram a prática do assentado em relação à sua forma de trabalho e à sua relação com a natureza. Em outras palavras, trata-se de verificar se a ação dos mediadores e dos órgãos do governo

¹⁸ Entende-se por longo prazo a perpetuação das famílias no lote, reproduzindo-se como grupo doméstico, em seus aspectos sócio-culturais, econômicos e ambientais. Nesse caso a dimensão geracional é um componente importante de análise.

¹⁹ O *habitus* é conhecimento adquirido ao longo da existência do indivíduo em interação com a sociedade da qual ele faz parte (BOURDIEU, 1983).

se sobrepôs à ação cotidiana do assentado, concretamente, transformando-a, em uma perspectiva de sustentabilidade sócio-ambiental.

Assim, considera-se que a articulação dos diversos níveis – social, econômico, cultural e ambiental – permitirá compreender a questão central deste trabalho de investigação, qual seja, a sustentabilidade dos agricultores assentados.

1.6 A situação ambiental dos assentamentos de reforma agrária em Goiás

A situação ambiental nos assentamentos é estudada pelo Setor de Regularização Ambiental do Incra (SR-04/GO), que tem encontrado problemas como, por exemplo, a falta de áreas destinadas à reserva legal²⁰. Dos 160 PAs analisados pelo órgão²¹, 49 não possuem esse tipo de área. Como as famílias já foram assentadas sem deixar espaço reservado para instituir pelo menos uma reserva legal em cada PA, não há mais como resolver essa questão. O governo teria que desapropriar outra área anexa a cada PA, o que é difícil de ser feito.

Outro tipo de problema levantado pelo Incra nos PAs é a preservação das áreas que foram instituídas como reserva legal. Uma parte dessas áreas foi ocupada por famílias sem-terra e, algumas, por fazendeiros confrontantes. Segundo relatório sobre a situação ambiental dos PAs, da SR-04/GO (Incra, 2004), as famílias que ocupam área de reserva legal são, em geral, as que excederam o número que o PA comporta. Essas famílias fixam moradia nessas áreas, cultivam roças e depredam parte da área.

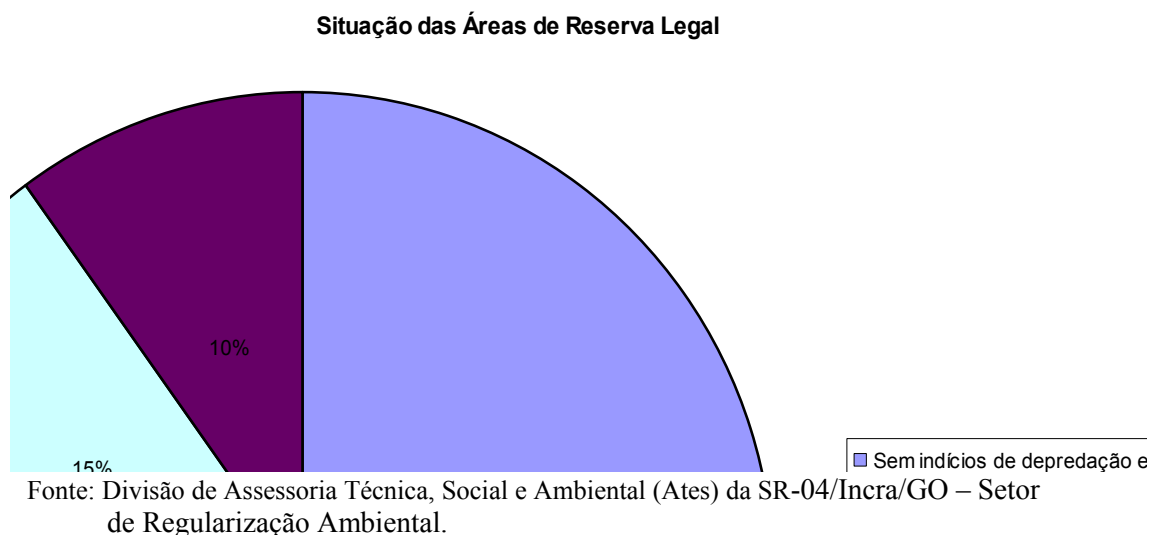
Além desse, há fatores diversos de degradação das áreas de reserva legal, por exemplo, há famílias assentadas que ocupam o terreno para aumentar suas roças ou pastagem. Há ainda os casos de extração de madeira, de mel de abelhas, de orquídeas, de mudança da cerca do perímetro avançando para a reserva que é, assim, utilizada como pastagem por assentados ou por fazendeiros confrontantes. Há, também, os que arrendam ou alugam essas áreas. Enfim, vários problemas foram detectados e relatados

²⁰ Reserva legal é definida pela Lei federal nº 7.803, de 1989, que altera em parte a redação da Lei nº 4.771, de 1965 (Código Florestal). No art. 16, § 2º, a Lei 7.803 diz que a reserva legal é a área de, no mínimo 20% de cada propriedade, na qual não é permitido corte raso (desmatamento). O § 3º dessa lei diz que os 20% se aplicam também às áreas de cerrado (BRASIL, 1989).

²¹ Os dados representados nas ilustrações 2 e 3 foram cedidos pelo Incra SR-04/GO, que em setembro de 2004 havia analisado somente 160 PAs, dos 193 oficializados pelo órgão, no estado de Goiás.

pelo Setor de Regularização do Incra (SR-04/GO), como se pode verificar na ilustração 2.

Ilustração 2 – Situação das áreas de reserva legal dos PAs²²

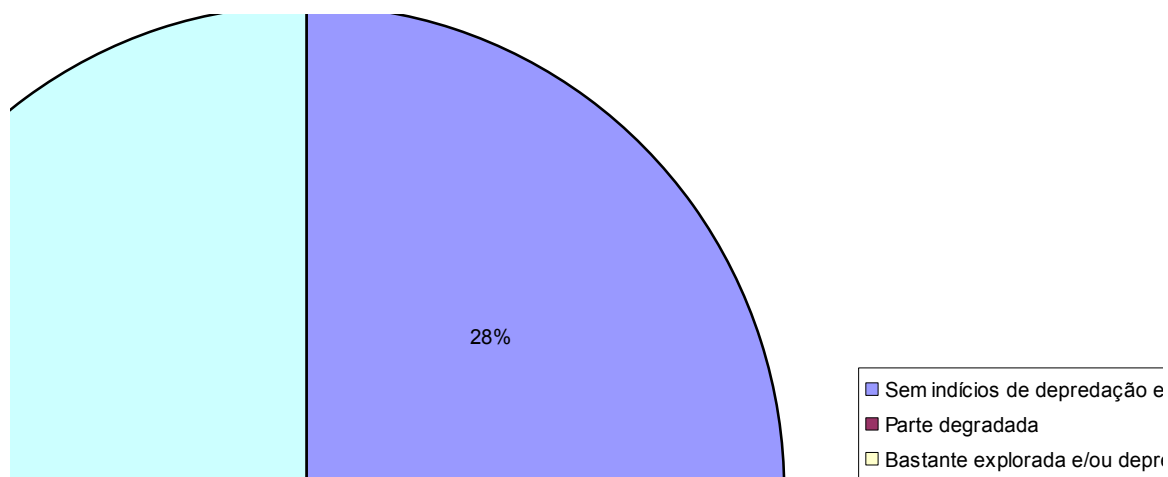


O Incra (2004) aponta irregularidades também nas áreas de preservação permanente²³. Apesar de a maior parte dessas áreas (57,5%) ainda não haver sido estudada, o resultado em favor da preservação foi desfavorável em 14,3%, apontando sinais de degradação e/ou exploração dessas áreas (ilustração 3).

Ilustração 3 – Situação das áreas de preservação permanente

²² Outros significam áreas de reserva legal recentemente constituídas, em recomposição, ou sem estudo.

²³ Na Lei federal nº 4.771/1965 (Código Florestal), arts. 2º e 3º, as áreas de preservação permanente são florestas e demais formações vegetais situadas ao longo dos córregos e rios, nas nascentes, ao redor das lagoas, no topo dos morros etc. No caso das florestas e demais formações ao longo dos córregos e rios, elas variam de 30 a 600m de cada lado, dependendo da largura do manancial. Um córrego de até 10m de largura de curso d'água deve ter, portanto, 30m de cada lado preservados. Uma área de preservação permanente incide tanto sobre domínios (propriedades) privados como sobre domínios públicos (BRASIL, 1965).



Fonte: Divisão de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) da SR-04/Incra/GO – Setor de Regularização Ambiental.

O relatório demonstra uma situação ambiental nos PAs desfavorável em relação à preservação da natureza e sustentabilidade de seus recursos. Com base no conceito de sustentabilidade abordado anteriormente, será investigada essa questão ambiental nos PAs. O conceito de *habitus* ajudará a compreender as concepções de natureza do agricultor assentado e como estão interagindo com o meio em que vivem.

A pesquisa *in loco* deu-se em dois PAs, o Rancho Grande e o Boa Esperança. Uma das motivações da escolha desses PAs como recorte da pesquisa é que se trata de assentamentos de municípios e microrregiões extremas e diferenciadas em termos sócio-econômicos, no interior do estado de Goiás (ilustração 4).

Ilustração 4 – Mapa do estado de Goiás, com a localização das microrregiões em que estão situados os assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança



Figura 1 - Mapa do Estado de Goiás, com a localização das microrregiões, onde estão situados os assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança.

Fonte: Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra SR-04/GO – Setor de Cartografia.

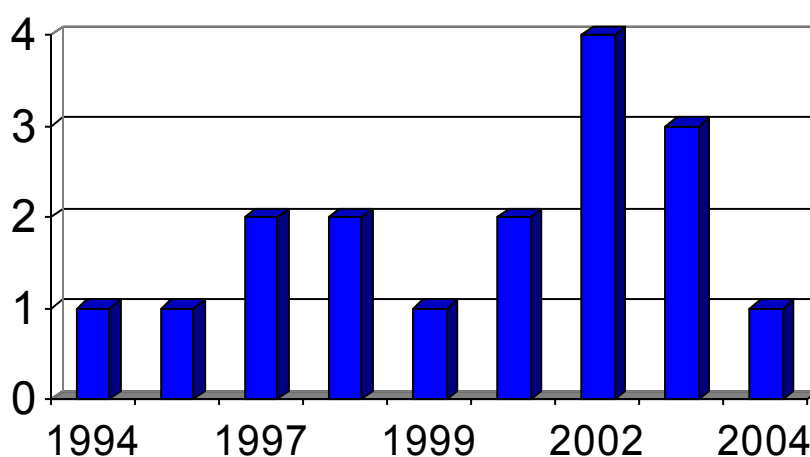
A microrregião 2, denominada Rio Vermelho, está situada no noroeste do estado, região em que se localiza o município de Goiás e, nele, está o PA Rancho Grande. Na microrregião 15, denominada Meia Ponte, no sudeste do estado, situa-se o município de Piracanjuba e, nele, o PA Boa Esperança. Os dois PAs possuem áreas de tamanhos diferentes – o Rancho Grande abriga 21 famílias, e o Boa Esperança, 53 famílias; o primeiro foi organizado pelo MST, e o segundo, pela Fetaeg e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracanjuba. Cada assentamento formou-se em

um contexto histórico peculiar, e ambos são representativos de uma realidade maior, a que comporta, atualmente, os 193 PAs existentes no estado de Goiás.

1.7 Procedimentos metodológicos

A realidade dos assentados tem sido constantemente alvo de discussões em matérias escritas²⁴, faladas e televisadas. A partir do ano de 1994, surgiram estudos em diversas áreas acadêmicas, abordando assentamentos no estado de Goiás. No momento da construção do projeto de pesquisa do qual derivou esta tese, foi feito um levantamento bibliográfico no qual foram identificados 18 trabalhos acadêmicos concluídos, e que foram assinalados, obedecendo à sequência das datas em que foram apresentados (anexo 1): uma monografia, dez dissertações e sete teses de doutorado. Todos esses trabalhos foram concluídos entre os anos de 1994 a 2004, como se vê na ilustração 5.

Ilustração 5 – Datas de defesa dos trabalhos acadêmicos, envolvendo assentamentos rurais em Goiás



Fonte: Dados organizados pela autora da pesquisa.

²⁴ Um exemplo é a matéria estampada na revista **Carta Capital** (ano X, n. 288, de 28 abril de 2004), intitulada “Assentamentos dão certo: pesquisa com 15 mil famílias em seis regiões do Brasil mostra os ganhos sociais e econômicos da reforma agrária”.

Esses trabalhos analisaram de diferentes ângulos a realidade do agricultor em determinados projetos de assentamento, mas nenhum deles pesquisou a prática (re)produtiva dos assentados e a sustentabilidade em assentamentos rurais goianos.²⁵

O procedimento metodológico baseou-se em uma caracterização e um diagnóstico detalhado da situação de cada PA. Para tanto, foram focalizados os seguintes aspectos: a) a infra-estrutura básica ou física (estradas, pontes, topografia, tipos de vegetação, fonte d'água no PA); b) a infra-estrutura social (casas, energia, sanitários, abastecimento de água, assistência à saúde, à educação, e outros benefícios ao cidadão); c) a infra-estrutura produtiva (os equipamentos utilizados na produção, os tipos de assistência técnica; os meios de escoamento da produção). Assim foi possível medir o nível de bem-estar dos assentados e perceber até que ponto estão satisfeitos com o projeto e quais são suas demandas.

Como primeiro passo para a obtenção de dados quantitativos,²⁶ optou-se por uma abordagem censitária, aplicando um instrumento com questões que exigiam respostas fechadas para cada chefe de família, com o objetivo de obter informações a respeito da família, tais como: a identificação do parceleiro, a sua origem, a renda familiar, seus bens de consumo, seu patrimônio, sua qualidade de vida, o acesso aos serviços públicos, dentre outros dados (anexo 2).

As questões foram planejadas e elaboradas, intercalando-se os diferentes assuntos (sociais, culturais, econômicos, ambientais) com o propósito de descontrair o entrevistado, evitando, assim, que identificasse a pesquisadora como uma espécie de espião ou fiscal do Incra, do Ibama ou de algum outro órgão do governo. Para não causar constrangimentos ao entrevistado e, também, para evitar que ele sonegasse informações, os questionários foram aplicados e as entrevistas realizadas em sua casa, em momentos descontraídos, sem identificação de nome e/ou endereço do informante. As entrevistas e os questionários receberam números para preservar a sua identidade.

²⁵ A obra que mais se aproxima desta análise é a de Curado (2004), que aborda a sustentabilidade ambiental com base nos atores sociais. Sua análise privilegiou ângulos diferentes dos que estão sendo trabalhados, e de maneira menos incisiva no tocante aos impactos físicos e sociais. A tese de Curado (2004) e esta são duas abordagens com metodologias e objetivos diferentes. O estudo de Pessoa (1999) também aborda a questão da sustentabilidade em assentamentos, no subitem “A cor dos assentados” (p. 183-188) da sua obra. Trata-se de uma breve reflexão sobre as práticas produtivas do assentado e a idéia que ele tem do que seja sustentabilidade.

²⁶ Apesar de considerar-se um falso dilema o uso de métodos qualitativos ou quantitativos – uma vez que apreendem aspectos distintos do real – na primeira etapa, procurou-se restringir a dados que posteriormente pudessem ser tabulados e processados por procedimentos estatísticos.

Durante a aplicação dos questionários, foram feitas observações acerca do cotidiano dos moradores. Buscou-se identificar as condições ambientais, como o tipo de vegetação encontrada no PA, se há árvores frutíferas, se há utilização de agroquímicos e o local em que estocam os recipientes ou as embalagens desses produtos. No tocante às questões ambientais nas parcelas, procurou-se verificar se há erosões, assoreamento dos rios e córregos, se há desmatamentos e com que objetivo, se há preservação das matas ciliares, o que fazem com o lixo doméstico acumulado, dentre outras observações.

Depois de processados os dados quantitativos (pelo Programa de Estatística SPSS for Windows 12.0), iniciou-se a segunda parte da pesquisa, com a gravação de entrevistas com parceiros que participaram de todo o processo de conquista da terra, e que ainda permanecem no PA. O roteiro da entrevista (anexo 3) foi formulado com base nos dados quantitativos e nas anotações feitas durante as entrevistas e das visitas às famílias dos PAs. Em uma convivência de dois anos com os grupos, no período de julho de 2003 a julho de 2005, foi possível observar o ritmo de vida que levam os assentados e apreender seus projetos de vida, suas perspectivas para o futuro, como cuidam da produção, dentre outros meandros de sua vida cotidiana.

Antes de escolher os dois PAs como universo de pesquisa e análise, outros assentamentos foram visitados, com aplicação de pré-testes, como sondagem sobre suas condições históricas, sócio-econômicas, ambientais, e para saber quais poderiam representar, de maneira mais contundente, os PAs do estado. Anteriormente, a pesquisadora tivera conhecimento de dados obtidos em arquivos da Fetaeg, do MST, da CPT e de trabalhos acadêmicos resultantes de pesquisas também realizadas em assentamentos. Depois das visitas a esses e a outros PAs e do acesso a uma gama de dados sobre a realidade dos assentamentos no Brasil e no estado de Goiás, ocorreu a decisão de tomar como recorte da pesquisa os PAs Rancho Grande e Boa Esperança.

Cada PA – Rancho Grande e Boa Esperança – foi retratado em separado, no que diz respeito à história e a seus aspectos fisiográficos e infra-estruturais. Posteriormente, fez-se um paralelo entre eles, analisando os dados obtidos mediante questionários aplicados com os chefes de família e as entrevistas gravadas, além das anotações feitas durante a pesquisa de campo, a observação direta e as conversas

informais com os parceiros. Detectou-se, por meio desses recursos, a prática cotidiana dos moradores, em diferentes aspectos: suas atividades produtivas, culturais, e sua relação com o meio ambiente.

Para a realização da pesquisa tendo em vista a elaboração desta tese, recorreu-se às fontes bibliográficas, para conhecer o que já fora pesquisado a respeito de assentamentos, aprofundando leituras que tratam dos assuntos mais diretamente ligados ao tema, especialmente a questão agrária, a agricultura familiar, os impactos ambientais, a produção sustentável. Outro recurso utilizado foi uma consulta a documentos de fontes primárias e secundárias, que tratam da constituição de assentamentos, de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)²⁷, de procedimentos na imissão das posses e de projetos de financiamentos, como o Pronaf,²⁸ dentre outros, os quais foram obtidos em órgãos governamentais e não-governamentais como o Incra, a Fetaeg, a CPT, o MST, o Ibrace.

Como fonte empírica, lançou-se mão de determinados recursos, tais como: observar e fotografar áreas desmatadas e queimadas, verificar se as áreas de preservação permanente (como matas ciliares) estão de acordo com as leis ambientais, verificar se as nascentes estão preservadas do desmatamento e pisoteamento de animais; registrar solos degradados, bem como erosões e assoreamentos de córregos e rios.

A documentação oral também foi utilizada. Foram realizadas visitas aos assentados, aplicando questionários, gravando entrevistas e apreendendo a ação

²⁷ Em 4 de novembro de 1999 foi promulgada pelo Incra, a Portaria nº 477, criando outra modalidade de projeto para viabilizar os assentamentos. É o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) que, de acordo com o art. 3º da portaria, “terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes”.

²⁸ O Pronaf/Planta Brasil, foi criado pelo Decreto Presidencial nº. 1.946 de 28.06.96, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos fundos constitucionais de desenvolvimento (Fundo Constitucional de Desenvolvimento da Região Norte – FNO, Fundo Constitucional de Desenvolvimento da Região Nordeste – FNE e Fundo Constitucional de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – FCO) e da exigibilidade bancária. Institucionalizado no ano de 1996 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o Pronaf é um programa nacional de apoio ao desenvolvimento rural, com base no fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. O Pronaf promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (crédito rural) e a profissionalização dos agricultores familiares. Com efeito, o Pronaf vem constituindo-se em um achado para o governo que, diante do sucesso do programa entre entidades representativas e de apoio aos agricultores familiares, extinguiu o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera), sem maiores resistências, para centralizar, no Pronaf, todas as ações de financiamento para os excluídos da política econômica real: os assentados de reforma agrária e os agricultores familiares propriamente ditos. (TEIXEIRA, Gerson. Pronaf: instrumento de exclusão e alienação. Disponível em <http://www.incra.gov.br/Serviços_e_Publicações>; acesso em: 6 dez. de 2005).

cotidiana desses assentados como, por exemplo, se eles se dedicam a caça e pesca predatórias, se costumam praticar queimadas.

Todos esses recursos técnicos foram indispensáveis para a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, necessários para o conhecimento da realidade dos assentados e para medir os impactos sociais, econômicos e ambientais nos PAs. A tabulação e a análise dos dados proporcionaram uma visão geral da situação histórica, sócio-econômica e ambiental dos assentados. O questionário foi aplicado com o parceiro, na residência dele, dando preferência ao chefe da família, homem ou mulher.

Por meio de uma análise exploratória, de estudos de caso e da análise dos dados coletados, buscou-se compreender quais são as perspectivas do agricultor assentado, para uma (re)produção sustentável, em termos sociais, econômicos e ambientais; se o assentado está superando suas práticas tradicionais e criando novas formas de produzir, ou se está apenas reproduzindo o modelo agrícola então vigente.

Como forma de garantir a representatividade da pesquisa de campo realizada nos PAs Rancho Grande e Boa Esperança, recorreu-se a uma outra pesquisa, realizada em 2004, pela Fetaeg, como parte de um projeto que investigava a realidade dos assentamentos de reforma agrária em Goiás. Foram entrevistados os produtores de trinta PAs em diferentes municípios do estado. O objetivo dessa abordagem era conhecer a realidade dos assentamentos, particularmente no que se refere à produção familiar e à capacidade de geração de renda nos PAs. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com perguntas fechadas, cuja aplicação se deu de maneira censitária, com os chefes de família, dando ênfase aos aspectos produtivos.

Como não tinha uma equipe adequadamente qualificada para proceder à tabulação dos questionários, a Fetaeg procurou o professor Fausto Miziara para realizar a digitação, o processamento e a análise dos dados. Dos trinta assentamentos originalmente pesquisados, foi delimitada uma amostra de seis PAs²⁹ para a análise dos dados, realizado em 2005. Os assentamentos selecionados foram implantados em datas diferenciadas, são de tamanhos diversos e pertencem a municípios de distintas regiões

²⁹ Os assentamentos selecionados como amostra para o processamento de dados foram os seguintes, com os respectivos municípios: Santa Ana (Araguapaz), Fortaleza (Piranhas), Boa Esperança (Piracanjuba), São Domingos (Morrinhos), São Manoel (Mundo Novo), Nossa Senhora Aparecida (Doverlândia).

do estado. No entanto, são representativos da realidade produtiva familiar em situação de assentamento no estado. Alguns dados referentes a esses PAs serão apresentados no capítulo 3.

CAPÍTULO 2

REREFENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

*Como então? Desgarrados da terra? Como assim?
Levantados do chão? Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?
Como em sonho correr numa estrada?
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
E no oco da Terra tombar?*

Chico Buarque

A questão central deste capítulo é a compreensão da lógica da produção familiar e sua relação com a natureza. Para tanto, analisou-se como a sociologia trabalha o tema proposto, com base em um levantamento bibliográfico que trata da vida e da prática (re)produtiva do *agricultor familiar*, especialmente o *assentado*, e sua relação com o meio ambiente, tratada no capítulo 4. Por meio de pesquisas sobre o modo de vida desse ator social, desde a ocupação do território goiano, identificaram-se determinadas características típicas desse produtor rural, as quais demonstram que a maneira como vive, como produz e se relaciona com os animais, com os vegetais e a natureza em geral, produzem significativos impactos ambientais.

Utilizou-se como referencial teórico-metodológico a *teoria da prática*, formulada por Pierre Bourdieu (1983; 1989), em especial um de seus conceitos operativos, o conceito de *habitus*, como principal eixo da discussão e apreensão da prática produtiva do agricultor familiar. O enfoque da análise como um todo é o agricultor *assentado*, com base em uma pesquisa empírica nos assentamentos rurais. A pesquisa de campo possibilitou compreender a relação desse agricultor com a natureza, e verificar se continua com a mesma lógica produtiva de seus ancestrais ou se já houve mudanças nesse sentido, em direção a uma consciência ecológica.

A discussão sobre a prática (re)produtiva do agricultor familiar dar-se-á, sobretudo, com base no conceito de sustentabilidade, desenvolvido pelas ciências naturais e sociais e nos conceitos de *campo* e de *habitus*, desenvolvidos por Bourdieu. No entanto, nenhum modelo teórico, por melhor que seja, dá conta integralmente da realidade. A teoria científica não é um *modus operandi*³⁰ universal, coletivo. Todo objeto de pesquisa é elaborado, construído com base na teoria e na realidade empírica (BOURDIEU, 1989).

2.1 A teoria da prática

Bourdieu nasceu em 1930, em Denguim, região de Béarn, na França. Estudou letras, filosofia e sociologia no Liceu de Pau e em Paris. Passou a ser lido e conhecido no Brasil a partir da década de 1970 (CATANI *et al.* 2001). Sua problemática teórica repousa sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade, em uma discussão que integra os dois tipos de conhecimentos polares e antagônicos: o objetivismo, que constrói as relações objetivas que estruturam as práticas individuais, e o fenomenológico, que se baseia na experiência primeira do indivíduo. Sua teoria explicita um outro tipo de conhecimento, aquele que articula dialeticamente o ator social e a estrutura social no chamado conhecimento praxiológico. Assim, seu método procura operacionalizar o problema da “interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1983, p. 47).

De acordo com Bourdieu (1983), existe uma tradição de polaridade na sociologia entre, de um lado, autores que enfatizam as imposições da sociedade, representados, por exemplo, por Durkheim e, de outro lado, autores que ressaltam o recurso metodológico aplicado ao indivíduo, caso típico de Weber. Para Weber o ponto de partida é o sujeito, e para Durkheim é a sociedade, é a consciência coletiva, exterior aos indivíduos. Para Bourdieu, no entanto, há uma interação entre sujeito e sociedade, pois ambos possuem o poder de influência e de condução da história. O conhecimento praxiológico apresenta-se, portanto, como teoria sociológica que

³⁰ Trata-se do modo como se orienta e se organiza praticamente a prática (BOURDIEU, 1989).

pretende superar (e conservar) tanto o objetivismo quanto o subjetivismo. Segundo Bourdieu, há uma mediação entre o homem e a história, e não uma determinação da estrutura social sobre o indivíduo e a história. Se as ações dos agentes fossem apenas uma obediência às regras, não haveria transformação social. A história prossegue, muda lentamente, mas não é inerte (BOURDIEU, 1989).

Para Bourdieu e Wacquant (1992), o real é relacional. Esse modo de pensar é mais que o procedimento estreito do pensamento estruturalista. A ação social não é considerada pelo autor como simples execução, e a sociedade não existe como totalidade acabada. No mundo social, existem relações objetivas que não se constituem isoladamente. Nessa perspectiva, o autor estuda cada realidade social como um *campo*, constituído objetivamente e subjetivamente. Cada *campo* ou realidade social está em constante interação com outras realidades ou *campos sociais*. Cada fato social constrói-se interligado com outros fatos sociais, ou seja, o *campo* é o espaço relacional de representação dos interesses dos diversos agentes envolvidos, que podem ser tanto individuais quanto coletivos.

O conceito de *campo* está relacionado com a noção de *habitus* e de *capital*. Na teoria da prática, um implica ou constitui o outro, como se verá no decorrer deste texto. A lógica do pensamento do autor será, também, apresentada por meio de um fluxograma, propiciando uma idéia global da sua teoria.

A teoria da prática leva em consideração tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade da sociedade, em uma interação entre agente e sociedade. Segundo Ortiz (1983, p. 19),

A prática pode, assim, ser definida como produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*, isto é, o *habitus* enquanto sistema de disposições duráveis é matriz de percepção, de apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais.

Habitus distingue-se de hábito e é anterior à ação. Trata-se de um conjunto de esquemas generativos que preside a escolha. O *habitus* apresenta-se, pois, social e individual, pois se refere a um grupo social, mas também ao elemento individual. O processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade (BOURDIEU, 1983).

Conforme Bourdieu (1989), *habitus* significa conhecimento adquirido; disposição incorporada, quase postural, que não tem necessidade de orientar-se e se situar de maneira racional em um espaço. *Habitus* é a interiorização de normas e valores, porém difere de atitudes repetidas. Apresenta-se, pois, como sistema de disposições duráveis, social ou individual e refere a um grupo ou a uma classe.

A prática é a conjunção do *habitus* e da situação objetiva. O ator só realiza as ações que ele pode realmente efetivar, no interior de um campo socialmente predeterminado. “O *campo* se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”, assinala Ortiz (1983, p. 19).

Na produção teórica de Bourdieu (1983), aparecem vários exemplos de *campo*, como o jurídico, o da alta costura, o literário, o científico, o filosófico, e assim por diante. No caso da presente pesquisa, o *campo* maior é o da *questão agrária*. Os principais agentes do campo agrário são o Estado, o poder judiciário, os grandes proprietários de terra, os sindicatos, a Igreja, os partidos políticos, os sem-terra. No interior de um determinado *campo*, cada agente busca conservar ou aumentar o seu *capital social* (poder de influência, *munição*), para defender os seus interesses (PESSOA, 2000). O *capital social* determina a posição que um agente específico ocupa no campo – é o poder de influência na disputa pela legitimidade. *Campo* é o local em que se manifestam as relações de poder, ou seja, o espaço de disputa da legitimidade, do poder de tornar-se reconhecido e/ou para atingir o objetivo desejado (BOURDIEU, 1983).

Um campo pode compreender vários subcampos, e cada qual pode, por sua vez, ser tratado como um novo campo. Assim, no campo maior, o da questão agrária, são encontrados agentes que, também podem ser analisados como subcampos ou *campos* menores, tais como o patronato agrícola, os mediadores (Igrejas, Fetags, MST), o Estado (por intermédio de ministérios e outros organismos) e outros, como o enfocado neste estudo – os assentamentos rurais. Este último, por sua vez, também é constituído por diferentes agentes em disputa por maior legitimidade, o que significa que não existe uma neutralidade de ações. Em todo *ambiente social*, há em jogo uma disputa e uma série de interesses, os mais diversos.

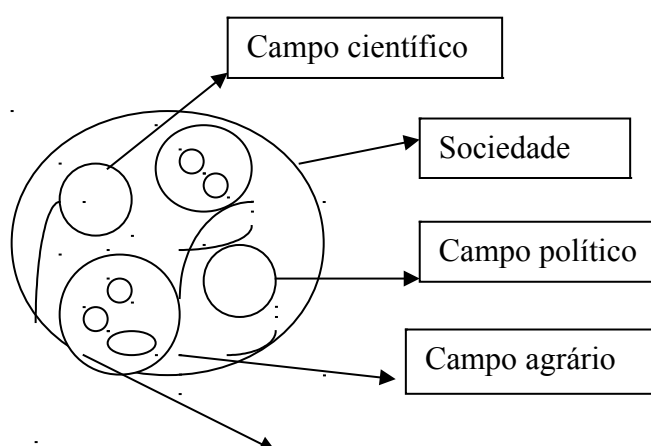
Na dinâmica do *campo*, a disputa entre os vários agentes pode tomar a forma de disputa entre um ou mais agentes, individuais ou coletivos, na condição de dominantes e um ou mais agentes, individuais ou coletivos, na condição de dominados. Em outras palavras, pode-se evidenciar no *campo* a disputa entre agentes com maior poder de influência (maior capital) e agentes com menor poder de influência (menor capital). Um *campo* é um jogo, uma partida, cada um apresenta-se na sua posição e com seus interesses. O estado de relação de forças entre os jogadores ou agentes sociais define a estrutura do *campo* (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Trata-se de um jogo dinâmico, e um grupo pode ser dominante ou dominado, dependendo do seu capital estar em alta ou não, o que significa maior ou menor convencimento da legitimidade de seus interesses.

Vale lembrar que a posse de *capital* (social, econômico, ou cultural) é o meio imprescindível para o pertencimento a um *campo*, ou seja, sem algum tipo de *capital* um agente não se insere em um determinado campo.

O exercício realizado nesta pesquisa tem por pressuposto que as noções de *habitus* (disposições mentais herdadas) e de *campo* (estrutura de relações objetivas), tal como Bourdieu (1983) as apresenta são complexas e se situam no universo epistemológico dialético. Trata-se de teorias explicativas que dão conta da realidade do agricultor assentado. Os dois conceitos, de *campo* e de *habitus*, possibilitam apreender a complexidade de relações objetivas e subjetivas entre os agentes sociais em estudo.

Para melhor compreender o conceito de *campo social*, elaborou-se uma representação (ilustração 6).

Ilustração 6 – Elementos componentes do campo social

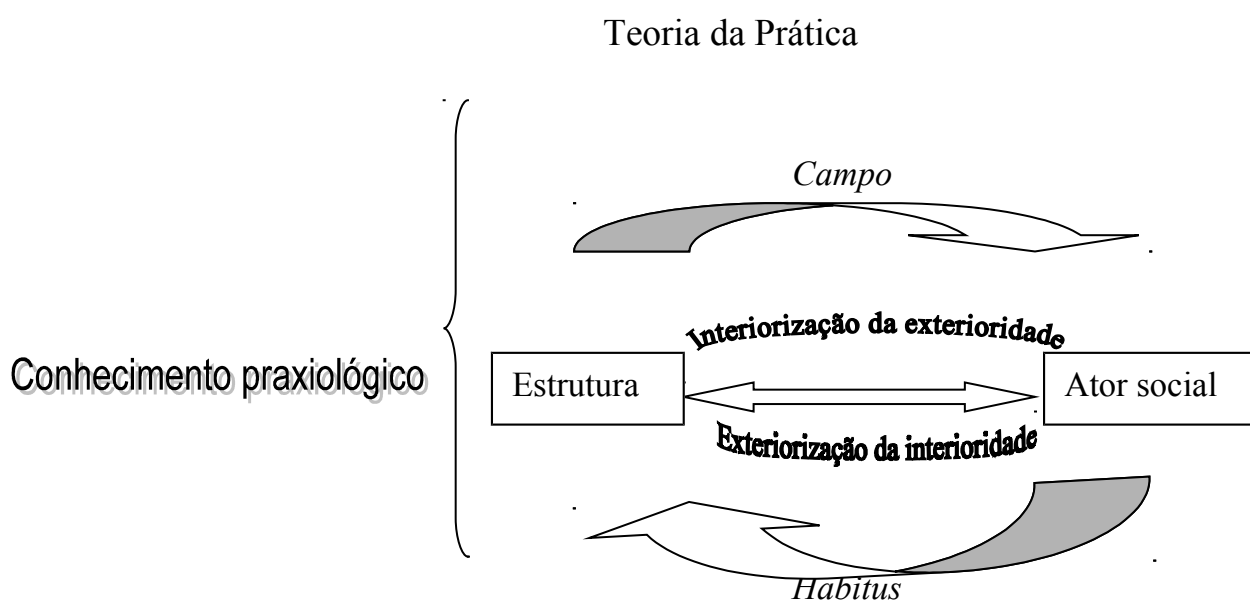


Subcampos do campo agrário

Fonte: Apresentação gráfica elaborada pela autora.

O campo (círculo) maior é a estrutura social, a sociedade brasileira. No seu interior, há os vários campos e, nestes os subcampos. A questão agrária, por exemplo, é um campo e, no interior deste campo há subcampos, cada qual com seus agentes, como os fazendeiros, os sem-terra, os mediadores (MST, CPT, Fetaeg, STRs) e outros, como se vê na ilustração 7, um fluxograma, que possibilita uma compreensão global da teoria.

Ilustração 7 – Fluxograma representativo da teoria da prática



Fonte: Apresentação gráfica elaborada pela autora.

De acordo com a elaboração teórica denominada *conhecimento praxiológico*, os agentes sociais têm apreensão ativa do mundo, e tudo depende das determinações estruturais e das posições internalizadas dos indivíduos. A teoria da prática consiste em articular dialeticamente estrutura social e ator social. Há, então, um duplo processo de “interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade” (MARTINS, 1987, p. 39). Nessa perspectiva, não existe cisão entre

indivíduo e sociedade, e da mesma maneira, não há como separar meio ambiente e sociedade, ou seja, não há como analisar impactos ambientais, separando-os da ação social. As investigações empíricas devem superar duas perspectivas, consideradas inconciliáveis: o subjetivismo e o objetivismo (BOURDIEU, 1983). Os agentes sociais incorporam ativamente as estruturas sociais e são por elas orientados e assim as formam, ativa e dialeticamente (CANESIN, 2002).

Em uma ação intrínseca e dialética, o indivíduo interfere no meio físico, social e cultural, ao mesmo tempo que é influenciado por ele. O *campo* é um espaço em que as posições dos agentes sociais se encontram prefixadas em virtude das relações objetivas que regem a estruturação da sociedade. De acordo com Canesin (2002, p. 99), “os campos são espaços de produção de bens simbólicos, permeados por relações de poder, expressas em conflitos, lutas, consensos entre diversos agentes”. O *habitus* é o sistema subjetivo, mas não individualizado, de estruturas interiorizadas, que orientam a prática dos agentes sociais.

Em seguida, utilizam-se o conceito de *campo*, as noções de *habitus* e de *capital*, aplicando a teoria da prática ao *campo* (realidade social) de estudo, que são os assentamentos rurais.

São vários os agentes que atuam nesse *campo*, dentre eles, os agricultores assentados. Seus interesses são, sobretudo, a reprodução como grupo doméstico, a melhoria do padrão de vida, a sua manutenção como produtores autônomos, a obtenção do lucro com o resultado da produção, o aumento do tamanho da propriedade rural, dentre outros.

Outros agentes que, embora não se localizem territorialmente nos assentamentos, mas têm significativa atuação nesse *campo*, são os fazendeiros. Seus interesses relacionados aos assentamentos são: a exploração da mão-de-obra dos assentados em suas fazendas, a compra de lotes nos assentamentos para o aumento da sua propriedade rural, o aluguel de pastos nos lotes dos assentados, a compra da produção excedente desses agricultores a preços menores que os de mercado e outros. Há ainda fazendeiros, especialmente os confrontantes, que compram o direito de lotes de assentados desistentes, retomando, assim, o processo de concentração da propriedade.

Os mediadores, tais como MST, CPT, Fetaeg, Ifas, Ibrace, também são agentes importantes nesse *campo*, atuando para prestar assistência técnica e educacional, ou para assessorar a organização política e/ou jurídica do grupo. O Estado, por meio do Incra, do Ministério do Meio Ambiente e de outros órgãos públicos, também atua no *campo*, tanto no processo de conquista da terra, quanto na organização e no desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Nesse *campo* de interesses e forças contrárias, cada agente procura, no mínimo, manter seu *capital* e, se possível, aumentá-lo.³¹ Os assentados tentam legitimar a reforma agrária e provar sua viabilidade, aumentando o seu *capital*, mediante realização de marchas reivindicatórias ou pela divulgação, nos meios de comunicação, dos bons resultados da produção em assentamentos. Eles conhecem e recitam dados que comprovam que as pequenas propriedades geram maior número de empregos no meio rural e que seus produtos atendem melhor à demanda interna. Afirmam que os fazendeiros são os que mais degradam a natureza, com a agricultura modernizada. O discurso acerca da necessidade de preservar o meio ambiente é mais um *capital* (cultural) utilizado nessa disputa de interesses, mesmo que, na prática, se constatem dificuldades de aplicação desse discurso.

Os adversários dos agricultores assentados, sobretudo os grandes produtores e concentradores de terra, tentam provar o contrário do que afirmam os assentados, os acampados e os seus mediadores. Dizem que os fazendeiros são os que realmente produzem, que os assentados estão desmatando a área da posse, que eles não se fixam na terra e vendem os seus lotes, que eles provocam desordem no país, dentre outras acusações. Esses agentes procuram manter ou aumentar seu *capital*, influenciando a opinião pública e o governo contra os assentados e os acampados. Para alcançar os seus objetivos, os fazendeiros organizam-se e até mesmo promovem a “formação de milícias armadas, nas áreas de conflitos, a serviço da grande propriedade fundiária”

³¹ É importante reforçar que o significado desse *capital* não é monetário, econômico, mas social. Trata-se da capacidade de convencimento que cada grupo ou agente social consegue na sociedade em favor de sua causa. A palavra *capital* significa poder de influência, eficácia dos argumentos em favor da causa, poder de convencimento, de legitimação da ação e dos fatos. Nesse sentido, cada grupo ou agente social procura defender os seus interesses por meio do discurso, de matérias divulgadas na mídia, de debates, de poder de influência nos meios públicos, dentre outras estratégias que possam aumentar o seu *capital*, isto é, a legitimação de seus interesses.

(BRUNO, 1997, p. 53), manipulando o governo e os veículos de comunicação³², buscando aliados contra seus adversários – os trabalhadores rurais e os seus mediadores.

Dessa forma, cada agente social – trabalhadores rurais, fazendeiros e outros – procura, de acordo com as suas possibilidades sociais objetivas, aumentar o seu poder de influência e de decisão nesse *campo* social, na defesa de seus próprios interesses.

O *campo* social, especialmente o dos assentados, é um espaço de conflitos, de concorrência entre indivíduos ou grupos, em que os agentes definem o *campo* de disputa, antagônica e dialeticamente. Com base nessa teoria, procura-se analisar e compreender como as famílias nos assentamentos em Goiás estão vivendo, produzindo, reproduzindo-se e se relacionando com a natureza.

2.2 Identificando o agricultor familiar

Neste tópico, procura-se apreender quem é o ator social, chamado de *agricultor familiar*, mais especificamente o *agricultor assentado*, que produz para se reproduzir, transformando o meio em que vive. Os grupos humanos, sem exceção, transformam em maior ou menor grau o meio em que vivem. A natureza é recriada e complexificada por meio de sua ação sócio-econômica e cultural. A ação transformadora do ambiente pelo homem é, então, inevitável.

A luta pela sobrevivência provoca impactos, a começar pelo atendimento às suas mais básicas necessidades – alimentar-se, vestir-se e se abrigar. A natureza constitui, desde o princípio da existência humana, fonte da qual se retira todo o suprimento para a sobrevivência e a perpetuação dessa espécie. No entanto, além de apropriar-se dos recursos naturais necessários para a sua subsistência, o ser humano iniciou um processo de intervenção e de transformação dos meios biótico e abiótico, como se os bens naturais (animais, vegetais e minerais) fossem inesgotáveis.

³² Em geral, aquele que dispõe de maior capital econômico, no caso o fazendeiro, tem maiores condições de aumentar seu capital social. Com maior poder aquisitivo, ele tem maior facilidade de acesso à mídia, ao poder judiciário, dentre outros meios utilizados para aumentar seu poder de influência. No entanto, o capital econômico não é, necessariamente, o fator determinante no jogo de disputa por maior legitimidade de interesses.

A intervenção humana no mundo tem modificado de várias formas a natureza. Como indivíduos ou como grupo social, os homens buscam – a qualquer preço – a sobrevivência e a satisfação de seus desejos e necessidades. O produtor industrial, o produtor rural e, até mesmo o *agricultor familiar*, são agentes dessa intervenção, que é intensificada com a pressão demográfica e o aumento do consumo. Aplicando a teoria da prática, desenvolvida por Bourdieu (1983), percebe-se que os atos do agricultor familiar, de exploração da natureza, são conseqüências da ação individual, mas também são decorrentes de experiências apreendidas de gerações anteriores, em um determinado contexto ou estrutura social.

Além de identificar o agente social, é importante salientar a sua participação no número de estabelecimentos ocupados, na detenção da área e no emprego da mão-de-obra. De acordo com dados do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação (FAO)/Inra (*apud* CAUME, 1997, p. 12),

a partir dos critérios estabelecidos, constatou-se que dos 5.801.809 estabelecimentos agropecuários do Brasil, 4.339.053 (74,8%) são do tipo familiar [...], que, apesar de constituir a maioria dos estabelecimentos agrícolas no país (74,8%), as unidades familiares detêm somente 22,2% da área total.

Mesmo constituindo 74,8% dos estabelecimentos agrícolas no país e detendo apenas 22,2% da área de terra, a unidade de produção familiar ocupa 59,5% do total do pessoal que trabalha na agricultura, ou seja, ela é a principal responsável pela manutenção da mão-de-obra no meio rural.

Apesar da importante participação no trabalho e na produção, a exclusão desses trabalhadores do processo sócio-econômico vem ocorrendo ao longo da história do país, a começar pela indefinição de sua identidade como ator social e do seu lugar no sistema produtivo (LINHARES; SILVA, 1981). A categoria social a ser analisada – o agricultor familiar – recebe designações as mais diversas, em cada região, dentre elas os de *camponês, lavrador, parceiro, morador, sitiante, pequeno proprietário, agregado, caipira, caiçara, arrendatário, meeiro, peão, posseiro, caboclo, colono, camarada, faisqueiro, sem-terra*. Trata-se de denominações, às vezes, carregadas de conotação política e, em outras, usadas com sentido pejorativo, por exemplo, o

vocabulo *caipira* transmite a idéia de bobo, tolo, tonto, jeca, e a palavra camponês apresenta uma conotação política, expressando a situação de classe (MARTINS, 1983).

Nem sempre o agente social chamado de *caipira*, de *camponês*, dentre outros, identifica-se com as conotações que são utilizadas. São classificações feitas muito mais pelos movimentos sindicais, religiosos e outros movimentos sociais e intelectuais. Ele “reconhece que é trabalhador rural, lavrador, sitiante, posseiro, colono, arrendatário, meeiro, parceiro etc” (IANNI, 1988, p. 102), mas muitas vezes estranha o que dizem dele, ou fazem por ele. Nem sempre a maneira como concebe e busca a reforma agrária é a mesma que aparece nos discursos e nas bandeiras de lutas dos mediadores e partidos políticos, que transfiguram suas reivindicações e lutas (MARTINS, 1993).

Há controvérsias a respeito das características das unidades familiares, por exemplo, se são camponesas ou se já foram subsumidas pelas exigências do mercado, e se há apenas traços coincidentes entre elas. Torna-se temerário afirmar pura e simplesmente que a produção familiar ainda é essencialmente voltada para a subsistência e caracterizar o agricultor familiar como aquele que é o proprietário da terra, que somente utiliza a força de trabalho de membros da família e que produz para o seu auto-sustento, vendendo o excedente. A exploração familiar existe e resguarda as suas próprias características, mas em meio a um sistema maior – o modo de produção capitalista (ABRAMOVAY, 1992).

Chayanov (1981) explica que a unidade familiar utiliza as condições naturais para garantir o bem-estar da família. Para esse autor, a questão central da lógica produtiva familiar é a do equilíbrio entre a penosidade do trabalho e a necessidade de garantir um nível mínimo de consumo. Todo grupo doméstico busca a satisfação de suas necessidades de (re)produção do grupo com o máximo de bem-estar e, para sua consecução é preciso haver o que o autor chama de ponto de equilíbrio. Quando o ponto de equilíbrio é atingido, o grupo não mais tem interesse em continuar trabalhando, e todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar do que a renúncia a seus efeitos econômicos. De acordo com a análise de Chayanov

(1981), o esforço necessário ao trabalho é empregado para atender à demanda e para suprir as necessidades consideradas básicas pelo grupo.

Diferentemente da lógica produtiva capitalista, que tem como objetivo o lucro e a acumulação sem parâmetro, a que orienta a agricultura familiar está voltada para os interesses da família. O grupo familiar busca a plena satisfação de suas necessidades – sócio-econômicas e culturais – e a realização do seu projeto, que é a reprodução do grupo doméstico, mesmo que para isso tenha que se inserir no sistema mais amplo, subordinar-se ao sistema ou a ele aderir.

O agricultor familiar vive atualmente uma condição de heterogeneidade ou, como denomina Lovisolo (1989), de diversidades, que significam a coexistência de distintos tipos de unidades familiares.³³ Há várias situações, dependendo do contexto. Não há um modelo *típico, puro*, em que possa ser enquadrado esse trabalhador. No contexto geral da agricultura brasileira, há diversas situações em que a sua figura aparece com as seguintes características: agricultores que produzem para a subsistência da família e que vendem no mercado o excedente; aqueles que possuem os meios de produção, mas buscam trabalho fora para complementar a renda familiar; os que trabalham no campo, mas são assalariados; outros que, por terem se inserido totalmente no novo sistema, produzem essencialmente para o mercado; e, ainda os que estão integrados no mercado, mas não abandonam o cultivo de alguns gêneros que compõem a manutenção da família.

Apesar da diversidade ou heterogeneidade de situações em que se encontra o agente social das unidades de produção familiar, há traços característicos que o identificam: a) o uso da força de trabalho é, sobretudo, dos membros da família e não gera mais valia – o que marca a especificidade da unidade produtiva é seu caráter familiar; b) a autoridade doméstica (a figura do pai ou chefe da família) é marcante na unidade de produção agrícola familiar; c) a unidade que produz é a mesma que consome ou que vende suas mercadorias para comprar outras não-produzidas no seu interior – a ação de vender ou de comercializar, nesse caso, não descaracteriza a

³³ Lovisolo (1989) classifica os distintos tipos de unidades familiares da seguinte maneira: a) unidades capitalizadas e unidades não-capitalizadas; b) unidades que ora vendem força de trabalho e ora não o fazem força de trabalho; c) unidades que diversificam a produção e as unidades que não-diversificam a produção; d) unidades que produzem para o autoconsumo e as unidades que produzem para o comércio; e) unidades não-capitalizadas e que não vendem força de trabalho; f) unidades não-capitalizadas e que vendem força de trabalho; g) e unidades capitalizadas, com diversificação produtiva tradicional e capitalista.

produção que tem como referência principal o consumo próprio, mas que é também feita para o mercado.

Esses traços coincidentes nas unidades de produção rural familiar garantem a universalidade como categoria ou grupo específico. Há controvérsias teóricas sobre o desaparecimento dessas unidades familiares, mas estudos³⁴ têm constatado que parte delas ainda mantém sua autonomia sem se enquadrar totalmente nos padrões capitalistas de produção, pois se adaptaram ao sistema maior como forma de sobrevivência e de reprodução do grupo doméstico. As diferentes formas de buscar trabalho, de produzir, de vender e até de viver são estratégias de sobrevivência do grupo (LAMARCHE, 1993).

Evidentemente, todos os que fazem parte dessa categoria desenvolvem suas atividades no espaço rural e utilizam a força de trabalho de membros da família, mas há casos de agricultores familiares que, além de utilizarem a força de trabalho de membros da família, têm necessidade de contratar mão-de-obra – temporária ou permanentemente – para ajudar as atividades desenvolvidas na propriedade. Deve-se lembrar que nem todo produtor familiar é proprietário, como, por exemplo, os meeiros, os posseiros, os itinerantes e outros. Em virtude das transformações no campo, há uma profunda heterogeneidade e uma coexistência de diversas formas de atuação da família na produção rural que “não podem ser compreendidas em um único modelo” (LAMARCHE, 1993, p. 16). Por isso, a “unidade de produção familiar” não pode ser classificada unicamente como uma unidade em que “propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (p. 15), senão como delimitação de um objeto de estudo.

Na busca de reconhecimento da unidade familiar, destacam-se algumas características: trata-se de uma unidade que produz para vender e para obtenção de outras mercadorias, diferentemente das produções capitalistas, que compram somente para vender; é uma unidade em que o ciclo se inicia e termina na mercadoria; o objetivo, nesse tipo de unidade, não é a compra, mas a venda. No caso, existe a oposição apontada por Marx (1980) entre a circulação simples de mercadorias – M-D-

³⁴ A título de exemplo, citam-se algumas autores que fazem essa discussão: Abramovay (1992), Adant e Altafin (1991), Brandão (1981), Brandão e Carvalho (1986), Carneiro (1988), Caume (1997), Chayanov (1981), Lamarche (1993), Pessoa (1999), Pietrafesa (2002).

M – e a circulação capitalista – D-M-D’. “O dinheiro aparece, neste regime de produção, como um termo que facilita a troca e não como objeto de valorização”, assinala LOVISOLO (1989, p. 158). No produtivismo capitalista, o objetivo preponderante é a venda de mercadorias, e a unidade familiar é essencialmente marcada pela aquisição de bens não-produzidos e destinados, de modo geral, ao consumo e à reprodução do grupo.

De acordo com Wanderley (1999, p. 22), “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Esse conceito é muito mais amplo que o de campesinato, “que se constitui um modo específico de produzir e de viver em sociedade”. A produção campestina é apenas uma, dentre as várias formas de produção que compõem o regime de produção familiar. No entanto, o conceito de *camponês* não está superado e guarda algumas características que o identificam como categoria que ainda se reproduz no interior das sociedades capitalistas modernas. Não há, necessariamente, uma ruptura total entre os diversos tipos de agricultor familiar, mas a coexistência deles no mesmo cenário do processo histórico de desenvolvimento da agricultura brasileira em que aparecem novas relações em nível de trabalho, de técnicas de produção e de luta pela reprodução social.

Não é objetivo deste trabalho construir um novo conceito de agricultura familiar, mas apenas identificar quem faz parte desse segmento. Pietrafesa (2002) tem uma compreensão interessante sobre quem é o agricultor familiar. O autor considera que

O agricultor familiar é aquele ator social que desenvolve atividades fundamentalmente com mão-de-obra de sua própria família e depende substancialmente do sistema de produção para sua reprodução física e social, ainda que exerçam pluriatividades para ampliar sua possibilidade de sobrevivência [...], não extrai mais valia e também mantém autonomia na forma de estabelecer relações sociais e culturais, não se enquadrando nos padrões estabelecidos por este capital (p. 27).

O conceito de *agricultor familiar*, de acordo com o autor, é mais amplo do que aquele que estabelece que, para ser produtor familiar, é necessário ser dono da terra, produzir para a subsistência e utilizar somente a força de trabalho de membros da

família. Na concepção de Pietrafesa (2002), esse ator social continua utilizando substancialmente a força de trabalho de membros da família, mas não só, pois, em muitos casos, necessita de contratar mão-de-obra. O agricultor familiar, às vezes, em virtude de novas circunstâncias sócio-econômicas, precisa exercer mais de uma atividade, sem abandonar a sua prática de produtor rural. Nesse caso, também continua não extraíndo mais valia, mas mantém sua autonomia sem se enquadrar totalmente nos padrões capitalistas de produção. Em outras palavras, o mundo mudou, o mercado ampliou-se, e as transformações sócio-econômicas e ambientais forçaram o produtor rural a se adaptar às novas relações de trabalho e de produção. No entanto, esse trabalhador continua reproduzindo-se sem perder todas as características que o identificam como uma categoria social específica, a qual se insere no sistema produtivo mais amplo sem se transformar em agente de produção capitalista. Trata-se de uma categoria que se adapta ao sistema, como forma de sobrevivência e de reprodução no processo global do capital.

2.3 A relação do agricultor familiar com a natureza

A questão central deste trabalho é a compreensão da lógica da produção familiar e sua relação com a natureza. Para tanto, passa-se a analisar como a sociologia trabalha o tema proposto, com base em um levantamento bibliográfico que trata da vida e da prática (re)produtiva do *agricultor familiar*, especialmente o *assentado*, e sua relação com o meio ambiente. Tal pesquisa bibliográfica permite identificar características típicas desse produtor rural, as quais demonstram que a maneira como vive, como produz e se relaciona com os animais, com os vegetais e a natureza, produz significativos impactos ambientais.

Apesar da diversidade de situações em que o agricultor familiar vive e produz, foram encontradas características comuns a todos os grupos pesquisados, sobretudo busca pela sobrevivência, como nos exemplos que se verá a seguir.

A realidade do produtor familiar no município de Bofete (SP), estudada por Candido (1979), nos anos de 1948 e 1954, mostra, em linhas gerais, os meios de vida

em um agrupamento de *caipiras*,³⁵ suas formas de organização, como se ajustam ao meio em que vivem e como exploram os recursos naturais para a elaboração da sua dieta. Os meios de vida do *caipira* constituem a matéria central da pesquisa realizada por Candido (1979). Segundo o autor, o caipira é aquele que vive com o mínimo possível de recursos de subsistência, apenas o suficiente para sobreviver, sem o que a vida orgânica não seria possível. É o homem dos *mínimos vitais e sociais*. Sua relação com a natureza é estreita, de total dependência – homem e meio ambiente aparecem em uma solidariedade indissolúvel. A alimentação é o recurso vital por excelência, e o meio natural é sua grande fonte potencial.

O caipira é o tipo social de *cultura rústica*,³⁶ uma cultura que não ultrapassa o equilíbrio mínimo, mantido graças à exploração de recursos naturais, por meio de técnicas rudimentares e formas de organização igualmente rudimentares (CANDIDO, 1979). Nessas sociedades humanas, os homens agem em defesa dos *mínimos vitais*. Para garantir a sobrevivência, eles coletam, caçam, pescam e praticam uma agricultura, em menor escala que a agricultura intensiva, mas também danificadora do meio.

Antes da entrada dos produtos do comércio, o caipira extraía tudo de que necessitava da natureza. Utilizava a madeira para fazer os utensílios da cozinha (colher de pau, gamela), cochos para os animais e outros. Extraía o barro para fazer panelas, cuias, casas de pau-a-pique. Usava roupas de algodão, óleo de mamona para iluminar, banha de porco para cozinhar, machado, enxada, foice, cavadeira e arado para trabalhar. Quase tudo era feito em casa. Tratava-se de uma população marcada por essas características, com variações locais, e que abrangia partes das Capitâneas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (CANDIDO, 1979).

A título de exemplo, o escritor Bariani Ortencio (1959) retrata o modo de sobrevivência do goiano nesses sertões e sua relação com a natureza. Enquanto os recursos naturais eram abundantes, a extração não tinha limites. Seus contos detalham a abundância de pássaros, caititus, lontras, veados, antas, peixes e outros animais. Os sertanejos plantavam mandioca, milho, arroz e feijão para a despesa, mas a caça, a pesca e coleta de mel e frutos do mato também faziam parte da sua dieta. Consumiam

³⁵ Candido (1979) explica que na sua obra os termos *caboclo* e *caipira* são utilizados para referir-se a um modo de vida e nunca a um tipo étnico.

³⁶ O autor entende por *cultura rústica* o universo das culturas tradicionais do homem do campo, a qual não se confunde com *rude* ou *tosco* (CANDIDO, 1979).

ovos de tartaruga, abatiam jacarés para fazer ensopado e usavam folhas de buriti para construir barracas. Quando não tinham outra opção, os macacos também eram abatidos, e a sua carne, consumida. Caçavam, também, para trocar o couro do animal por sal ou para vender a carne salgada em arraiais ou aos tropeiros viajantes.

A extração de recursos naturais sem controle, praticada pelos paulistas visitantes, e posteriormente pelo sertanejo goiano, transformou-se, ao longo de dezenas de anos, em um legado histórico, em uma mentalidade arraigada, capaz de influenciar as atitudes e até o modo de vida do agricultor familiar do século XXI. Ações repetidas durante longo tempo e por várias gerações podem transformar-se em *habitus*. Por meio de uma herança cultural, os indivíduos são influenciados pela prática de seus antepassados. *Habitus* são predisposições adquiridas que tendem a ser reproduzidas (BOURDIEU, 1989).

O *caipira* goiano foi caracterizado pelos viajantes estrangeiros, como Pohl (1976) e Saint-Hilaire (1975b), que visitaram essas regiões, de povo indolente e atrasado. Monteiro Lobato chamava o caipira brasileiro de Jeca Tatu. Os antecessores diretos do caipira, de acordo com Candido (1979), são o aventureiro, e, posteriormente, o índio escravizado. Sua atividade predatória resultou de uma experiência legada pelos portugueses e pelos primeiros exploradores da terra interiorana – o bandeirante. Diz o autor que “o deslocamento incessante do bandeirantismo prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca, do descendente caipira, a partir do séc. XVII” (CANDIDO, 1979, p. 44). O bandeirante levava uma vida de aventureiro e nômade, desbravava novas regiões em busca, especialmente, de índios, para o trabalho compulsório, e de metais preciosos, não se importando com os danos que causava com essas *invasões ecológicas*.

Para o caipira, a agricultura extensiva itinerante foi o recurso encontrado para suprir a falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra. Além das reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, o sistema de sesmaria e de posses também possibilitou a prática dessa agricultura. Sobretudo as posses “abriram para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação” (CANDIDO, 1979, p. 46).

O caipira espalhou-se, a partir do século XVIII, por enormes extensões de Minas Gerais e de Goiás, buscando novo sertão, no qual continuava a utilizar a mesma prática de agricultura itinerante, derrubando novas matas, queimando, plantando, caçando, pescando, de acordo com as possibilidades do lugar.

A expansão do mercado capitalista alterou o ritmo de trabalho, forçou o caipira a multiplicar o esforço físico, atrofiando as formas coletivas de organização, e a economia de subsistência passou a coexistir com a agricultura comercial, pois nem todos os caipiras ajustaram-se ao novo sistema. O velho cerne da cultura caipira não foi destruído, pelo menos até certo ponto. Desde então, tornou-se difícil resistir à expansão capitalista (CANDIDO, 1979).

Há três tipos de reação do *caipira*. O primeiro grupo de caipira aceita os traços *impostos e propostos* pelo novo sistema, o segundo, apenas os traços *impostos*, e o terceiro grupo rejeita *ambos*. O *parceiro* enquadra-se no segundo grupo de caipiras, pequenos lavradores, sitiantes que, apesar de serem cada vez mais arrastados pela economia capitalista e para as cidades, procuram preservar ao máximo possível as formas tradicionais de vida. A parceria, continua o autor, é para o caipira uma etapa de transição: ou ele enquadra-se na condição de colono e assalariado, ou migra para as cidades, ou ainda consegue tornar-se proprietário, o que é difícil de acontecer (CANDIDO, 1979).

Outros fatores advindos da expansão do mercado mudaram a dependência ecológica, levando a um desligamento relativo do meio natural imediato. A aceleração do ritmo de trabalho e uma maior dependência em relação aos centros urbanos – compra de utensílios de toda espécie – redefiniram as necessidades desse agente e modificaram as relações do grupo com o meio. O *caipira básico* apareceu, ele próprio, como um segmento do meio, em uma espécie de comensalismo ou simbiose com a natureza. Havia abundância de caça, pesca e coleta de alimentos e, quando um determinado meio se exauria, o caipira migrava. Contudo, essa mobilidade começou, pouco a pouco, a ser limitada pelo sistema de propriedade (posteriormente tornada legal) e pela densidade demográfica. Esses fatores também foram de suma importância para a mudança da dependência em que vivia o homem dos mínimos vitais em relação à natureza imediata.

Outra pesquisa que analisa a prática produtiva do agricultor familiar é a de Leonarda Musumeci (1988) sobre a situação de pequenos produtores – o camponês de *fronteira*³⁷ – dos chamados vales úmidos do Maranhão, na região do extremo leste da Amazônia Legal. A coleta de dados para a pesquisa deu-se entre 1978 e 1980, mas sua análise faz um recuo histórico e assinala que o tempo da terra liberta teve início na década de 1930, quando os camponeses nordestinos entraram nessa área, encontrando-a absolutamente livre. Desde então, e até o final dos anos 1950, eles trabalharam a terra de diferentes formas em termos de propriedade: desde os que se fixavam em uma área, com casa e lavoura, para demarcar o seu direito, até os que se portavam como absolutamente itinerantes – os *parceiros*. No começo dos anos 1960, começou a acumulação capitalista da terra, por meio da grilagem (MUSUMECI, 1988). Dois fatores favoreceram essa prática: a lei estadual de terras de 1959, “contendo válvulas de escape para a grilagem”, e um programa de empréstimos do Banco do Brasil em 1962, mediante a apresentação do título de propriedade (p. 115).

Muitos pequenos produtores ainda vivem na itinerância, uns desbravando mato e vendendo o direito de posse, outros mudando o seu roçado, após o esgotamento da fertilidade do solo e dos recursos naturais. A predominância de técnicas de cultivo, como a derrubada e queimada da mata, a limpeza do terreno para posterior plantio, tornou-se uma prática agrícola predatória e corriqueira entre eles, por meio da agricultura itinerante, não concebendo o tempo necessário à recuperação da natureza.

A itinerância em si não era o problema. Originalmente, os agricultores procuravam novas áreas para plantio e pastagem, e havia tempo para que as áreas anteriormente utilizadas se refizessem de nutrientes. A situação mudou com a pressão demográfica. Com o aumento da demanda de alimento, progrediu também o uso da terra, exigindo maior volume de produção. Para isso, era necessário ampliar o uso intensivo do solo e, às vezes, incorporar maiores superfícies de terra para a agricultura.

³⁷ Segundo Musumeci (1988, p. 366), “a expressão *fronteira* (por vezes qualificada como agrícola, econômica etc.), para se referir a um movimento de ocupação territorial e/ou a uma área de terra recentemente ocupada e objeto de incremento em sua exploração econômica, tem sua origem entre nós em uma transposição de um uso que se tornou corrente nos Estados Unidos (*frontier, moving frontier*), em contraste com o seu sentido europeu original de limite fixo entre países [...]. Entretanto, não se deve imaginar que o processo histórico de ocupação territorial no Brasil seja análogo ao norte-americano: No Brasil a *fronteira* não é uma linha ou limite, ou um avanço de civilização, ou um processo unilateral ou unilinear [...] [Aqui] a ocupação ocorreu e ainda ocorre em um padrão de arquipélago”.

O pastoreio excessivo e o uso da agricultura intensiva e extensiva diminuíram o período de repouso do solo, esgotando o seu potencial nutritivo (BOSERUP, 1987).

De acordo com Vieira (1995), os pequenos produtores degradam o meio ambiente porque não têm outra alternativa. Faltam-lhes recursos para praticar culturas permanentes, pois não têm acesso a crédito oficial, a técnicas de conservação do solo, a orientações de produção sustentável, em razão do que eles procuram sempre novos lugares para desmatar.

Segundo Musumeci (1988), apesar de o *camponês de fronteira* causar danos ao ecossistema com caças, com pescas com rede ou bomba, não respeitando a época de reprodução dos animais, o faz porque esse é o seu meio de sobrevivência. Conforme a autora, esse produtor não vive em um mundo à parte, isolado, autônomo, “nem sua atividade produtiva se guia única e primordialmente pela lógica do consumo e da subsistência familiar” (p. 165), pois, para sobreviver, ele também especula com o valor da terra, entra em disputas internas, caça, pesca, vende madeira e produz para vender. Por isso, é preciso questionar a fórmula: pequena produção mais terras livres equivale à economia de subsistência.

Esses trabalhadores, afirma Musumeci (1988), são influenciados e, às vezes, guiados pelo mercado. Eles plantam também para comprar outros produtos de consumo, o que mostra a heterogeneidade de situações e, ainda, que os agricultores familiares não constituem uma categoria social pura e típica. Há, dentre eles, os que se apropriam dos recursos naturais sem medir os danos, praticam uma agricultura rudimentar, especulam com o valor da terra, com o intuito de acumular patrimônio, e não produzem somente para a subsistência da família. Enfim, sua relação com a terra é mercantil, de apropriação e de utilitarismo.

O trabalho de Garcia Jr. (1983), concluído em 1972, aborda a situação dos pequenos produtores periféricos da grande plantação canavieira de Pernambuco, mais precisamente nos municípios de Bonito e Belém de Maria. O autor faz um estudo de caso desses agentes, analisando a estrutura interna, o seu funcionamento e movimento do trabalhador em unidades familiares, e identificou três tipos de trabalhador: *o pequeno proprietário*, não subordinado ao patrão; *o morador*, subordinado ao patrão, por não poder escolher o que plantar; e *o trabalhador que vive na rua*, também

subordinado ao patrão. Nem todos possuem terra, mas todos lutam por um mesmo projeto – a reprodução da família, empregando a força de trabalho do grupo doméstico, traço coincidente e uniformizante da categoria.

A prática produtiva do agricultor familiar, analisada por Garcia Jr. (1983), não se diferencia da prática dos agricultores analisada por outros autores, em relação à apropriação daquilo que a natureza oferece. Praticam a caça, a pesca e a coleta como atividades extrativas, utilizam argila para fabricação de utensílios domésticos, madeira para fabricação de abrigos e produzem artesanato. Não importando o meio, buscam todas as maneiras possíveis para prover a subsistência³⁸ familiar. Mesmo trabalhando em sua própria terra, o sitiante pode não encontrar nela condições suficientes para a reprodução do seu grupo doméstico. Como alternativas, além das atividades extrativas, são conhecidas as tradicionais migrações para os engenhos do sul, durante a safra da cana – ou até para São Paulo –, a abertura de um pequeno comércio, a produção de artesanato para uso ou comércio, dentre outras.

A migração é um caso extremo de tentativa de melhorar de vida. É uma estratégia familiar. “Migra-se porque não há mais condições de se ‘viver’, ou seja, os padrões tradicionais de subsistência não podem mais ser mantidos pelo trabalho familiar”, assinala GARCIA JR. (1983, p. 82). Por outro lado, se ainda há condições de sobrevivência, o grupo doméstico permanece na busca da sua autonomia, que compreende, sempre que possível, a propriedade da terra. Mesmo que alguns filhos tenham que deixar a casa, o que marca a especificidade da unidade produtiva é seu caráter familiar. Os filhos deixam de pertencer à unidade de trabalho, mas não à família, e os que permanecem são chefiados por alguém que organiza a produção, em geral, o pai de família.

O roçado realizado é um tipo de produção organizado com a ajuda da família. Trata-se de uma cultura por queimada. Garcia Jr. (1983) afirma que “este tipo de agricultura provoca uma perda rápida de fertilidade do solo, fazendo com que os agricultores abandonem uma terra cultivada após breve período de cultivo” (p. 114). Por isso, a cada dois anos, a terra deve passar por um período de descanso. O caráter itinerante marca profundamente a categoria *roçado* ou *roçadinho*. Essa prática

³⁸ Subsistência não implica que os produtos do grupo doméstico deixem de ser obtidos por intermédio da circulação mercantil (GARCIA Jr., 1983).

produtiva é feita em um espaço móvel, itinerante, e seus passos são os seguintes: roça-se o mato (derrubando a vegetação), empilha-se a coivara, queimam-se os gravetos, e limpa-se o que sobrou de coivara e de tocos. Assim, a terra fica nua, aguardando a chuva. É claro que não é uma prática produtiva ecologicamente correta. O produtor emprega-a por ser mais barata ou por não dispor de informações sobre a existência de outras técnicas. Sua meta é produzir, cultivando a terra com a família e para a família, para viabilizar o projeto de reprodução do grupo doméstico.

2.4 A herança histórico-cultural do agricultor familiar goiano

Este item apresenta um retrospecto histórico, necessário para o entendimento da prática produtiva do agricultor familiar em Goiás. O cerrado³⁹ goiano sofreu as primeiras explorações ainda no século XVIII, com a chegada de paulistas, os chamados bandeirantes. O início das atividades predatórias na região deu-se com a exploração de ouro e o aprisionamento de índios. A transição do período da mineração para o agropastoril foi lenta. Só bem mais tarde, a partir do século XIX, os sertões de Goiás foram ocupados, fundamentalmente, por grandes e pequenos posseiros (SILVA, 2000).

Os grandes posseiros eram criadores de gado, donos de engenho, de escravos e os especuladores de terra. Os pequenos posseiros eram lavradores que plantavam e criavam para a própria subsistência, e não contavam com braços escravos no trabalho do dia-a-dia com a terra. Seus quinhões eram menores (uma quarta de terra, um alqueire, às vezes, mais) ou nem os possuíam, vivendo do cultivo de terras aforadas.⁴⁰

³⁹ A palavra cerrado significa fechado ou vegetação densa. Trata-se de um bioma diversificado de climas, solos e topografia. É um mosaico de diferentes tipos de vegetação, que variam desde a vegetação baixa com várias espécies de gramíneas até formações florestais fechadas, com vinte a trinta metros. Situa-se na região central do Brasil (WWF, 1995). O conceito de cerrado, no sentido lato, tem a seguinte divisão: *campo limpo*, uma camada de vegetação rasteira; *campo sujo* de cerrado, uma formação savânica mais rala; *campo cerrado*, composto de formações savânicas mais densas, de média altura; e o *cerradão*, de arvoredos ou florestas (EITEN, 1994). As várias formas de cerrado não se apresentam assim, de modo ordenado, mas distribuem-se em forma de mosaico de vegetação, determinado por condições ambientais físicas e antrópicas – como tipos de solo e frequência de queimadas (COUTINHO, 1990).

⁴⁰ Segundo o Glossário de direito agrário (FACULDADE DE DIREITO DA UFG, 1998, p. 44), *foro* significava pensão paga pelo anfitrêta, certa e anual; domínio útil do terreno; privilégio, uso ou direito garantido pelo tempo ou pela lei. A aplicação da palavra estendeu-se e passou a significar uma quantia certa e anual paga por quem utilizava uma terra de domínio público ou privado; era uma taxa obrigatória, uma espécie de aluguel para ter o direito de cultivo e de domínio útil do terreno.

Faziam parte do grupo dos pequenos posseiros as famílias sem recursos, provenientes de outras províncias, os criminosos, os foragidos da lei, os descendentes de escravos que trabalharam nas minas, os descendentes de concubinatos, de uniões ilícitas de brancos com negras ou com índias. Em geral, esses sujeitos formavam a classe dos pequenos agricultores (SILVA, 2004).

A maioria dos pequenos produtores nem tinha condições de registrar suas terras. Quando aparecia um fazendeiro interessado em alguma área já ocupada, usava a força e expulsava o pequeno posseiro. Ao lavrador só restava migrar para uma região de fronteira. A produção era extremamente rústica e, de acordo com Brandão e Ramalho (1986, p. 87), “o que existiu foi uma população transitando dos povoados para as roças e fazendas, algumas delas incapazes de prover os meios para a sobrevivência dos seus moradores”. Sem técnicas, sem ferramentas adequadas para o trabalho e sem mercado, para que plantar, a não ser para a reprodução da família?

Nos primórdios da ocupação do cerrado goiano, houve muita devastação. Os grandes criadores de gado derrubavam para a formação de pastos, e os *lavradores* trabalhavam derrubando e queimando mato para fazer suas roças e depois deixar o pasto formado para o fazendeiro (SILVA, 2004). A terra de mata virgem não tinha muito valor, mas depois da derrubada do mato e da formação do pasto, seu preço era majorado. A fala de um sertanejo goiano ilustra o que já fora descrito em páginas anteriores, e também nas obras de Candido (1979), Musumeci (1988) e Garcia Jr. (1983), ao referir-se aos mineiros que se instalavam em Goiás e como eles se enriqueciam, desbravando terras:

Meu sogro foi assim, ele veio prá cá há uns dez anos, comprou muita mata aí, derrubou, queimou e plantou. Agora a mata virou capim, o que ele fez? Foi pra Mato Grosso onde tem muita terra. Lá ele comprou trezentos alqueires só de mato (BRANDÃO; RAMALHO, 1986, p. 134).

Brandão (1981) conta como vivia e se reproduzia o lavrador e *caipira* goiano.⁴¹ A coleta de dados para a elaboração do seu livro deu-se entre janeiro de 1975

⁴¹ “O goiano não quer saber se é trinta dias, se é um mês. Estando comendo e bebendo ele se vira, é tranqüilo”, assinala Brandão e Ramalho (1986, p. 134). De acordo com as características apontadas por Antonio Candido (1979), esse trabalhador goiano é o típico homem dos mínimos vitais.

e março de 1976, com os moradores do município de Mossâmedes-GO. O universo social pesquisado abrange diversos personagens, como o trabalhador rural não-proprietário de terra, o *lavrador* (*parceiro* ou *meeiro*), o *assalariado rural* (incluem-se o diarista e o *peão*, o vaqueiro, dentre outros), o produtor agrícola dono de porções de terra (o *camponês* ou *pequeno proprietário*), o *sertanejo* ou *caipira* que produz para a subsistência, o *lavrador urbanizado*, cuja família reside na cidade ou em algum lugarejo, o *fazendeiro* (possuidor de terra, produtor rural não-exclusivo e apropriador permanente ou periódico de força de trabalho). Prioritariamente, o enfoque recaiu sobre a prática produtiva dos *lavradores* (BRANDÃO, 1981).

Vivendo em situação de meeiro, de posseiro, de assalariado, de pequeno proprietário, o *lavrador*, categoria social em questão, cultiva suas lavouras em roças de toco, sobre áreas de matas derrubadas e queimadas. Em geral, o fazendeiro cede suas terras para que esses trabalhadores, em uma relação de troca, cultivem por um tempo suas roças, com o compromisso de deixar o pasto formado. “Não podendo ser, como os poucos grandes fazendeiros, criadores de gado de corte para a venda em mercado regional, os lavradores de Mossâmedes foram agricultores de cereais, coletadores, caçadores e pescadores”, pontua Brandão (1981, p. 48).

Há uma dependência direta dos lavradores em relação aos recursos naturais. Eles mesmos reconhecem a destruição da natureza pela ação do homem, quando se referem ao tempo da fartura que ficou para trás, mas não se vêem como um dos atores dessa destruição. Com o passar do tempo eles começaram a notar que a derrubada das matas eliminou muitos animais de caça, que a ação predatória de pescadores locais, com o uso de bomba, de tarrafas e de redes, diminuiu a quantidade de peixes, que a derrubada dos cerrados e dos campos reduziu bastante certos produtos vegetais complementares da alimentação, tais como o pequi, o caju, a guariroba e outros.

A idéia de natureza, manifestada pelos *moradores* e apreendida por Brandão (1981), é a de um celeiro, do qual se costuma extrair os seus recursos. Vêm a mata como fonte de caça, de extração de madeira para fazer mesa, cadeira, curral, cerca, poste, e o rio existe para a prática da pesca. O autor percebeu, observando o cotidiano dos habitantes da região que, mesmo durante os passeios de puro lazer pelas

florestas, o morador manifestava-se uma visão utilitarista da natureza como, por exemplo, na fala de um morador:

Isso aqui é um pau bom demais pra cerca, pra fazer poste de cerca. Agora, este ali serve é pra dentro de casa: uma mesa, um banco. Desse outro aqui a gente faz é o cabo de enxada. É o guatambu, o senhor conhece? (BRANDÃO, 1981, p. 50).

O surgimento de um mercado regional trouxe mudanças drásticas para a região, como valorização do preço das terras e de seus produtos, aquecimento do mercado de imóveis rurais, aceleração do regime de parceria entre proprietários e meeiros e a necessidade de expandir as áreas de pastagens e de cultura para a produção para o mercado. Essas mudanças alteraram as relações de posse e uso da terra. O autor esclarece:

A necessidade de ocupar novas áreas para pastagens e lavoura acelerou a agressão sobre a natureza com a derrubada de um número muito mais elevado de alqueires, com a destruição de cerrados e a queima de campos para a abertura de novas áreas de criação e de agricultura. Pequenas roças de toco de 1 a 3 alqueires dão lugar a lavouras de arroz que com frequência chegam a 20 e 50 alqueires e que, no caso dos maiores fazendeiros, podem ir de 100 a 300 alqueires (BRANDÃO, 1981, p. 56).

A introdução de fertilizantes e maquinário agrícola facilitou o cultivo de grandes lavouras e acelerou o processo de intervenção do homem na natureza. O fator demográfico também contribuiu para acelerar a devastação, pois uma maior concentração de pessoas e de animais de criação requer maior quantidade de alimento e maior espaço para a produção. Na concepção dos *moradores*, todas as alterações que envolvem a sociedade e a natureza pioraram a situação e foram causados por fatores externos. Para eles, a não-abundância na natureza e a sua destruição são o resultado da ambição proveniente de fora, referindo-se, sobretudo, aos mineiros que se dirigiram a Goiás e ficaram ricos. O mineiro representa para eles a economia de mercado. Aquele que introduziu a *meia*, e o *arrendo* como formas de trabalhos e partilha dos frutos da terra (BRANDÃO; RAMALHO, 1986, p. 95). Os *moradores* não se vêem como agentes de transformação do meio, mesmo que sua atividade produtiva – derrubada de mato, queimada, caça e pesca – seja predatória. Para eles, no entanto, “colocar fogo na

mata é um recurso natural, enquanto usar um inseticida não é” (BRANDÃO, 1981, p. 78).

O tempo antigo para o *lavrador* goiano era o tempo da fartura, em que não havia mercado. No tempo antigo, tudo era permitido: plantar, fazer rancho para morar, caçar, pescar, tirar madeira para fazer casa e mais o que a pessoa quisesse. A produção destinava-se, sobretudo, ao sustento da família. Assim vivia o lavrador, retirando da natureza o seu sustento, sem se dar conta dos impactos ambientais que causava.

O tempo passou, e as transformações ocorreram: o valor da terra aumentou, surgiram os recursos tecnológicos, o contingente de pessoas e de animais cresceu, o mercado regional consolidou-se, e a unidade familiar continuou persistindo, buscando adaptar-se às novas situações de mercado e de consumo. Em relação à natureza, não se percebe que o agricultor familiar tenha mudado sua atitude em relação a ela, e a sua prática produtiva continua comprometendo seriamente a biodiversidade.

De acordo com pesquisa realizada por Pessoa (1999) em assentamentos rurais goianos, os assentados não são *verdes*, ou seja, parte deles sabe da necessidade de preservação dos recursos naturais, mas, além de condições técnicas e financeiras, falta-lhes conscientização suficiente para uma prática produtiva sustentável.

O autor afirma que há terras que já se encontravam seriamente devastadas antes de serem transformadas em assentamentos, um fator relevante nesta análise, pois não se pode acusar os assentados de serem os responsáveis únicos pelo processo de degradação. Por outro lado, muitos parceiros ainda desenvolvem uma agricultura à maneira antiga, contrária à sustentabilidade, fazendo queimadas, pescando com redes, caçando animais silvestres, prendendo pássaros em gaiolas, não respeitando a mata ciliar, desmatando para formar pastos, além de outras práticas comprometedoras do ecossistema.

As pesquisas demonstram o tipo de relação desse agente social com a natureza, como ele a vê e dela se apropria. As informações obtidas pela revisão bibliográfica serão comparados com a pesquisa empírica nos assentamentos rurais, para saber se a prática de queimar, derrubar, caçar, pescar, ainda perdura. Será investigado se o agricultor assentado está reproduzindo a mesma relação dos seus

antepassados com a natureza, ou se a (re)produção dos assentados é construída em uma perspectiva de sustentabilidade.

A atitude do agricultor familiar, detectada na revisão bibliográfica é uma combinação de vários fatores, e um deles é o legado histórico que, como se vê na obra de Antonio Candido (1979), já fazia parte da mentalidade produtiva do povoador da Província de Goiás, mesmo antes que ele chegasse na região. Com base no contexto desse legado, outro fator indicativo de uma atitude comprometedora do ecossistema é o *habitus*, que assegura em cada indivíduo a presença ativa de experiências passadas, sob a forma de esquema de pensamento, percepção e ação. O *habitus*, que é tendencialmente conservador, constitui-se a história incorporada pelo ator social e contribui para garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 1984).

Um exemplo de herança cultural e que, ao longo do tempo, tornou-se arraigada, é a utilização da queimada para a limpeza dos pastos para a rebrota ou para o plantio. De maneira geral, os assentados sabem que as queimadas provocam danos ao ecossistema, mas continuam praticando-a por ser técnica barata e que elimina a necessidade de mão-de-obra para a roçagem. É uma prática que vem ocorrendo há séculos e que continua, através das gerações. Em Goiás a utilização da queimada acontece desde os primórdios da ocupação do território e foi registrada em 1819 por Saint-Hilaire (1975b). Quando passava perto do Arraial de Anicuns, ele ficou espantado com as queimadas de pasto em uma região despovoada. Há, entretanto, controvérsias a respeito do uso do fogo como se verá a seguir.

Alguns estudiosos do bioma cerrado (EITEN, 1975; CASTRO; KAUFFMAN, 1998) afirmam que o fogo é um elemento antigo e, igualmente, é um dos fatores condicionantes do cerrado. Assim, no manejo de unidades de conservação, não se deveria impedir o uso do fogo, já que poderia haver alterações na estrutura da vegetação e, conseqüentemente, de toda a comunidade desse ecossistema. O ideal, de acordo com Coutinho (1990), consiste em manter uma frequência intermediária de queimadas, evitando assim a redução do patrimônio genético desse ecossistema e preservando os cerrados de maneira correta.

Se o cerrado não fosse antropizado e não tivesse sofrido tantas transformações, o manejo do fogo seria uma questão menos intrincada. Uma das complicações na manutenção das queimadas é provocada pelas gramíneas exóticas (como o *Brachiaria*), inseridas pela ação humana. O grau de material combustível desse tipo de vegetação desencadeia incêndios incontroláveis, provocando altas temperaturas do solo, o que elimina os microorganismos. As labaredas avançam rapidamente e atingem os galhos das árvores, queimam os ninhos dos pássaros e atingem até os animais adultos que não conseguem escapar.

As queimadas não traziam maiores implicações quando o cerrado cobria grandes extensões de áreas contínuas. Atualmente, como ele está reduzido a pequenas ilhas, o empobrecimento pode ser muito danoso. A fumaça e as cinzas levadas por correntes de convecção provocam a exportação de nutrientes para outras áreas, reduzindo o seu estoque no sistema local. Quando o cerrado era contínuo, o fogo queimava ilhas do bioma, e levava nutrientes de um lado para outro, mantendo o equilíbrio dos solos.

As queimadas freqüentes, como técnica de limpeza e manejo de pastagens ou como técnica de preparação do solo para plantio, provocam indesejáveis conseqüências, e mesmo assim são praticadas por grande parte dos produtores rurais, pequenos, médios e grandes, dentre os quais os das unidades de produção familiar, sobretudo o assentado. De acordo com pesquisa realizada por Pessoa (1999), nos assentamentos Rancho Grande, Mosquito e Rio Paraíso, uma terça parte dos parceiros informou recorrer às queimadas.

Em períodos em que a pressão populacional era baixa, e o mercado, incipiente, e o uso da terra não era tão intensivo, havia como deixar a terra em *pousio* (descanso) longo, vinte ou trinta anos. Com o aumento da população e do consumo, o uso da terra tornou-se intensivo, com a diminuição de seu tempo de *pousio*. Saber usar técnicas para recuperar o solo e produzir sustentavelmente tornou-se, portanto, uma questão fundamental para o agricultor.

Nesse aspecto, é importante considerar a trajetória do produtor rural familiar. Quem vive na itinerância não cria raízes, não se fixa no lugar por muito tempo, e por isso não cria mecanismos de preservação do solo. Assim, “esses

agricultores continuam praticando uma agricultura rústica e predatória” (PESSOA, 1999, p. 49). A falta de oportunidades de aprendizado de novas técnicas de produção, dentre outros fatores, faz que as práticas agrícolas continuem apenas esgotando as fontes naturais. Conforme dados da mesma pesquisa (PESSOA, 1999, p. 286), apenas 53% dos assentados pensam “ser necessário preservar a natureza, ou seja, explorá-la sem destruí-la”. No entanto, segundo o autor, a prática desses parceiros não corresponde a essa vontade, além de recorrerem a muitas outras práticas comprometedoras da ecologia.⁴²

Em outras situações, a prática da queimada torna-se um hábito viciado, arraigado dos agricultores. Sousa (1997) descreve a prática dos parceiros do Assentamento Rancho Grande, que desmatam o terreno e queimam os tocos as árvores para o posterior plantio. Essa ação provocou denúncia no Ibama, que puniu os ocupantes com multa simbólica. Outro dado ocorrido no mesmo assentamento relaciona-se ao garimpo. Quando a fazenda foi ocupada, havia nela uma atividade de arrendo de extração de ouro. Os novos ocupantes assumiram a atividade, continuando a depredação do meio ambiente, com a derrubada de barrancos do rio. Na Fazenda Rio Vermelho, os pré-assentados vendiam madeira para os madeireiros da cidade de Goiás. De acordo com a mesma autora “estes a apanhavam durante a noite, numa trilha aberta pelos vendedores” (p. 122).

No PA São Carlos, a atitude dos pré-assentados foi a de preservar o que restara de floresta. O fazendeiro, antigo dono da área, efetuara desmatamento indiscriminado na fazenda para a formação de pastagens. Depois que os ocupantes acamparam, uma das regras para o bom funcionamento do acampamento era não retirar madeira da fazenda (DUARTE, 1998). Em muitas regiões, o problema ambiental é anterior aos assentamentos, que herdaram solos desmatados, pouco férteis, desgastados e/ou carentes de recursos hídricos. Dois exemplos são os assentamentos São Felipe e Acaba Vida (município de Goiás), que apresentam solos bastante inférteis

⁴² De acordo com BOFF (1994, p. 18, *apud* ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001, p. 79), “ecologia abrange, além da natureza (ecologia natural), a cultura e a sociedade humana (ecologia humana e social), pois tudo se relaciona com tudo e em todos os pontos”. Segundo Michèle Sato (1997), a ecologia abarca alguns ecossistemas: o *natural* (predomínio dos componentes biológicos); o *seminatural* (com pouca ou muita influência do ser humano) e o *antropogênico* (com origem no homem e dependente do gerenciamento humano).

e pedregosos, impróprios à produção agrícola. “Há inclusive problemas com a falta d’água no período da seca”, assinala Curado (1998, p. 191).

Nos assentamentos, a sobrevivência do grupo é defendida da maneira possível. Em alguns casos, como já citado, até com atividades desenvolvidas de forma clandestina, com a garimpagem e a extração de madeira. Em geral, são organizadas lavouras coletivas, fundamentais para a sobrevivência do grupo. Outra estratégia utilizada é o trabalho externo aos assentamentos, em fazendas próximas. Dentre as atividades desenvolvidas figuram o desmatamento, a limpeza de pastos, aceiros, colheita de sementes de capim, manejo do gado, entre outras (CURADO, 1998).

A pesquisa de Souza (1999), no Assentamento Chê Guevara, situado no município de Itaberaí-GO, é um exemplo de que a degradação acontece nos PAs. A pesquisadora relata a situação ambiental do assentamento e constata desmatamentos, destruição das matas ciliares, pisoteamento das nascentes pelo gado e, sobre as suas áreas de preservação permanente, não restavam senão morros e encostas. Os desmatamentos foram feitos para o plantio de roças e para a formação de pastagens.⁴³

Constata-se, por meio do levantamento bibliográfico, que tanto os fazendeiros quanto os assentados têm participação no processo de exploração indiscriminada do meio ambiente, causando graves impactos ambientais. Os grandes empreendedores, em busca do lucro fácil, provocam um custo ambiental impactante, em razão de desmatamentos para a formação de pastagens e grandes lavouras, dentre outras atividades. Os assentados, para garantirem a sobrevivência física e a reprodução grupo, como categoria social, também lançam mão da atividade produtiva mais viável e de fácil acesso. Outro fator é a necessidade de geração de renda – quando o pequeno ou o médio produtor rural investem algum capital ou a força de trabalho na terra, esse investimento deve reverter-se em renda para a (re)produção do grupo familiar.

Causa também impactos ambientais, talvez o mais importante, o *habitus* produtivo dos assentados, os quais se valem de práticas adquiridas, herdadas de muitas gerações, ainda não modificadas ou substituídas. Em todos os casos, há esse pano de

⁴³ O PA Chê Guevara foi criado em seis de agosto de 1998, em uma área de 4.090,0200 hectares, com 110 famílias assentadas (SOUZA, 1999).

fundo, capaz de influenciar a atitude dos agentes em ação, seja do grande, do médio ou do pequeno agricultor.

O *habitus* é uma disposição incorporada, adquirida ao longo do tempo (BOURDIEU, 1989). Difícil de ser mudada, a relação desses produtores com a natureza continua sendo a de extrair recursos naturais, como se eles fossem infindáveis. Desde os primórdios da ocupação desse solo, o *posseiro*, o *arrendatário*, o *pequeno proprietário*, o *assentado* vêm praticando uma agricultura rudimentar (desmatando e fazendo queimadas), caçando, pescando e extraindo o que existe na natureza, sem contrapartida em termos de reposição e/ou preservação dos seus recursos.

Outra manifestação do *habitus* entre os agricultores é a pecuarização. De modo geral, desenvolveu-se gradativamente em Goiás uma economia fortemente calcada na pecuária extensiva, em parte favorecida pelo esgotamento do ouro (CURADO, 2004). Dentre os vários fatores que contribuem para a configuração desse tipo de pecuária e a formação de grandes fazendas de gado, Carneiro (1988, p. 64), aponta os seguintes:

- a) A província contava com imensas áreas de terras devolutas e com pastagens nativas; b) a atividade em questão absorvia pouca força-de-trabalho; c) o dispêndio de capital fixo era irrisório, pois a expansão do rebanho se fazia através do processo natural de reprodução; d) o gado era uma mercadoria capaz de transportar-se a si mesma, uma vez que um dos principais problemas da província era a escassez e ineficiência das vias de acesso aos centros dinâmicos do país.

Com a mineração, a formação de grandes fazendas, as roças itinerantes, extensas áreas foram desmatadas, cursos d'água modificados e assoreados pelo acúmulo de lama e índios foram dizimados. Assim a paisagem original sofreu transformações resultantes em um desastre ecológico iniciado no século XVIII (BERTRAN, 1991).

Henriques (2003) confirma a participação da pecuária na destruição da paisagem do cerrado com a finalidade de formar pastagens. Segundo o autor, cerca de 40% do rebanho bovino brasileiro é criado no cerrado. Citando um estudo publicado no início de 2000, na revista *Nature*, Henriques (2003) afirma que, na distribuição

entre as culturas, a fatia de pasto plantado ocupa a maior parte, com 69% da área total desse bioma.

De acordo com Pessoa (1999), a pecuarização tem atingido também os assentados. A ação corriqueira de abertura de mais pastagens para a criação de gado de leite e/ou de corte, nos assentamentos, é uma reprodução do que acontece na realidade envolvente – na exploração agropecuária de todo o Brasil. Nos projetos implementados em seus lotes, com recursos do extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), o autor informa que, de oitenta projetos, havia somente um destinado à agricultura, na produção de banana. “Todos os outros estavam voltados para as vacas”, afirma Pessoa (1999, p. 162).

Há uma dependência muito grande do modelo produtivo rural brasileiro, em formar pasto para o gado – leiteiro ou de corte. No caso dos assentamentos, produz-se sobretudo gado leiteiro, já que o leite é, em muitos casos, a única garantia de alguma receita fixa. A afirmação de que o leite é uma garantia de renda fixa aparece também nos depoimentos orais dos assentados dos PAs Rancho Grande e Boa Esperança.

Essa reflexão é importante para retratar a lógica econômico-produtiva e o *habitus* de pelo menos dois séculos de dependência da formação de pastagens para o gado. Os assentados estão apenas exteriorizando o que fora interiorizado naquele tempo e na estrutura social vivenciados por eles e seus antepassados.

Não há dúvida de que o legado histórico também influencia essa prática agrícola degradadora, que as condições de vida e produção sempre foram desfavoráveis para o pequeno produtor, tornando-o itinerante, que muitos assentamentos são constituídos em terras já desmatadas e desgastadas e que faltam recursos técnicos e financeiros para viabilizar um modo de produzir menos agressivo ao meio ambiente. Tudo isso é fato e tem contribuído para o processo de degradação da natureza, mas outros fatores contam para a construção desta análise. A relação do agricultor familiar com a terra tem sido de espoliação e de especulação, com apropriação da natureza como uma fonte de lucros e de seus recursos, como se eles fossem inesgotáveis, o que causa impactos ambientais.

Mesmo possuindo uma lógica de produção relativamente diferente da produção capitalista, as unidades de produção familiar, com base nas obras citadas,

têm sua parcela de responsabilidade no processo de degradação da natureza, sem muitas vezes, por pura necessidade de sobrevivência do grupo familiar. O sonho de riqueza e acumulação, por exemplo, faz parte do horizonte do agricultor familiar. Não se trata de acumulação por meio do trabalho assalariado, como constata Lovisolo (1989), mas de uma imagem de riqueza representada no campo formado em capim, na terra cheia de gado e em outras representações do mundo rural. Seus sonhos são povoados de possibilidades reais de produção e de acordo com os seus valores sócio-culturais.

Tanto o produtor que pratica uma agricultura rústica, quanto o capitalizado (mecanizado, que utiliza agroquímicos, que produz para o mercado), danificam a natureza. Cada um age de uma maneira, mas a relação que estabelecem com o meio ambiente, os produtores de maneira geral, é de apropriação de seus recursos, de exploração da potencialidade dos solos, por meio de técnicas de produção, para a obtenção uma produtividade cada vez maior. Quer buscando a reprodução física e social do grupo familiar, quer buscando a acumulação, eles têm em comum, ainda que em diferentes graus, a degradação do meio ambiente. Mais adiante, de maneira mais aprofundada, será abordada a relação dos assentados com o meio ambiente, verificando se há iniciativas de mudanças para uma (re)produção sustentável.

CAPÍTULO 3

SUSTENTABILIDADE E (RE)PRODUÇÃO FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RANCHO GRANDE E BOA ESPERANÇA

*Levantem os olhos sobre o mundo
E vejam o que está acontecendo a nossa volta
Para que amanhã não sejamos acusados de omissão
Se o homem, num futuro próximo, solitário,
nostálgico de poesia encontrar-se sentado no meio
de um parque forrado de grama plástica, ouvindo
cantar o sabiá eletrônico, pousado no galho de uma
árvore de cimento armado.*

Manoel Pedro Pimentel

A análise desenvolvida neste capítulo compreende os dados sociais, econômicos e ambientais, valendo-se dos conceitos de sustentabilidade, desenvolvido pelas ciências naturais, e de *habitus*, proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1983; 1989). Esses conceitos foram tomados como referencial teórico para verificar se as condições de vida e produção dos parceiros são sustentáveis. Eles foram trabalhados como sustentação teórica ao longo do texto e, quando possível, confrontam-se os dados e a teoria, buscando tornar mais claro o tratamento do objeto de investigação.

Para esclarecimento sobre o campo de estudo e o objeto da investigação realizada, retratou-se em separado cada PA, no que diz respeito aos seus aspectos históricos, fisiográficos e infra-estruturais, identificando cada um deles nos mapas cedidos pelo Incra. Posteriormente, estabeleceu-se um paralelo entre os dois PAs – o Rancho Grande e o Boa Esperança –, analisando os dados obtidos por meio de questionário aplicado a cada chefe de família, das anotações feitas durante a pesquisa de campo e das entrevistas gravadas.

Os dados coletados na pesquisa de campo, tanto quantitativos quanto qualitativos, foram organizados de maneira a facilitar a sua leitura e a sua análise, demonstrando a vida (re)produtiva nesses assentamentos. Estabeleceu-se um paralelo

entre os dados dos dois PAs, de modo que as duas realidades fossem analisadas simultaneamente.

3.1 Breve histórico, localização e caracterização dos PAs

3.1.1 O PA Rancho Grande

O assentamento Rancho Grande, sob a coordenação do MST, teve início com a ocupação da Fazenda Rio Vermelho, em agosto de 1987. Situa-se na microrregião 2, denominada Rio Vermelho, e pertence ao município de Goiás, a 165 km da capital do estado. Foi criado em três de setembro de 1991 e abriga 21 parceiros (ilustração 8).

Ilustração 8 – Mapa da microrregião Rio Vermelho, em que se encontra o PA Rancho Grande



Fonte: Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra/SR-04/GO – Setor de Cartografia

A fazenda permaneceu em disputa por mais de quatro anos, até ser desapropriada e dividida em 21 parcelas e um *núcleo*. A média das parcelas no Rancho Grande é de 36 hectares, maior que o tamanho normal de outros PAs, por tratar-se de uma área com solos acidentados e pedregosos.

A maioria das famílias que ocuparam a fazenda dos herdeiros do falecido Sebastião Camargo é proveniente de municípios vizinhos. Segundo Sousa (1997), as principais motivações dos posseiros foram: necessidades econômicas, vontade de possuir um pedaço de terra e o vislumbre do direito a uma vida digna. Ainda vivendo sob a lona, os posseiros começaram a derrubar o mato para o plantio de roças. Após a

derrubada, puseram fogo na área, segundo a tradição dos agricultores. Diz ainda a autora, que, apesar de todas as orientações da equipe de agro-ecologia do Ibrace, o fogo tomou proporções inesperadas, perdeu-se muita madeira-de-lei, o que resultou em denúncia e multa aplicada pelo Ibama.

A fazenda estava semi-abandonada. Havia nela dois agregados – que depois vieram a se tornar parceleiros – e os garimpeiros, a maioria da cidade de Goiás, que pagavam arrendo para o dono da terra por intermédio de um dos agregados. Após a ocupação da fazenda pelos sem-terra, esses garimpeiros passaram a fazer o pagamento diretamente aos posseiros e continuaram exercendo a atividade de garimpo, derrubando barrancos do Rio Vermelho no período da noite, para o solo ser lavado durante o dia com água e mercúrio (SOUSA, 1997).⁴⁴

Quase não havia atividade agrícola na fazenda. Havia algumas cabeças de gado que pertenciam aos agregados e aos vizinhos, os quais costumavam alugar os pastos. As áreas que já haviam sido desmatadas tornaram-se capoeiras. Ainda em fase de legalização do PA, os assentados passaram a vender madeira para proprietários da cidade de Goiás. “Estes a apanhavam durante a noite, numa trilha aberta pelos vendedores, na parte oposta do local, onde estavam morando, que dava acesso às roças, à casa de alguns membros desse grupo [...]”, assinala Sousa (1997, p. 122). Portanto, eles tinham conhecimento de que a atividade era ilegal.

Caracterização fisiográfica

Os 758,8181 hectares do PA Rancho Grande são um mosaico de diferentes tipos de vegetação de cerrado. Considerando-se o conjunto todo das áreas verdes, como as matas ciliares, as áreas de preservação permanente (APP), as lavouras e/ou plantações, restam nesse PA cerca de 15% de cerrado em regeneração. Não há área de reserva florestal legal (RFL) no assentamento. As áreas de pastagem ocupam cerca de 85% de todo o PA. As pastagens são compostas de gramíneas exóticas, dentre elas a *Brachiaria brizantha* ou *Brachiarão*, *Brachiaria brusudicola*, Gamba ou *Andropogon*.

⁴⁴ Segundo informações de assentados, o garimpo foi fechado pelo Ibama, após denúncia de ocupantes que não tinham participação nos lucros do arrendo.

Em algumas parcelas, não se respeitou a exigência de deixar a vegetação para a proteção das beiras dos córregos e das nascentes. Dos 5%, aproximadamente, que restam de área de vegetação natural não-contínua, a maior parte é de cerradão (arvoredos) e de campo sujo, uma formação savânica mais rala, embora exista, em menor porcentagem, campo limpo e campo cerrado.

Como se pôde constatar *in loco*, há áreas de solos dos quais já foi retirada toda a cobertura vegetal, e nelas restam apenas cascalhos. Nesse processo de degradação, há parcelas bastante comprometidas em razão do total desmatamento e do processo de erosão avançado, além de estarem prejudicando as nascentes com o pisoteamento do gado, assoreamento do rio e dos córregos, dentre outros problemas ecológicos.

Aspectos da infra-estrutura

Foi instalada eletrificação rural em todo o assentamento. As estradas, a principal e as vicinais, não são asfaltadas, apresentam média conservação no período da seca, e são ruins no período chuvoso. O transporte dos alunos para a cidade é feito por um ônibus escolar. Os habitantes que não possuem carro nem moto são transportados na carroceria de um pequeno caminhão, por um dos moradores que ganha a vida fazendo frete e conduzindo os assentados.

No núcleo desse assentamento funcionou, durante os primeiros anos, uma escola de ensino fundamental, que se encontra fechada. Na mesma área, existe atualmente, um templo da Assembléia de Deus, e a antiga escola é utilizada para as reuniões da associação.

3.1.2 O PA Boa Esperança

Sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores do Estado de Goiás (Fetaeg), encontra-se o PA Boa Esperança, que ocupa uma área de 1.547,1665 hectares. Criado oficialmente em 11 de julho de 1995, situa-se na microrregião 15, denominada de Meia Ponte, no município de Piracanjuba, a cerca de 115 km de Goiânia, e abriga atualmente 53 parceleiros (ilustração 9).

Ilustração 9 – Mapa da microrregião Meia Ponte, em que está situado o PA Boa Esperança



Fonte: Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra SR-04/GO – Setor de Cartografia.

A Fazenda Boa Esperança foi ocupada, em agosto de 1993, por trabalhadores rurais sem-terra, provenientes do próprio município e de municípios

vizinhos. Das 98 famílias que ocuparam a fazenda, muitas desistiram, por causa da demora da apropriação da terra pelo Incra (imissão na posse), ocorrida somente em dois de junho de 1995, data em que o grupo inicial havia se reduzido a 35 famílias, número insuficiente para o preenchimento das parcelas. As 35 famílias foram assentadas, sobrando, então, 17 vagas, que foram preenchidas mediante indicações do Incra, da Fetaeg e do STR de Piracanjuba. A proposta de fazer de tal propriedade um assentamento foi do STR local, que apresentou tal possibilidade à Fetaeg. Era uma propriedade que se destacava na região porque o então proprietário a mantinha bastante preservada e praticamente inexplorada. Antes de ser ocupada, cerca de 70% da paisagem nativa estava bem conservada, havendo matas e enorme quantidade de madeiras de lei, tais como o cedro, aroeira, peroba e outras. Mesmo depois de 13 anos da implantação do PA, ainda podem ser encontradas tais espécies de madeiras nas minúsculas áreas de reserva permanente que ainda restam nos lotes (CURADO, 2004).

Caracterização fisiográfica

Como o Rancho Grande, também esse PA é um mosaico composto de diferentes tipos de vegetação, todas de cerrado. Nele encontram-se os quatro tipos de cerrado, segundo classificação de Eiten (1994). Do que resta de vegetação natural, a predominância nas margens do Rio Piracanjuba e dos córregos que cortam o PA é de *campo cerrado*, composto de formações savânicas mais densas, de média altura e de *cerradão*, de arvoredos ou floresta. Na parte mais alta dos 1.547,1665 hectares do assentamento, predomina o *campo sujo* de cerrado, uma formação savânica mais rala, e *campo limpo*, uma camada de vegetação rasteira.

A área de reserva legal (ARL) do Boa Esperança é composta de cerca de 80% *cerradão*, e, o restante de *campo cerrado*. Sem contar a ARL, restam cerca de 20% de área verde no PA, incluindo as matas ciliares, os fragmentos de APP, as lavouras e as plantações. Em algumas parcelas, a vegetação foi quase totalmente retirada, e os tocos das árvores ainda são visíveis. A pastagem é a paisagem predominante em todas as parcelas. Das gramíneas introduzidas, a predominância é de *Brachiaria roziensis* e de *Brachiária brizantha* (Incra SR-04/GO).

Também no Boa Esperança, como se verificou *in loco*, prevalecem solos do tipo latossolo vermelho-amarelo. Há, também, áreas de várzeas, com solos escuros e hidromórficos. Essas áreas de várzeas foram desmatadas e os solos drenados para a formação de pastagem e para a construção de tanques de criatórios de peixe, sem respeitar as exigências do Código Florestal Federal ou Lei nº 4.771/65 (BRASIL, 1965). Segundo o código, nas áreas em que há nascentes, como os chamados *olhos d'água* ou mina, deve haver área de preservação permanente, qualquer que seja a sua situação topográfica, em um raio de cinquenta metros de largura.

Aspectos da infra-estrutura

Segundo o setor de planejamento do Incra, o PA Boa Esperança deveria ter duas áreas de reserva legal. Uma permaneceu, a área atual (a da serra); a outra deveria situar-se em uma parte alta e plana da fazenda, na qual existia uma vegetação típica de cerrado (*stricto sensu*). Era uma área de grande riqueza de árvores frutíferas, como os pés de pequi (*Caryocar brasiliense*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), murici (*Byrsonima verbacifolia*), dentre outros (INCRA, 2004). Segundo os moradores, as plantas medicinais eram abundantes nessa área, tais como a sucupira, a canela de ema e a arnica. Entretanto, os trabalhadores desejavam que o Incra atendesse a algumas famílias que não foram contempladas no sorteio. O Incra não resistiu à pressão e utilizou a área anteriormente destinada à reserva legal para assentar o restante das famílias.

O PA passou a contar com 53 parcelas, uma delas comunitária. Além disso, foi reservado mais um pequeno núcleo para a comunidade, que atualmente conta com dois templos evangélicos e um salão em que acontecem as reuniões da associação. Os católicos recebem, uma vez por mês, um representante que faz a celebração com eles, em suas casas. Um médico visita mensalmente o PA e atende os assentados no salão do núcleo. Mais tarde, toda a parcela destinada à comunidade foi vendida a um dos parceiros, que nela pretendia instalar um filho. O dinheiro apurado nessa operação de compra e venda foi destinado à quitação de dívidas de financiamento bancário, assumido pelos assentados na tentativa de viabilizar uma cooperativa de produção de

porcos – a iniciativa fracassou e as máquinas se encontram abandonadas em um galpão instalado na parcela. Não há creche nem escola no PA. Uns poucos alunos freqüentam a escola em Piracanjuba, levados por um dos assentados, que vive de fazer frete e de transportar pessoas.

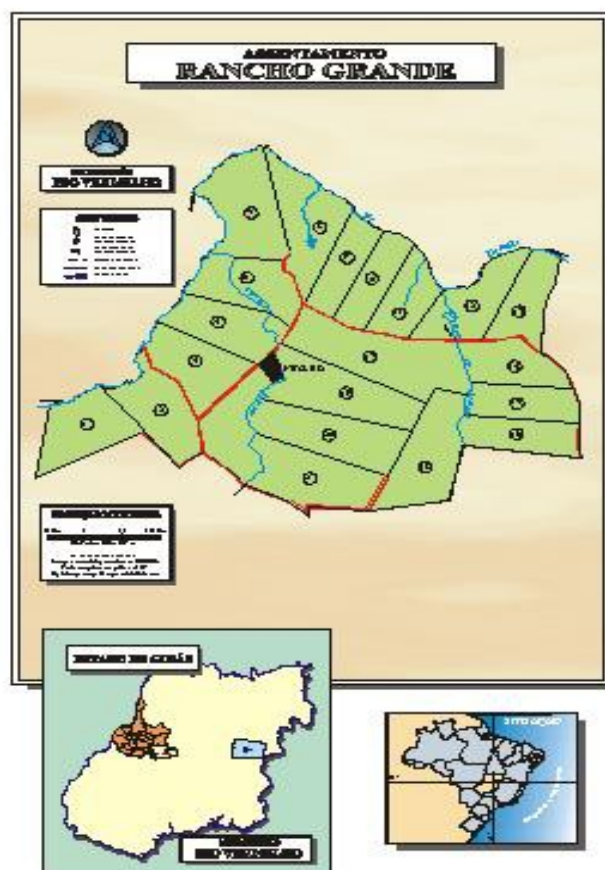
A estrada de acesso ao PA, que sai da rodovia estadual, não é asfaltada, mas permanece sempre em razoáveis condições. Na época das chuvas, as vias de acesso perdem a qualidade por causa do acúmulo de barro, mas não ficam intransitáveis. Mesmo as estradas vicinais no interior do assentamento recebem, pelo menos uma vez ao ano, manutenção da prefeitura com patrolamento e cascalhamento. As estradas dão acesso a todas as parcelas e, em todas elas, há eletrificação rural.

3.2 A divisão das terras em parcelas

O assentamento é a fase final da conquista da terra, quando as famílias recebem, por sorteio, seus lotes. A trajetória de formação dos PAs Rancho Grande e Boa Esperança, analisados neste trabalho, foi bem delineada por outros autores como Curado (2004), Sousa (1997), em razão do que não há necessidade de reescrever a sua história, da ocupação à constituição. Faz-se apenas, ligeiramente, um relato de como e quando eles surgiram e se constituíram.

Os PAs foram criados obedecendo às normas que constam na Lei do Direito Agrário (BRASIL, 1966). A constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seus artigos 185 e 186, identifica os imóveis passíveis de desapropriação, após a qual, ocorre a divisão de parcelas (ilustração 10).

Ilustração 10 – Mapa do Assentamento Rancho Grande, dividido em parcelas e um núcleo comunitário



Fonte: Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incra
SR-04/GO – Setor de Cartografia.

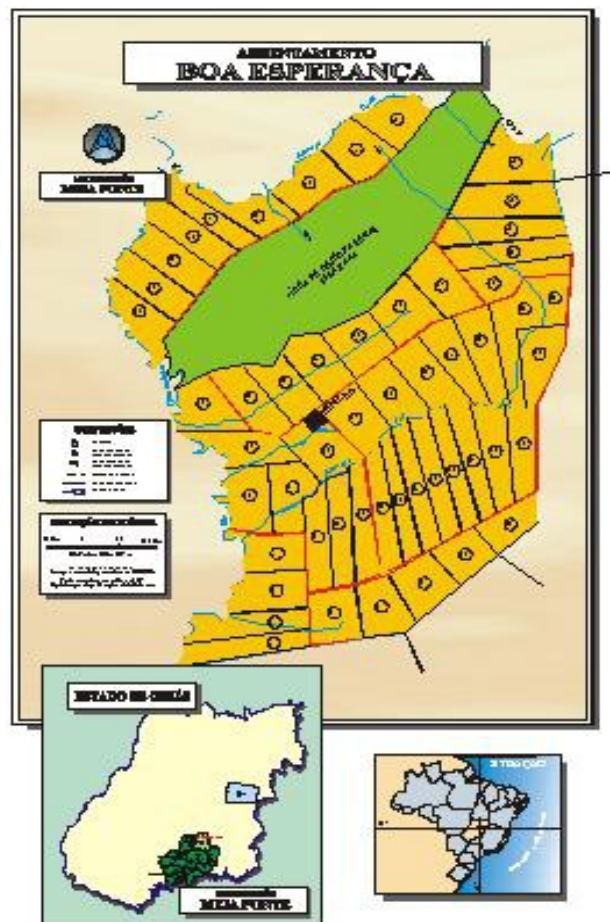
Ao dividir as parcelas, o Incra segue determinados critérios, destinando uma parcela e um núcleo, ou pelo menos uma pequena área para uso comunitário.⁴⁵ Em quase todos os PAs, há pelo menos um núcleo, destinado ao funcionamento de associação, de centro comunitário, de templos religiosos para os diferentes credos, de escola e de outras iniciativas comunitárias. No PA Rancho Grande não há ARL, nem parcela de uso comunitário, mas apenas um pequeno núcleo para uso comum. Quando esse PA foi criado (1991), ainda não havia uma maior preocupação do Incra em

⁴⁵ De acordo com Souza (1997, p. 115), “os critérios de estudo técnico do Incra para definir sobre o quantitativo de assentamentos possíveis em uma área, passa por um estudo dos mananciais de abastecimento de água, da fertilidade do solo, possibilidades de construção de estradas, local para a construção de uma área comunitária, onde são construídos os equipamentos sociais, como escola, galpão de armazenamento de mantimentos, centro comunitário, entre outros. Após este estudo técnico, o Instituto elabora um mapa, como os que compõem este trabalho, objetivando criar o número de lotes que atenda à demanda do grupo, e, ainda compense as peculiaridades do terreno, isto é, um lote mais fraco, o quantitativo de terras é maior. Após a elaboração do mapa, o Incra reúne os trabalhadores, futuros parceiros, apresenta-lhes o mapa, discutindo com eles os critérios técnicos da confecção. Se o grupo dá anuência, realiza-se o sorteio dos pertencentes, segundo a enumeração dos lotes do mapa.”

demarcar áreas de reserva legal. Além disso, houve grande pressão dos trabalhadores para ocupar toda a área e assentar o máximo possível das famílias que estavam acampadas no local.

Há assentamentos, como o Boa Esperança, que além do núcleo, possuem parcelas comunitárias, em que os assentados podem cultivar roças em conjunto ou montar algum projeto de trabalho comunitário, e também uma ou mais ARLs, dependendo do tamanho do imóvel desapropriado. O PA Boa Esperança, por exemplo, deveria ter duas áreas de reserva legal, se não fosse a pressão do STR de Piracanjuba, da Fetaeg e dos próprios trabalhadores para que o Incra assentasse o maior número possível de famílias. Então, a área em que predominava *campo sujo* de cerrado e *campo cerrado* foi loteada, restando apenas a Serra de Piracanjuba, de puro *cerradão* ou floresta, em que há grande riqueza de espécies vegetais, sobretudo da família das orquídeas (*Orchidaceae*), e designada como reserva legal (ilustração 11).

Ilustração 11 – Divisão do PA Boa Esperança, com uma parcela de uso comum e Área de Reserva Legal



Fonte: Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do Incria SR-04/GO – Setor de Cartografia.

Uma das 53 parcelas do Boa Esperança fora designada para uso comunitário, sendo mais tarde vendida para quitar dívidas.

3.3 Os aspectos sociais dos parceleiros

Por meio dos dados seguintes, pode-se fazer um diagnóstico da realidade em que vivem os assentados e quais são suas perspectivas de vida, (re)produzindo-se como grupo familiar a longo prazo.

A pesquisa mostra a heterogeneidade desses agentes no tocante à idade, ao grau de instrução, à procedência, à história de vida, dentre muitos outros aspectos que serão abordados ao longo do texto. A análise inicia-se com a identificação dos

parceiros, ou seja, a média de idade, o estado conjugal, a sua procedência e como se instalaram no assentamento.

A falta de maquinários, a impossibilidade de utilização de mão-de-obra dos filhos, os problemas de saúde, de recursos para contratar o trabalho pago, constituem entraves na vida (re)produtiva dos assentados. Dentre os chefes de família, muitos já não dão conta de trabalhar, em razão da idade avançada e/ou de problemas de saúde. Outros moram sozinhos e necessitam da ajuda de vizinhos ou de parentes. No Rancho Grande, são 40% e, no Boa Esperança, 47% os que moram sozinhos, ou somente com o cônjuge. Os mais jovens, sem perspectivas de sobrevivência no lote, deixam seus pais em busca de outras alternativas de vida, o que resulta em um comprometimento geracional das famílias de agricultores, pois permanecendo somente os mais velhos no lote, diminuem-se as chances de as famílias dos agricultores se renovarem como grupo doméstico (tabela 1).

Tabela 1 – Identificação dos chefes de família

<i>SEXO</i>	Rancho Grande			Boa Esperança		
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>Média de idade</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>Média de idade</i>
Masculino	14	77,8	47,2	35	74,5	48,2
Feminino	4	22,2	52,7	12	22,5	44,0
Total	18	100,0	48 a.	47	100	47 a.

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

É de 48 anos a média de idade no Rancho Grande e de 47 no Boa Esperança. Os dados obtidos por Fetaeg e Miziara (2005) apontam 47,65 anos. A questão não é a média de idade, mas a falta de condições adequadas de produção.

Apesar de nos dois PAs haver predominância do número de casados e de amigados, muitos ali vivem sozinhos. Em algumas famílias, os filhos já partiram para outras regiões ou permaneceram na cidade mais próxima, quando seus pais foram para o PA; em outras, os pais separaram-se ou ocorreu a morte de um dos cônjuges ou companheiros (tabela 2).

Tabela 2 – Estado conjugal dos parceiros

<i>Estado conjugal</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
Solteiro	1	5,6	3	6,4
Casado	15	83,3	32	68,1
Viúvo	1	5,6		
Separado			2	4,3
Amigado	1	5,6	10	21,3
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

A questão maior não é somente o fato de viverem sozinhas, ou com o cônjuge, mas essas pessoas não possuem os meios mais modernos de produção, como maquinários, tecnologias, que amenizem o trabalho braçal ou supram a falta da força de trabalho humano. Por isso, elas têm necessidade da mão-de-obra dos filhos, do trabalho pago, da *troca de dia*, ou dos mutirões. Nos dois PAs, há cinco mulheres viúvas ou separadas que dependem do trabalho pago de vizinhos ou do trabalho de algum parente. Se elas não lançarem mão de um desses recursos, não há como sobreviver na terra. Os parceiros poderiam contar com o trabalho dos filhos, se eles continuassem nos lotes depois de adultos.

Há famílias que contam com a companhia de algum parente ou ajudante que mora no lote. Em alguns casos, eles prestam ajuda ao parceiro com o seu trabalho. No Rancho Grande, 11,1% dos parceiros contam com a presença de algum parente próximo ou ajudante, e no Boa Esperança, são 29,8%. Entretanto, muitos desses parentes estão velhos e aposentados, vivem com um salário mínimo, e não conseguem mais trabalhar. Essa é uma variável que dificulta manter o lote produtivo.

A tabela 3 indica o número de filhos por família.

Tabela 3 – Número de filhos por família, em cada lote

N. filhos por <i>Família</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. parceiros	%	N. parceiros	%
0	1	5,6	3	6,38
1	1	5,6	5	10,64
2	5	27,8	9	19,15
3	4	22,2	9	19,15
4	4	22,2	7	14,89
5	2	11,1	4	8,51
6	—	—	5	10,64
7	—	—	2	4,26
8	—	—	1	2,13
9	—	—	—	—
10	1	5,6	2	4,26
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

A maioria das famílias nos dois PAs tem de dois a quatro filhos. Nos extremos, há três chefes de família com dez filhos e quatro que não assinalaram nenhum filho, porque são solteiros ou recém-casados. A média de filhos por família é, então, de 3,3 no Rancho Grande e de 3,6 no Boa Esperança. Considerando-se a taxa de fecundidade no Brasil, de 2,1 filhos por família, em 2003 (IBGE, 2005), e essa média é também considerada alta, em relação ao tamanho das parcelas, cerca de 36 hectares no Rancho Grande e 25 no Boa Esperança (INCRA SR-04/GO – Setor de Topografia, 2005). Sobre a medida dos lotes nos assentamentos, a pesquisa Fetaeg e Miziara (2005) constatou ser de 28,2 hectares, em média.

Essa variação de tamanhos dá-se por causa do tipo de solo, de sua fertilidade, do seu relevo e de possibilidades para o cultivo. No Rancho Grande, o solo é mais pedregoso e difícil de ser cultivado, por isso, as parcelas são maiores que no Boa Esperança, cujo solo é melhor em termos de fertilidade. Neste, há mais áreas planas e quase nenhuma pedregosa, em razão do que prevaleceu o tamanho padrão de cada parcela, que é de 25 hectares. Com essa extensão de área, torna-se inviável pensar em herança para os filhos, de acordo com o padrão brasileiro que determina que todos os filhos obtenham o mesmo valor na partilha de bens.

Em propriedades pequenas como essas, em que as práticas produtivas são rústicas, de baixa produção e produtividade, torna-se difícil para os pais manterem

seus filhos morando nelas. Muitos entrevistados, ao falarem do seu projeto de vida como assentado, externaram o desejo de manterem seus filhos juntos deles, mas admitem que a terra não comporta mais de uma família e ainda reclamaram da falta de assistência para produzirem, como se vê no depoimento seguinte:

A conquista minha era ter a família junto comigo, na mesma terra. A minha vontade era esta. Tenho vontade até hoje que meus filhos vivessem comigo. Hoje estou doente, minha perna não agüenta mais trabalhar, tenho artrose na perna. Não tenho como trabalhar nem como manter meus filhos aqui. Não têm como ficar aqui, por causa da produção. Não tem como fazer renda suficiente para meus filhos. Dois se casaram e foi preciso tomar outras providências. Foram para a cidade. O outro, o solteiro, caiu fora também, foi embora buscar outra terra. Agora fiquei só eu e minha mulher. Aqui é um lugar fraco, a gente não tem assistência para o jovem, para ele tirar uma boa renda (entrevista 1).

Esse assentado enfatiza as dificuldades de manter-se produtivo no lote, em virtude de questões de saúde, de falta de assistência, de baixa qualidade da terra e de baixa renda. Problemas como esses têm causado a evasão dos filhos dos parceiros para novos acampamentos, para trabalharem em fazendas vizinhas, ou para centros urbanos, em busca de outras oportunidades de vida. Os números mostram a disparidade entre a média de filhos por família e a média dos filhos que permanecem no lote, que é 1,2 por família, nos dois PAs (tabela 4).

Tabela 4 – Número de filhos que residem com a família no lote

<i>N. filhos</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de famílias</i>	<i>%</i>	<i>N. de famílias</i>	<i>%</i>
0	7	38,9	22	46,8
1	4	22,2	7	14,9
2	4	22,2	11	23,4
3	3	16,7	3	6,4
4	-	-	3	6,4
5	-	-	1	2,1
Total	18	100,0	47	100

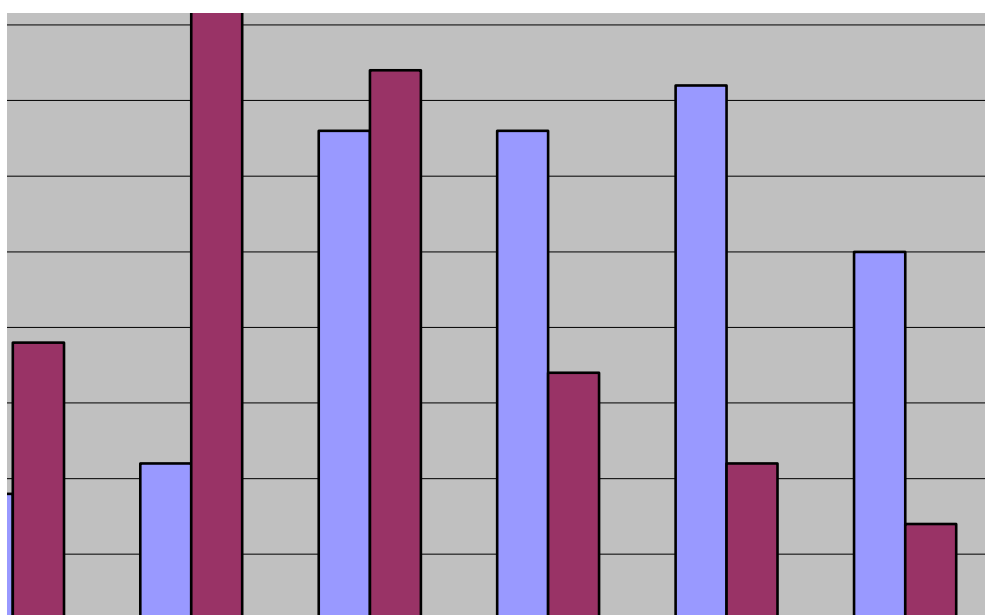
Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Os filhos que permanecem com os pais nos lotes somam 35,6% no Rancho Grande, e 32,3%, no Boa Esperança. Dos que ainda restam, a maioria ainda é menor de idade. Outros, em idade adulta, solteiros ou casados, trabalham como diaristas em

propriedades vizinhas ou vão para acampamentos tentar obter seu lote de terra. Constituem uma minoria os que continuam trabalhando somente com os pais e, em geral, são solteiros.

A pesquisa Fetaeg e Miziara (2005) também detectou a evasão dos filhos dos assentados (ilustração 12).

Ilustração 12 – Idade dos filhos que moram na propriedade



Fonte: Fetaeg e Miziara (2005) – Pesquisa em assentamentos rurais no estado de Goiás.

Os dados demonstram que os filhos permanecem com os pais no assentamento até uma certa idade ou até vislumbrarem outra possibilidade de sobrevivência, já que não conseguem garantir sua reprodução em uma terra tão pequena para as condições produtivas e de mercado dos assentados. A ilustração 12 mostra que a maioria dos filhos permanece no lote até a idade de 15 a 20 anos. A partir dessa idade, a tendência é de abandonar a propriedade em busca de outro lote, ou de oportunidades de inserção no mercado de trabalho urbano, de outras condições de vida. Em termos de porcentagem, os filhos que moram no lote com os pais atingem um índice de 16,5%, e os que moram fora são 22,7%.

Outro detalhe detectado pela pesquisa é que muitas famílias que partiram diretamente da cidade para os assentamentos já deixaram na cidade quase todos os

seus filhos crescidos (casados ou solteiros), trabalhando nas mais diversas funções. Na percepção dos assentados, os filhos não obteriam vantagens, caso abandonassem a vida na cidade para acompanharem seus pais nos PAs.⁴⁶

Mesmo dentre os que são provenientes da zona rural, quando os filhos crescem, vão procurar emprego nas cidades ou se casam e vão tentar conquistar sua propriedade, o que ajuda a explicar o grande número de casais ou de solteiros morando sem nenhum filho nas parcelas. Os jovens, sem perspectivas de continuarem com os pais, migram em busca de outros meios de sobrevivência. As impossibilidades de absorção da mão-de-obra de toda a família têm resultado em desemprego e êxodo rural, e constituem uma preocupação comum entre os pais que ainda mantêm seus filhos no lote, como se vê no depoimento seguinte:

Preciso de mais renda e trabalho aqui para segurar meus filhos aqui, senão daqui a uns dias, eles vão embora. Se a gente não fizer meio de segurar esses jovens aqui na roça, as terras voltam para as mãos dos fazendeiros (entrevista 2).

Além dos pais que querem segurar seus filhos no lote, mantendo a terra produtiva e a união da família, há os que se preocupam com a ida deles para a cidade, temendo os perigos da vida urbana, como mostra a fala de um assentado:

Se todos os meus filhos tivessem na terra era bem melhor, eles vieram para cá tudo pequenos... Aqui no campo a vida é bem melhor. Na minha época não tinha essa “porcariada” de maconha, dos perigos que a cidade tem, mas hoje tem. Um tinha mais confiança no outro. No campo é muito mais ideal para o pessoal criar família (entrevista 3).

Como esse assentado, há outros que expressam com pesar a saída dos filhos, em busca de outra terra ou para a zona urbana. Para eles, a vida no campo é melhor porque tem maior fartura de alimentos, é mais segura, sem os perigos da cidade, e ideal em termos sociais e morais. Em sua opinião, com os filhos por perto, fica mais fácil controlar suas condutas e saber se eles têm o alimento necessário no dia-a-dia. Na cidade, como diz o assentado: “eles podem passar falta das coisas”

⁴⁶ Essa declaração é um exemplo de que, na visão do parceleiro, é melhor que seus filhos continuem na cidade: “Meus filhos estão lá na cidade, estudando. Então a vida nossa é essa. Fica só eu, minha mulher e a sogra. Os filhos vêm de mês em mês passear, e não estou arrependido, porque lá é melhor para eles” (entrevista 9).

(entrevista 4). Além dessa preocupação, esse assentado revela o desejo de ter a família toda reunida, e afirma: “No início eu pensava assim: adquirir uma terra para mim trabalhar e para meus filhos, quando casar, ficar morando comigo e nós trabalhando juntos.”

Uma das questões comprometedoras em relação à fixação do agricultor assentado à terra e à sua reprodução como grupo doméstico é o grau de instrução. É de fundamental importância para o produtor a capacidade de conhecer e saber decidir sobre as novidades que surgem, cada vez mais rápidas, no mercado de insumos, de sementes melhoradas, de nutrição e de reprodução de animais, dentre outros. Sem um mínimo de formação e informação, o produtor rural não consegue produzir para obter renda suficiente para toda a família e, menos ainda, para competir no mercado agrícola cada vez mais exigente em termos de qualidade e de preço.

É baixo o grau de escolaridade dos chefes de família, como se pode ver na tabela 5.

Tabela 5 – Grau de instrução dos parceiros entrevistados

<i>Grau de instrução</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
Não sabe ler, nem escrever	3	16,6	7	14,9
Sabe ler e escrever	2	11,1	1	2,1
Ensino fundamental completo	1	5,6	5	10,6
Ensino fundamental incompleto	9	50,0	26	55,4
Ensino médio completo	2	11,1	3	6,4
Ensino médio incompleto	1	5,6	3	6,4
Ensino superior completo	—	—	1	2,1
Ensino superior Incompleto	—	—	1	2,1
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Vê-se que cerca de 50% dos parceiros não completaram o ensino fundamental. Outros nem sabem ler e/ou escrever o próprio nome, e os que completaram o ensino médio ou superior são em número insignificante. O baixo grau de formação e/ou escolarização dos assentados dificulta o acompanhamento dos avanços das modernas técnicas de produção, o uso de novas e sofisticadas máquinas, enfim, novas aprendizagens necessárias para produzir em situação de igualdade com

os outros produtores agrícolas ou para criar novas alternativas de produção sustentáveis ou agro-ecológicas.

As dificuldades na aquisição de novas aprendizagens, em razão da falta de escolarização, foram declaradas pelos próprios assentados, durante as entrevistas gravadas. Muitos disseram nunca ter participado de cursos de formação sobre produção e preservação do meio ambiente, ministrados pelas entidades por não conseguirem acompanhar as explicações dadas durante esses cursos. Uns alegaram falta de tempo, outros, a idade avançada e, por isso, a dificuldade de aprender coisas novas. Um parceleiro argumenta não ter mais condições de aprender:

Existem esses cursos aí, eles me convidam, mas eu já falei que não dá. Porque já estou velho, vou aprender mais o quê? Não, não vou não. Falo para os mais novos: vão, vocês são novos, vão aprender. Deixem eu, que já estou velho e no fim da vida. Sou papagaio velho, não aprendo mais conversar, não (entrevista 5).

Além do empecilho da idade, da dificuldade de “guardar as explicações na cabeça”, há a falta de interesse e, também, a resistência em adquirir novas aprendizagens. Para muitos assentados, vale apenas o que aprenderam com os pais, e o que conta mesmo é a própria experiência de vida no *habitus* que continua arraigado. Na teoria da prática, o *habitus* é conhecimento adquirido ao longo da existência do indivíduo em interação com a sociedade da qual ele faz parte. São disposições incorporadas no decorrer do tempo, ou seja, a interiorização de normas e valores da prática cotidiana ao longo de gerações (BOURDIEU, 1983). o conhecimento adquirido e transmitido pelos pais, os avós, dentre outros, ao longo de gerações, pode criar resistência à aquisição de aprendizados novos, mais modernos. Nesse sentido, é esclarecedora a declaração seguinte:

Me ensinaram a mexer com gado. Mas conversando com um veterinário, falei para ele que eu não preciso de veterinário. Na hora que a criação está deitada, doente, o veterinário não a põe de pé. Se a gente vê que a criação está magra, meio doente, aí a gente vai ao veterinário consulta e compra o remédio. Mas depois dela deitada, o veterinário não dá conta mais e ela morre. A gente aplica e aplica remédio, gasta o valor dela e não adianta nada [...]. Aqui teve curso de inseminação. Só que não participei. Tem muito serviço para fazer aqui e a gente não tem muito tempo para fazer esses

cursos [...]. Não junta muita gente nesses cursos. Parece que o povo não guarda muitas das explicações na cabeça (entrevista 6).

No depoimento desse assentado, prevalece o que ele aprendeu na prática do dia-a-dia. Ao longo da sua entrevista, ele admitiu ter aprendido com os cursos que fez, mas acredita mais na experiência acumulada, que para ele é mais importante quando se torna necessário salvar um animal doente. Por isso, ele não abre mão de seus afazeres na lida com a propriedade para participar de cursos de formação.

A explicação da falta de interesse dos demais parceiros na aquisição de novos aprendizados é expressa por outro entrevistado: “Não, o pessoal acha que é perder tempo você largar sua atividade para fazer curso. Quando fala de cursos eles acham que não têm nada a ver com a realidade que eles vivem” (entrevista 7).

3.4 Trajetória dos assentados

Muitas famílias passam meses, anos acampadas, morando debaixo de lona, sofrendo todo tipo de privação para conseguir atingir o seu objetivo, que é o de ter o seu pedaço de chão. A maioria das famílias provém de municípios vizinhos, mas outras, de mais longe, até de outro estado. Eles lutam a duras penas para deixar de trabalhar em terras alheias e conquistar a sua autonomia de vida. Entretanto, quando chegam no PA, nem sempre encontram o que sonharam e acabam desistindo da terra e vendendo o seu quinhão.

Os parceiros sorteados pelo Incra durante a implantação dos PAs Rancho Grande e Boa Esperança e que passaram adiante as suas parcelas o fizeram por fatores diversos. Os motivos mais comuns são a perda do cônjuge, a separação do casal, os problemas de saúde. Alguns vendem a terra e compram uma outra, em outro lugar. Há parcelas que já têm o segundo ou terceiro morador. Alguns assentados, sabendo da possibilidade de não ver legalizada sua terra, vendem-na para um outro interessado e, assim, sucessivamente. Há chefes de família que compram mais de um lote, como investimento ou para dar aos filhos depois que eles se casam. Aqueles que vendem ou doam seus lotes o fazem depois de explorar seus recursos naturais e a fertilidade do solo, depois partem em busca de outra terra ou voltam para a cidade.

Viver na itinerância, desbravando áreas de matas e vendendo o direito de posse da terra é uma realidade de milhares de trabalhadores rurais brasileiros e constatada em diversas pesquisas, como as de Musumeci (1988), Candido (1979), Silva (2004), Pessoa (1999), Brandão (1986), Carneiro (1988), dentre outros. O nomadismo do agricultor familiar afirma-se historicamente no período de 1822 a 1850, período em que os trabalhadores foram adentrando terras e desbravando fronteiras. A obra de Silva (2004) analisa esse período em Goiás, chamado-o de *ocupações livres* e demonstra como foi formada a mentalidade do apossamento entre os pequenos e os grandes produtores, especialmente nesse período de 28 anos, em que não havia legislação agrária – os produtores cercaram áreas de terra em regiões ainda não ocupadas.

A técnica de cultivo que se tornou corriqueira entre eles foi a de derrubar e queimar a mata, limpar o terreno para depois plantar, não concedendo o tempo necessário à recuperação da natureza. As pesquisas de Brandão (1986), de Candido (1979) e de Carneiro (1988) demonstram uma certa sucessão de fronteiras agrícolas, em uma seqüência iniciada em Minas Gerais ou São Paulo, passando por Goiás e indo para Mato Grosso ou Tocantins. O deslocamento recorrente do agricultor prevaleceu durante longo período na história e se tornou um *habitus* arraigado e difícil de ser modificado entre os assentados, que são portadores dessa forte herança cultural. Esse *habitus*, somado à condição de agricultor descapitalizado, ajuda a explicar a prática da venda de parcelas entre eles, depois de desbravada a terra e esgotados seus recursos naturais.

Apesar de a venda das parcelas ser uma prática ilegal, alguns assentados utilizam-se de diversos recursos para burlar essa determinação. Uma estratégia bastante utilizada pelos que põem seu lote à venda consiste em arrancar a placa de identificação colocada pelo Incra, na entrada de cada projeto de assentamento, ou apagar o letreiro, em que está escrito: “Proibida a venda de parcelas” (ilustração 13). A placa na entrada do Rancho Grande, colocada por duas vezes, desapareceu. No Boa Esperança, a frase que esclarece a proibição da venda de parcelas e também da caça e da pesca, foi coberta com tinta (ilustração 14).

Ilustração 13 – Placa original indicando proibição de venda de parcela, da caça e da pesca



Foto da autora.

Ilustração 14 – Placa adulterada disfarçando a proibição da venda de parcelas, da caça e da pesca



Foto da autora.

Os dados confirmam a prática de vendas de parcela pelos assentados. Cerca de 30% dos parceleiros entrevistados adquiriram seus lotes por meio da compra ou doação⁴⁷ (tabela 6).

⁴⁷ Há casos de doação por motivos de doença dos titulares, que deixam a parcela aos cuidados de genros. Há também os que simplesmente abandonaram os lotes, sem deixar ninguém tomando conta da propriedade e, ainda, outros que puseram uma pessoa da confiança para morar na parcela, enquanto trabalham em outro local.

Tabela 6 – Forma de aquisição do lote e procedência dos parceleiros

<i>Aquisição do lote e procedência</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. de parceleiros	%	N. de parceleiros	%
1 Tipo de aquisição do lote	18	100,0	47	100,0
Por sorteio	13	72,2	28	59,6
Por compra	4	22,2	18	38,3
Por doação	1	5,6	1	2,1
2 Morava antes de ser parceleiro	18	100,0	47	100,0
No campo	7	38,9	17	36,2
Na cidade	11	61,1	30	63,8
3 Procedência	18	100,0	47	100,0
Do próprio município	4	22,2	14	29,8
Do município vizinho	14	77,8	30	63,3
De outro estado	-	-	3	6,9

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Em sua maioria, os assentados moravam na cidade quando tiveram acesso às suas parcelas, o que constitui uma dificuldade para a adaptação às condições de vida e trabalho encontradas nos PAs. Muitos já não estão mais habituados com as tarefas próprias de uma atividade agrícola, sobretudo se o tempo que passaram longe dessa realidade foi longo o suficiente para criar novas relações sócio-culturais, outros aprendizados e outras profissões, capazes de transformar seu *habitus*. Esse conceito possibilita compreender as dificuldades enfrentadas, sobretudo pelos assentados procedentes da cidade, que entraram em contato com outras condições de vida e tiveram de reorientarem suas práticas sócio-culturais.

Mesmo que tenham nascido e vivido no campo, como é o caso de muitos parceleiros, ao irem para a cidade, entram em contato com outra estrutura social, econômica e cultural, o que modifica o modo de perceberem os fatos, de pensarem e de viverem. Ao retornarem para o campo, já interiorizaram outros costumes, outra visão de mundo, e misturaram tipos diferentes de *habitus*. Os filhos dos parceleiros que cresceram na zona urbana, que adquiriram outros hábitos, têm ainda maiores dificuldades para adaptarem-se à vida no campo, sobretudo quando encontram alguma perspectiva de trabalho na cidade. Assim, acham difícil trocar as facilidades de consumo, o mínimo de conforto que a urbanização oferece, por um lugar desnudo e

um ritmo árduo de trabalho que uma terra requer, especialmente quando não se dispõe de capital para investir.

Das famílias que se encontram atualmente nos PAs, cerca de 70% são provenientes de outros municípios goianos, tais como Mozarlândia, Itaberaí, Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Damolândia, Morrinhos, Santa Helena e Anicuns. O município de origem do maior número de assentados é Goiânia, seguido por Senador Canedo, 26% dos parceiros são do município local, e o restante, de outros estados, como Minas Gerais, Pará e Tocantins. Percebe-se a diversidade de procedências dos moradores, com seus diferentes costumes, crença e modos de vida, dificultando o entrosamento do grupo nas atividades sócio-culturais, no trabalho coletivo, enfim, no cotidiano no PA.

Um *habitus* não se modifica totalmente, com o simples passar do tempo. Trata-se de predisposições internas arraigadas, que se adquirem de geração para geração. No entanto, em um espaço de tempo, um *habitus* pode modificar-se, adquirindo novas nuances. Os 62,45% de agricultores que passaram anos de vida na cidade, por exemplo, não se esqueceram da experiência da prática de trabalhador rural que herdaram, mas como entraram em contato com outra estrutura sócio-econômica e cultural, adquiriram novos hábitos que transformaram seu *habitus*. As dificuldades de viver em comunidade, de conviver com outros costumes, de aprender a dividir, a aceitar as decisões no coletivo aparecem nas declarações dos assentados,⁴⁸ sobretudo quando falam da época em que estiveram acampados ou quando tentavam viabilizar trabalhos coletivos. Os assentamentos são constituídos por grupos de pessoas com práticas cotidianas diferentes, gerando disputas e conflitos.

Os trabalhadores, provenientes da cidade quanto diretamente da zona rural, exerciam as mais variadas funções, o que revela a heterogeneidade de ocupação dos

⁴⁸ Nessa declaração, o assentado dá uma amostra dessas dificuldades: “Uma pessoa pegava um trem, depois não entregava aquilo de volta para você. Era desse tipo. A comunidade era desse jeito. A pessoa acha que você ganhou aquilo, que você não sou para conseguir, para comprar. Então, viver no coletivo é muito difícil, não é maneira não. Porque nós tem pessoas que é trabalhadora, que tem a sua opinião com sua família. Outros já passam a desrespeitar a família do outro, achando que tudo é comum. [...] É como eu tava dizendo para você, a gente tem que saber ganhar e perder. Se eu falo no meio de uma reunião e minha proposta for apoiada, bem, se não for, paciência. Isso eu tive que aprender” (entrevista 3).

Outro depoente vê a ida para o assentamento de maneira positiva, pois possibilitou-lhe recuperar valores que são desprezados pelos que vivem na cidade: “Serviu para ter mais união com o pessoal, ter amizade. Porque lá na cidade quase todo mundo não tem isto. É do serviço para casa e só. Aqui a gente conhece os outros, tem companheirismo” (entrevista 8).

trabalhadores que acampam para reivindicar um pedaço de terra nos projetos de assentamentos (tabela 7).

Tabela 7 – Ocupação profissional antes de tornar-se parceleiro

Ocupação anterior	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>
1 Agricultura e pecuária	9	50,0	20	42,6
Agricultor próprio	-	-	2	4,3
Assalariado em fazenda	1	5,6	5	10,6
Arrendatário	4	22,2	3	6,4
Diarista em fazenda	-	-	1	2,1
Meeiro	4	22,2	5	10,6
Tratorista	-	-	1	2,1
Vaqueiro	-	-	3	6,4
2 Comércio e indústria	-	-	1	2,1
Comerciante	-	-	1	2,1
3 Ofícios urbanos	1	5,6	8	17,0
Operário	-	-	3	6,4
Carpinteiro	-	-	1	2,1
Pedreiro/servente	1	5,6	-	-
Motorista de caminhão	-	-	1	2,1
Doméstica	-	-	3	6,4
4 Administração pública	6	33,3	9	19,1
Funcionário público	6	33,3	9	19,1
5 Outros	2	11,1	9	19,1
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Alguns desses assalariados tinham situação funcional regularizada, com carteira de trabalho assinada, outros não. A categoria administração pública (com carteira assinada) era a mais numerosa. Os funcionários exerciam as funções de gari, porteiro-servente e operador de bomba na companhia de Saneamento Básico de Goiás (Saneago). Na categoria agricultura e pecuária, destacam-se os meeiros, os arrendatários e os assalariados ou diaristas em fazendas, todos eles recebendo baixa remuneração. Alguns fizeram longa trajetória até chegarem ao assentamento, exercendo diferentes tipos de função na cidade para sobreviver, mas não se adaptaram à vida urbana e, por isso, retornaram à vida no campo. O depoimento seguinte é um desses exemplos:

Nasci no município de Goiás, depois fui para Itaberaí. De lá fui para Goiânia. Lá trabalhei numa padaria, entreguei jornal, fui servente de

pedreiro. Já tive até em Portugal por um ano e tanto e não consegui nada. Fora isso sempre trabalhei na lavoura, com meu pai. Conheci o Movimento Sem Terra no Jardim Nova Esperança, em Goiânia. De lá fui acampar na BR, fiquei lá nove meses e de lá viemos para cá (entrevista 8).

O assentado falou também de suas dificuldades quando vivia na cidade. Ele ganhava apenas um salário mínimo, e havia poucas oportunidades de emprego para quem, como ele, tem pouco estudo. Além disso, o ritmo acelerado da vida na cidade fazia que ele não dispusesse de tempo para o lazer. O exemplo desse assentado é típico, pois a maioria dos parceleiros saiu do campo para a cidade, mas não se adaptou a ela, não se contentou apenas com as possibilidades de ganhar a vida a duras penas, tendo que assumir qualquer trabalho para garantir a sobrevivência da família. Como esse, vários outros queixaram-se das precárias condições em que viviam nos centros urbanos.

Ao serem indagados sobre as vantagens da vida no PA, em relação às condições vividas nos centros urbanos, a maioria mencionou a tranquilidade, o ritmo menor de trabalho, ou seja, não ter que cumprir horário, dispor de liberdade de poder plantar o que quiser, de criar os animais de que gosta, enfim, de levar a vida do jeito que lhe aprouver. Alguns ainda falaram de sonhos, de uma sobrevivência digna, de projetos, mas o que mais eles desejam é conquistar o seu pedaço de chão e fazer uso dele como quiserem, dirigindo a própria vida no ritmo de suas possibilidades, desenvolvendo suas atividades sem a interferência de patrão. A fala de um assentado dá uma noção de como vivem muitos parceleiros e a importância de terem a sua própria terra:

Meu plano de vida é fazer o que dou conta, o que a mulher dá conta para eu manter minha vida aqui. Porque se eu voltar para a cidade, o que vou fazer? Nem para vender picolé eu sirvo, porque o comércio hoje está cheio. E se eu continuar aqui, crio minhas galinhas, meus porcos, cuido do meu mandiocal. A vizinhança é todo mundo bom. E se eu quero levar alguma coisa para alguém da cidade, eu levo, dou para quem eu quiser. Enquanto que quando eu trabalhava na fazenda dos outros, nem uma laranja eu tinha liberdade de pegar. Aqui é diferente, aqui eu levo para o vizinho, eles também me dão as coisas (entrevista 9).

Para esse assentado, foi muito importante ter retornado ao campo como proprietário da terra, depois de ter trabalhado na cidade e em fazendas como assalariado, porque, como afirma em outro momento do seu depoimento, ele faz o que quer e não o que o patrão manda. Em sua propriedade, ele determina o seu horário de trabalho, planta e cria o que quer, e tem livre decisão de ir a qualquer lugar e na hora que quiser. Ou seja, ele tem a sua autonomia de vida. No entanto, ele e muitos outros parceiros afirmam que o fato de terem conquistado um pedaço de chão não resolveu todos os seus problemas, mesmo assim, estão em melhores condições do que se tivessem continuado trabalhando em terras de fazendeiros ou assumindo subempregos na cidade e vivendo nas suas periferias.

3.5 Organização sócio-política dos agricultores

A organização é necessária em qualquer grupo social e foi ressaltada nos depoimentos dos assentados. Eles afirmaram que a organização os ajudou a obedecer a regras e a suportar as dificuldades da convivência nos tempos da *lona preta*, referindo-se ao período em que estavam acampados. A trajetória, desde a organização para formar o acampamento até a conquista da terra, é árdua e pode demorar anos, dependendo dos obstáculos policiais e judiciais enfrentados. Mesmo depois de o Incra ter conseguido comprar a propriedade rural, o processo de regularização da posse, desde o ato de obtenção do título da terra por decreto do governo federal, até o ato de criação do PA e a divisão das parcelas, pode demorar meses, às vezes, anos.

Os parceiros que participaram da luta desde o início e que foram para o acampamento souberam da possibilidade de serem beneficiados com um lote de terra, por meio de alguma organização como, por exemplo, a associação de bairro, a Igreja Católica (CEBs, CPT, agentes de pastoral), STR, Fetaeg, MST. Todos os acampados, de alguma maneira, entraram em contato com a luta por intermédio de pelo menos uma dessas organizações. Os agentes pastorais, sindicais ou políticos informam os interessados em adquirir uma terra e eles se engajam na luta, dispostos a tudo, até a morrer, como declara um depoente:

Toda vida eu sempre pensei em ter um pedacinho de terra para trabalhar. Desde quando eu era mais novo, ando pensando em ter um pedacinho de terra. Meu pai morreu, não recebi herança. Então surgiu essa oportunidade e pensei: vou entrar, se a gente chegar a morrer, a gente morre uma vez só. Não dá para morrer duas vezes (entrevista 9).

Não tendo uma alternativa melhor de trabalho, esse agricultor engajou-se na luta, viveu uma longa trajetória e atingiu o seu objetivo – o de ter o seu pedacinho de terra e tocar a vida a seu ritmo. Uma longa e penosa trajetória foi vivida por muitos parceiros, que sofreram privações, humilhações como, expressa a fala de um assentado:

Naquele tempo nós era mal visto pelas pessoas. Pra muita gente nós não valia nada. Nós era invasor, nós era ladrão. E nós não conhecia o direito de cada um [...]. Mas achamos uma pessoa, duas, que abriu a nossa mente, deu uma luz para nós nesse ponto, porque nós não enxergava o direito nosso (entrevista 3).

Esse depoimento pode ser interessante para mostrar, dentre outros detalhes, como a estrutura do mediador político é incorporada pelo assentado. Vale esclarecer que a incorporação da estrutura do mediador pelos agricultores se deu mais no sentido político e não no tocante à sua vida prática como, por exemplo, no tocante aos projetos de produção coletiva. Pode-se notar que existe uma peculiar diferença entre as estruturas fornecidas pelos mediadores políticos e a da tradição da agricultura familiar. De acordo com essa última estrutura, o ato de invadir a propriedade alheia é fortemente recriminado. O entrevistado informa que os demais agentes da sociedade recriminavam essa atitude. “Nós era mal visto pelas pessoas”; no entanto, o próprio ator reproduz o estigma: “E nós não conhecia o direito de cada um”. O acesso a outra estrutura, representada pelos mediadores políticos, permite-lhe atribuir um significado diferente à invasão: “Mas achamos uma pessoa, duas, que abriu a nossa mente, deu uma luz para nós nesse ponto, porque nós não enxergava o direito nosso”.

Outro aspecto mostrado pelo depoente é a questão da discriminação do sem-terra pela sociedade. Ao serem perguntados sobre o que lhes foi mais difícil durante o período em que estiveram acampados, todos citaram a discriminação, serem vistos como marginais, como desordeiros. Enquanto estiveram acampados, não eram

vistos como pessoas confiáveis – não tinham crédito na cidade para comprar a prazo eram xingados e acusados de malfeitores. A questão moral é algo que pesa na vida dessas pessoas. Declara um depoente: “dói muito a pessoa te xingar de invasor, ladrão, de tudo. Isso machuca muito a gente” (entrevista 7).

Depois de entrarem no PA, as dificuldades enfrentadas pelos assentados são amenizadas, mas não terminam. Em geral, encontram a terra nua, ainda por desbravar. O trabalho é penoso, por falta de recursos até para construir a moradia. Para sanar as dificuldades eles realizam trabalho coletivo, fazem mutirões, plantações coletivas e se organizam em associações, cooperativas, sindicatos. Apesar das queixas, sobretudo contra as associações, a maioria mantém-se filiada à associação interna do PA e ao STR (tabela 8).

Tabela 8 – Filiação do parceiro à associação do PA, a sindicato e/ou partido político

<i>Filiações</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
1 Associação do PA	18	100,0	47	100,0
Sim	16	88,9	40	85,1
Não	2	11,1	7	14,9
2 Sindicato (STR)	18	100,0	47	100,0
Sim	12	66,7	39	83,0
Não	6	33,3	8	17,0
3 Partido político	18	100,0	47	100,0
Sim	2	11,1	2	4,3
Não	16	88,9	45	95,7

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

A pesquisa Fetaeg e Miziara (2005) também constatou que, em sua maioria, os parceiros continuam valorizando a participação na associação do PA, no STR e, um pouco menos, nas associações, mantendo-se filiados. Em menor número, alguns mantêm adesão às cooperativas. Os filiados à associação somaram 89,06%, ao STR, 94,95% e à cooperativa de leite na cidade, 34,23%.⁴⁹

As queixas contra as associações dizem respeito, sobretudo, à desunião entre os membros e à ineficiência para levar benefícios para a comunidade. Os parceiros, de modo geral, apóiam a atuação dessas organizações, mas se queixam das

⁴⁹ Os valores sobre a participação dos assentados em associação, em sindicatos e Cooperativas, aqui apresentados pela pesquisa Fetaeg e Miziara (2005), levaram em consideração apenas as respostas válidas, excluindo os que não responderam à questão.

disputas internas, da falta de organização, da incompetência dos dirigentes, como se vê no depoimento seguinte:

Eu creio numa associação, mas bem organizada, porque essas aí tão meio bagunçadas. Por enquanto elas não ajudam a dirigir nada não, dá dando é problema. É assim, porque o Adão daqui e o presidente da outra associação ficam é brigando. Quando um descobre alguma coisa boa, que dá certo, o outro vai lá e atrapalha. O outro vai e procura outra coisa. Aí não vem nada, nem pra uma, nem pra outra (entrevista 5).

Na explicação de Ortiz (1983, p. 21), “o campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. Nesse sentido, as associações transformam-se em *subcampos* no interior de *campos* maiores, que são os PAs. Nelas são manifestadas as relações sociais dos parceiros, configurando-se em espaços de disputas entre os assentados, em que cada agente busca conservar ou aumentar o seu *capital social*, ou seja, o seu poder de influência, a sua munição, para defender os seus interesses. Os assentados, cada um em sua posição e com seus interesses, comportam-se como jogadores ou agentes sociais de um campo e, dessa forma, a coletividade fica prejudicada. Uma das desvantagens das disputas internas é que nenhuma cooperativa prosperou. O resultado tem sido a discórdia, as queixas e os investimentos transformados em sucata.

Prevalecem nas associações os interesses individuais, em detrimento dos interesses da coletividade. De acordo com Pessoa (1999) e, também, com os dados desta pesquisa, enquanto era uma necessidade em todos os assentamentos, a produção coletiva foi assumida ou pelo menos tolerada pelos acampados e/ou recém-assentados, mas “quando deixou de ser uma necessidade, seus mentores não conseguiram mais assegurá-la” (p. 188).

A produção coletiva não faz parte da cultura do agricultor familiar que lutou e enfrentou toda sorte de privações para ter o seu pedaço de terra e viver a vida como lhe aprouver. O coletivismo não tem nada a ver com sua maneira de viver e de pensar o trabalho. Um dos assentados foi claro ao afirmar: “Aqui o trabalho coletivo não funciona. Não funciona porque tem as pessoas individualistas no meio de nós, e tem as pessoas espertas, entendeu?” (entrevista 1). A perspectiva de trabalho

individual tendo por referência a família tanto produtora como consumidora faz parte da estrutura da agricultura familiar. O discurso dos mediadores políticos sobre o trabalho coletivo⁵⁰ não é incorporado pela cultura dos trabalhadores assentados.

Em relação às associações dos PAs e às cooperativas, as queixas são, sobretudo, contra a desonestidade e o despreparo dos dirigentes, a falta de planejamento adequado das atividades e a dificuldade de diálogo e de união entre os membros. Há muita disputa interna entre os participantes, muita troca de acusações, de insinuações, enfim, persiste um clima de insatisfações, acusações, desconfianças e divisão do grupo. Os assentados queixam-se da falta de cursos de capacitação, de não haver projetos de produção, da falta de assistência médica e de escola para as crianças e jovens dos PAs, dentre outras demandas sociais.

Há, ainda, denúncias (informais) de corrupção e de aproveitamento de dinheiro, de máquinas e de outros recursos em benefício próprio pelas diretorias das associações. Para os assentados, de maneira geral, o STR e a associação pouco ou nada têm ajudado para melhorar a vida deles. As associações, os STRs são *campos* constituídos de diferentes agentes em disputas por maior espaço e legitimidade, como em todo ambiente social, em que há uma série de interesses em jogo. Mesmo assim, a maioria dos assentados permanece filiada a uma associação e/ou a um STR, pagando uma taxa mensal, na esperança de um dia conseguir os benefícios almejados.

A maioria desses agricultores começou a participar do grupo de reivindicação, quando ainda morava na cidade e percebeu a importância de relacionar-se com outras pessoas que também queriam conquistar o seu pedaço de chão. Depois que entraram para a luta, foram influenciados pelos agentes da comunidade, dos

⁵⁰ A primazia do trabalho coletivo sobre o trabalho individual acompanha o movimento desde a sua origem. Considera-se que “os grupos coletivos de produção coletiva representam um passo a frente na organização da produção familiar, pois já exige um grau de consciência mais elevado por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva. Nessa forma, não se exige um número mínimo ou máximo de participantes porque trata-se ainda de um grupo informal que pode funcionar sem necessidade de legalização” (disponível em: <www.mst.org.br/setores/producao/7.htm>; acesso em 25 fev. 2006). A melhor expressão do princípio de que o trabalho deve ocorrer em grupos coletivos é o desenvolvimento do cooperativismo, cujo nível mais avançado, segundo o próprio Movimento, são as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS), assim definidas: “Este novo modelo de cooperativas é uma combinação dos interesses dos indivíduos com interesse do coletivo num nível mais avançado de cooperação. A cooperativa passa a desenvolver parte das atividades centralizadas como cooperativa e parte da produção ficaria com os sócios que poderia ser organizada de diversos níveis”. Nessa forma de cooperação, a terra tanto pode ser uma propriedade coletiva, constituindo-se como área de produção coletiva, como pode “só pertencer ao coletivo ou seja, a Cooperativa se apropria da terra onde estejam feitos investimentos coletivos e o restante pode ser de propriedade familiar” (disponível em: <www.mst.org.br/setores/producao/6.html>; acesso em 25 fev. 2006).

movimentos sociais, que mostraram a necessidade de uma formação política, de conhecer direitos, de participar da reforma agrária. A declaração seguinte é um exemplo de como funciona a estrutura dos mediadores na divulgação da reforma agrária e organização das pessoas que buscam uma terra. O depoente relata como ele ficou sabendo sobre o movimento, quem o orientou, e como ele se inteirou do assunto e resolveu a fazer parte do grupo que ocupou a Fazenda Boa Esperança:

Foi um dia de domingo, eu estava na igreja, conversando com um rapaz lá da igreja, chamado Cipriano. Ele era militante do PT, e aí ele pegou e falou: Oh! Tem essa possibilidade. [...] Sabe como é que você vai fazer? Você vai entrar no movimento e conseguir uma terra para você, através da reforma agrária. Aí, né? Tinha um sobrinho meu, chamei ele lá em casa, num domingo e conversamos. Peguei um livro com ele, aprendi sobre o que era reforma agrária, que era lei, que não era uma coisa fora da lei. Então, sendo dentro da lei, é diferente. Aí, ele me falou que tinha um grupo que estava se reunindo no Finsocial [bairro de Goiânia]. Se você quiser ir lá, vou te apresentar (entrevista 2).

Na convivência com outros companheiros na condição de acampados, e posteriormente, como assentados, os que não eram sindicalizados ou associados passaram a filiar-se a essas organizações para não se sentirem fora do grupo e para terem acesso aos projetos que porventura fossem viabilizados. Por meio de um sindicato, de uma associação, fica mais fácil ter acesso a financiamentos, o que ajuda a explicar porque a maioria dos assentados continua filiada aos sindicatos e às associações, apesar de queixarem-se constantemente da ineficiência desses órgãos.

As queixas contra a morosidade do poder público e a ineficiência das entidades são constantes entre os parceleiros. Eles falam da importância da atuação dessas entidades na organização e conquista da terra, mas, por outro lado, queixam-se da falta de assistência aos agricultores, depois de instalados no PA. Como exemplo, transcreve-se a fala de um assentado que reconhece a ajuda das organizações sociais, mas também critica a atuação do Incra que envia representante ao PA somente quando há denúncias, além de não levar benefícios aos assentados:

Muita gente ajudou. O sindicato ajudou. A Fetaeg também ajudou, trouxe nós para cá. A CPT também foi um dos que mais ajudou a gente. Agora, para falar a verdade, o Incra quase nem vem aqui. Só vem aqui através de uma denúncia, quando um cara vai lá denunciar... Mas aqui, pelo Incra,

sobre outras coisas, nós estamos isolados. O Incra não vem aqui para trazer uma coisa boa pra gente (entrevista 10).

Outra questão levantada durante as entrevistas refere-se à atuação das entidades na vida dos assentados. Alguns dos que reclamam da falta de assistência, outros falam da dificuldade de entrosamento entre entidades e parceiros, da dicotomia entre a teoria dos movimentos e a prática cotidiana dos assentados. A imposição de idéias não é bem vista pelos depoentes. Alguns defendem a autonomia de vida dos agricultores, outros criticam a falta de apoio das entidades, o que se evidencia, por exemplo, nas duas declarações seguintes:

Não dá certo porque é uma teoria sem prática. É uma teoria de ciência e aqui nós temos a prática do caboclo. Se unir as duas coisas tudo bem, mas sem deixar de ter, por exemplo, uma liderança que vira a nossa cabeça [...]. Então a gente vê que nós trabalhadores rurais temos que ter união é entre os trabalhadores rurais mesmos. Partiu para entidade que se diz representar nós, nós precisamos do apoio total deles, mas a hora que precisamos do apoio deles, não tem apoio (entrevista 1).

Acho que desde que tem qualquer uma organização que chega e vem discutir para ver o que o pessoal quer, é tranquilo e eu concordo. Tem mais é que fazer isso. O que não dá é chegar e impor, se impor fica difícil trabalhar [...]. Às vezes, a entidade traz uma coisa e o pessoal quer outra (entrevista 7).

3.6 A produção agrícola nos PAs

As tentativas de trabalho em sociedade e/ou em cooperativa como, por exemplo, criação de frango, de porco e roças comunitárias, não foram bem sucedidas. Por todos os motivos citados e, também, por não terem predisposição para o trabalho comunitário, os assentados prosseguem, individualmente, cada um o seu curso de vida e de trabalho, por não encontram meios de juntos escoarem a produção, que fica à mercê dos especuladores.

Os assentados plantam, sobretudo, por tradição, por costume herdado dos seus antepassados e, raramente, por influência dos mediadores, ou visando o mercado. Plantam aquilo de que gostam, o que aprenderam na convivência com os pais, avós ou fazendeiros. “Isso aí já é por tradição, já vem de berço. Desde criança já sou

costumado a plantar esse tipo de coisa”, responde um parceleiro (entrevista 9), ao ser perguntado sobre as escolhas produtivas. Essa declaração deixa claro que as escolhas produtivas desse agricultor são feitas segundo o *habitus* construído ao longo de sua vida e o aprendizado que ele acumulou durante a sua convivência com seus antepassados.

Os assentados cultivam variadas plantações, em pequenas quantidades, para o próprio consumo e, então, vendem o excedente. A falta de capital para investir, o uso de técnicas rústicas, os tamanhos das glebas, são algumas das limitações que não permitem a esses agricultores aumentar sua produção e/ou produtividade. Então, em geral, eles cultivam o que se consome no lote e, raramente, cultivam algo ou criam algum animal que não faça parte do seu convívio familiar, como afirma esse parceleiro: “Planto porque quero. Desde menino planto com meu pai e no dia-a-dia fui aprendendo a lidar com a roça. Sempre plantei de tudo, porque a gente tem que plantar de tudo” (entrevista 11).

A tabela 9 mostra os principais produtos cultivados e os animais criados pelos parceleiros.

Tabela 9 – Produção agrícola e animais criados nos PAs

<i>Plantações e animais</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. de parceleiros	%	N. de parceleiros	%
1 Produtos agrícolas cultivados	18	100,0	47	100,0
Arroz	10	55,6	38	80,9
Milho	11	61,1	41	87,2
Banana	14	77,8	33	70,2
Mamão	6	33,3	29	61,7
Capineira	4	22,2	27	57,4
Feijão	-	-	12	25,5
Mandioca	14	77,8	42	89,4
Cana	16	88,9	25	53,2
Laranja	8	44,4	26	55,3
Planta horta	8	44,4	34	72,3
Formou pastagem	18	100	47	100,0
2 Principais animais criados	18	100,0	47	100,0
Gado	18	100,0	46	97,8
Eqüinos	18	100,0	37	78,7
Suínos	13	72,3	39	82,9
Aves domésticas	18	100,0	47	100,0
Peixes	1	5,6	7	14,9

Abelhas	5	27,8	-	-
Outro	2	11,1	3	6,4

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

As principais culturas desenvolvidas são a mandioca, a cana, a capineira (*Cynodon dactylon*),⁵¹ o milho, o arroz e a banana. Da mandioca, eles fazem polvilho e farinha para o consumo doméstico, e o que sobra, eles vendem. Houve lavouras de banana, de mamão e maracujá que se perderam em virtude do ataque de pragas.

A cana e a capineira são usadas para fazer silo e alimentar o gado, especialmente no período da seca. Cerca de 68% dos parceiros plantam arroz, mas apenas 25% plantam feijão. Os parceiros que não plantam feijão, cereal básico na refeição do brasileiro, queixam-se do excesso de pragas, do solo fraco para o desenvolvimento de tal cultura, do custo dos insumos, das sementes, tornando inviável o cultivo.

Pouco mais da metade dos assentados planta horta todo ano. Outros o fazem eventualmente, ou nunca plantam. Os produtos mais cultivados na horta são, normalmente, os mais comuns na dieta regional, tais como o quiabo, a abóbora, a alface, a couve, a batata, o tomate.

Os quintais são, em geral, mal cuidados e pobres em plantações. As plantas frutíferas que existem são as mais comuns na região, tais como: caju, manga, laranja, mamão, banana, abacate, limão, dentre outras mais conhecidas. Alguns preservaram

⁵¹ Capineira de capim-elefante (*Pennisetum hybridum*) é uma espécie de forrageira muito utilizada nos PAs, como suplementação alimentar do rebanho leiteiro, em virtude de seu fácil cultivo, elevada produção de matéria seca, bom valor nutritivo, boa palatabilidade e resistência a pragas e doenças.

um ou outro cajueiro (*Anacardium occidentale*), pequizeiro (*Caryocar brasiliense*), curriola (*Pouteria ramiflora*) e outras plantas nativas na região.

Tanto esta pesquisa quanto a realizada por Fetaeg e Miziara (2005), constataram que a maior parte da terra é utilizada para a pecuária. O total de área destinada à sustentação da pecuária soma 64,52%. Embora o milho e a cana-de-açúcar tenham uma dupla função, podendo ser utilizados também na alimentação humana, foram incluídos como culturas de apoio à pecuária, porque a maioria utiliza essas culturas para o suporte alimentar do gado. Além das culturas destinadas ao suprimento alimentar do gado, os parceiros utilizam a terra (tabela 10) para o cultivo de lavouras (15,27%), para hortaliças e fruticultura (1,45%), e o restante divide-se em áreas de reserva e outras partes não-incorporadas diretamente ao processo produtivo (17,66%).

Tabela 10 – Utilização da terra nos assentamentos pesquisados pela Fetaeg

<i>Componentes da paisagem nos assentamentos</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>%</i>
1 Lavoura	1.331,29	15,27
2 Culturas de apoio à pecuária	215,82	2,48
a) Milho	105,18	1,21
b) Capineira	13,80	0,16
c) Cana-de-açúcar	96,84	1,11
3 Pastagens	5.407,60	62,04
a) Pastagem natural	538,66	6,18
b) Pastagem plantada	4.868,94	55,86
Total para a pecuária	5.623,42	64,52
4 Total de áreas não incorporadas diretamente ao processo produtivo	1.539,35	17,66
a) Mata	325,26	3,73
b) Reserva	69,41	0,80
c) Capoeira	995,89	11,43
d) Reflorestamento	-	-
e) Brejo	148,79	1,71
5 Outros	176,15	2,02
a) Quintal (hortaliças e frutíferas)	126,0	1,45
b) Instalação	12,50	0,14
c) Barragens	4,67	0,05
d) Improdutivo	23,48	0,27
e) Não-aproveitado	9,50	0,11
Área total dos lotes	8.716,66 (ha)	100,0

Fonte: Fetaeg/Miziara (2005) – Pesquisa em Assentamentos rurais do estado de Goiás / dados preliminares.

Em uma terra de tamanho pequeno, o parceleiro tem utilizado quase toda a área do lote para a sobrevivência da família, formando pastagens, cultivando lavoura e

culturas de apoio à pecuária, sobrando um mínimo de mata, de reserva e de outras áreas não-incorporadas diretamente ao processo produtivo⁵². Esse modelo de agricultura provoca a necessidade de uma superexploração da terra, sobretudo porque a maior parte do lote é destinada à pecuária nos moldes extensivos (tabela 11).

Tabela 11 – Utilização da terra no Boa Esperança, pesquisada pela Fetaeg

<i>Componentes da paisagem no Boa Esperança</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>%</i>
1 Lavoura	150,35	11,6
2 Culturas de apoio à pecuária	107,47	8,30
a) Milho	94,18	7,27
b) Capineira	5,53	0,43
c) Cana-de-açúcar	7,76	0,60
3 Pastagens	886,55	68,41
a) Pastagem natural	42,40	3,27
b) Pastagem plantada	844,15	65,14
Total para a pecuária	994,02	76,71
4 Total de áreas não-incorporadas diretamente ao processo produtivo	97,62	7,54
a) Mata	63,32	4,89
b) Reserva	8,00	0,62
c) Capoeira	13,3	1,03
d) Reflorestamento	2,00	0,15
e) Brejo	11,0	0,85
5 Outros	53,92	4,16
a) Quintal (frutíferas e hortaliças)	38,20	2,95
b) Instalação	7,15	0,55
c) Barragens	2,57	0,20
d) Improdutivo	6,00	0,46
e) Não-aproveitado	-	-
Área total dos lotes do Boa Esperança	1.295,91	100,0

Fonte: Fetaeg e Miziara (2005) – Pesquisa em assentamentos rurais do estado de Goiás / dados preliminares.

Na pesquisa Fetaeg e Miziara (2005), a maioria dos dados relativos ao Boa Esperança apresenta grande semelhança com os dados de outros PAs. A maior parte do terreno é destinada ao suporte da pecuária (76,71%), o cultivo de lavouras ocupa 11,6% da área, o quintal e demais instalações ocupam 4,16% do lote, e outras áreas

⁵² Optou-se por essa terminologia pelo fato de haver uma relação de dubiedade dos produtores com essas áreas. De modo geral, capoeira refere-se a uma área de vegetação rala, com arbustos de pequeno porte, que pode ser resultado de uma degradação ocasionada pela ação humana ou decorrência de solos poucos férteis. De qualquer forma, essas áreas não são utilizados diretamente na produção, mas podem servir de suporte a certas atividades, em especial as ligadas à pecuária. Assim, não é possível afirmar, *a priori*, que sejam ou não antropizadas. Da mesma forma, a área de brejo muitas vezes é antropizada, sobretudo para a pastagem.

não-incorporadas ao processo produtivo, 7,54%. É interessante notar, entretanto, que, nesse quesito – total de áreas não-incorporadas diretamente ao processo produtivo – o índice do Boa Esperança é bem inferior ao dos outros assentamentos (17,66%), conforme se pode ver na tabela 10.

A paisagem predominante é a pastagem extensiva para gado de leite, que ocupa uma área maior em todos os lotes. Todos os assentados criam gado, e a média é de 32 cabeças por lote. O assentado que possui menor número de reses tem cinco, e o que possui mais, tem 120 cabeças. Alguns parceleiros que possuem poucas cabeças justificaram-se, dizendo que possuem poucas reses porque necessitaram vender parte delas para quitar dívida bancária, por motivo de doença ou por falta de condições de manter as reses no lote. Alguns, para aproveitar o pasto, alugam parte da área para outro assentado ou para um fazendeiro vizinho. Outros parceleiros, não tendo capital para comprar mais gado, cuidam do rebanho do vizinho, tornando-se meeiros das crias e do leite.⁵³

De acordo com os dados da pesquisa Fetaeg e Miziara (2005), o total de bovinos no Boa Esperança é de 1.521 cabeças. Dividindo esse número por 886,55 ha de pastagens (tabela 11), o resultado é de 1,71 cabeças por hectare. Essa lotação de bovinos é elevada, podendo caracterizar-se como uma superexploração do terreno.

⁵³ Foram encontradas três famílias que cuidam de uma parte de gado de vizinhos e com eles dividem o lucro das crias e da venda do leite. Trata-se do sistema de “dar à meia” – o dono do gado fica com metade dos bezerros que nascerem das reses que estiverem com seu vizinho. Este, por sua vez, responsabiliza-se pelo gado, dando-lhe tudo o que for necessário e, em troca, fica com metade das crias e com o leite.

Deve-se considerar-se que o padrão tecnológico utilizado pelos assentados é muito baixo, especialmente no que diz respeito à recuperação dos solos de pastagem.

Utilizando o sistema de pastagem extensiva, os parceiros queixam-se da dificuldade de alimentar o gado com silagem no período da seca. Explicam que a área da terra é pequena, e as gramíneas secam. O trato com ração e silagem deve ser feito, mas dizem, é muito trabalhoso e dispendioso.⁵⁴ Na tabela 9, pôde-se ver que, além do gado, os assentados criam eqüinos, suínos e aves domésticas, e a tabela 12 informa a média de animais de maior significância para a economia e a sobrevivência dos assentados.

Tabela 12 – Média de animais por produtor

<i>Animais</i>	Rancho Grande	Boa Esperança
	<i>Média</i>	<i>Média</i>
Bovinos	33,8	30,7
Eqüinos	1,7	1,2
Suínos	3,5	6,9
Aves	34,5	53,7
Total	18	47

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Quase todas as famílias criam galinhas para o consumo e para a venda de algum frango ou ovos. Os cavalos são usados para puxar carroça, carpideira e cultivador – 67% dos parceiros utilizam tração animal. Muitos não criam porcos, mesmo sendo de grande utilidade no consumo doméstico, em termos de carne e de banha. O milho produzido nas parcelas é destinado ao suporte alimentar do gado, por meio da silagem. A prioridade é o gado, não sobrando milho para a alimentação dos suínos, que são criados para o próprio consumo, para a venda de algum animal ou banha excedente. Os demais, utilizam óleo de soja e carne, comprados em supermercado.

⁵⁴ A declaração seguinte é um exemplo do acúmulo de trabalho e dos custos elevados do trato do gado com silagem: “Fica caro porque tem muita gente que tira do leite para comprar o trato para a vaca. Então, a pessoa tem que criar menos gado e ela mesma fazer o trato. Eu, por exemplo, tenho a capineira aqui, planto milho, compro o farelo de soja e eu mesmo faço o trato. Mas tem gente que paga trator para plantar o milho e fazer o silo e fica com preguiça de plantar a capineira, cortando-a todo o dia e triturando. Depois, no período da seca, fica comprando ração de vinte ou vinte e tantos reais a saca. Quando o leite cai de preço e passa o período da seca, tem gente que precisa vender gado para pagar dívidas de ração” (entrevista 6).

Alguns poucos assentados criam peixes em tanques e abelhas. Os peixes e o mel são para o consumo doméstico e para vender aos vizinhos. A produção ainda é pequena para alcançar um mercado maior.

Nenhum parceleiro produz em larga escala e exclusivamente para o mercado. O produto comercializado, em geral, é o que sobra do consumo doméstico, com exceção do leite. Cerca de 80% dos assentados têm na venda do leite a sua principal fonte de renda. A receita da venda do leite é mensal, e mesmo sendo menor no período da seca, é um rendimento constante o ano todo. Com a venda do leite, os parceleiros compram outros produtos que eles não produzem. Além do dinheiro da venda do leite, eles ainda dispõem dos derivados do leite, como o queijo, o soro para alimentação dos porcos, a coalhada. Para aumentar a receita, eles comercializam outros produtos (tabela 13).

Tabela 13 – Produtos comercializados pelos parceleiros

<i>Tipos de Produtos</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>
1 Cereais	18	100,0	47	100,0
Arroz, feijão, milho	5	27,8	22	46,8
2 Hortifrutas	18	100,0	47	100,0
verduras e frutas	2	11,1	7	14,9
Mandioca, farinha, polvilho	4	22,3	16	34,0
<i>Total</i>	6	33,4	23	48,9
3 Granja	18	100,0	47	100,0
ovos, queijo, frango	7	38,9	38	80,8
Suíno	2	11,1	18	38,3
Leite	15	83,3	40	85,1
Gado	14	77,8	38	80,8
<i>Total</i>	37	-	131	-

4 Outros	18	100,0	47	100,0
Artesanato, alimentos	6	33,3	8	17,2

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

O gado também é muito utilizado como reserva constante e uma maneira mais fácil e rápida de apurar dinheiro. Muitos parceiros explicam que o gado é um recurso garantido nos momentos de necessidades mais extremas como, por exemplo, nos gastos com doença.⁵⁵ Vendem, preferencialmente, os bezerros (machos) e as vacas, quando elas diminuem a produção de leite. Gado e leite são os principais produtos que têm dado sustentação à vida dos parceiros. Outros produtos, mostrados na tabela 13, não representam muito, pois são produzidos em pequenas quantidades e em determinadas épocas do ano. Apenas quatro famílias vendem produtos na feira regularmente, tanto os gêneros alimentícios produzidos por elas quanto aqueles comprados de parceiros vizinhos.

Na aplicação do questionário (anexo 2), sobre o uso de produtos como insumos, vacinas e outros (questão 25), houve muitas queixas dos parceiros contra a falta de recursos para investir na terra, para corrigir o solo e para comprar insumos e produtos para combate às pragas. Um dos parceiros explica: “O pessoal tá lutando por crédito e muitos não pegaram a verba de investimento, pegou só a de custeio. Tem que mudar essa relação, não só com os assentados, com os mine e pequeno agricultores” (entrevista 7).

Todas as famílias que se instalaram legalmente nesses PAs, receberam verba do governo, por meio do Pronaf, para construir, para plantar e para comprar gado. Entretanto, os parceiros apontaram a dificuldade de escoar a produção, a falta de meios de transporte, os baixos preços dos alimentos, que não chegam a compensar o custo da produção e do deslocamento dos produtos até as cidades.

⁵⁵ Esse depoente revela como o gado o sustentou em período de maior dificuldade financeira: “Na verdade o gado é um produto sobre todas as coisas, tiro a base de experiência própria, da minha prática. Fiquei quatro anos sofrendo no hospital e poucas vacas aqui sustentaram a mim família, e eu não vendi a terra. [...] Não tem lavoura, não tem plantação nenhuma que corresponde ao leite do gado” (entrevista 1).

A maioria dos assentados costuma vender seus produtos no comércio da cidade mais próxima e/ou para compradores que vêm buscar o produto na sua porta, evitando pagar o frete (tabela 14).

Tabela 14 – Como e onde os parceiros vendem os produtos

Local de comercialização	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. de parceiros	%	N. de parceiros	%
Faz feira	2	11,1	2	4,3
Vende no comércio da cidade	5	27,8	8	17,0
Para o comprador que vem buscar	11	61,1	32	68,1
Na cooperativa da cidade	-	-	1	2,1
Outro	-	-	4	8,5
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

3.7 Recursos utilizados na produção

Além de opções de mercado para o escoamento dos produtos, são necessários maiores recursos tecnológicos, maquinários e técnicas produtivas mais modernas, recursos financeiros para aumentar a produção e produtividade nos PAs. Muitos parceiros não possuem nem as máquinas consideradas básicas para a lavoura, como um trator, um cultivador, uma carpideira e uma plantadeira manual. Mais de 80%, quando necessitam do trator, recorrem ao aluguel, pagando de trinta a quarenta reais a hora trabalhada, valor considerado por eles muito alto, uma vez que não possuem capital para investir.

O triturador é outro dispositivo quase indispensável em uma propriedade rural.⁵⁶ Mesmo assim, muitos assentados não o possuem. Já a carroça é bastante utilizada por mais de 50% dos parceiros. Poucos possuem resfriador de leite, por ser um dispositivo de valor alto para as condições econômicas dos agricultores assentados; os que não possuem alugam-no do vizinho ou de uma cooperativa na cidade ou levam

⁵⁶ O triturador é uma máquina que pode ser utilizada em várias tarefas em uma propriedade rural como, por exemplo, para fazer silagem, moer mandioca para fazer farinha e polvilho, serve para moer milho verde, para ralar queijo, dentre outras utilidades. Por isso ele se torna um equipamento indispensável para o produtor.

eles mesmos o produto à fábrica de laticínios.⁵⁷ A plantadeira manual, a carpideira de tração animal e a foice também são bastante utilizadas. Além dessas, os parceiros não utilizam nenhuma outra máquina para trabalhar a terra (tabela 15).

Tabela 15 – Equipamentos que possuem e utilizam na produção nos PAs

Equipamentos	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%⁵⁸</i>
Carroça	9	50,0	31	66,0
Trator	-	-	4	8,5
Triturador	16	88,9	35	74,5
Cultivador	8	44,4	12	25,5
Carpideira	7	38,9	16	34,0
Plantadeira manual	13	72,2	39	83,0
Foice para roçagem	13	72,2	35	74,5
Motoserra	6	33,3	1	2,1
Pulverizador de agrotóxicos	-	-	7	14,9
Resfriador	1	5,6	10	21,3
Outro	-	-	4	8,5

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Sobre os itens motoserra e pulverizador de agrotóxicos, houve entrevistado que, temendo algum tipo de fiscalização, não declarou possuir esses equipamentos, apesar de tê-los. Alguns, porém, os guardam dependurados no teto da área de serviço ou na cerca do curral, à vista de quem chega, conforme foi possível constatar durante o trabalho de campo. Do total geral de entrevistados que tiveram acesso ao assentamento por meio da compra de lote, três possuem maquinários mais pesados, como trator, enciladeira, aspersor de irrigação, riscadeira de curva de nível, distribuidora de calcário e outras. Um deles explicou que ganha a vida alugando suas máquinas aos outros assentados e aos fazendeiros vizinhos.

Além da escassez de equipamentos, os parceiros raramente contam com a assistência de um agrônomo ou técnico agrícola para orientá-los para produzirem mais,

⁵⁷ O resfriador tem sido uma necessidade na produção de laticínios por possibilitar a armazenagem e conservação do leite. Os produtores de leite adquirem ou alugam esse dispositivo para reduzir as viagens de transporte do produto ao seu local de destino e, também, como medida de segurança da qualidade do produto, além de evitar maiores perdas com a deterioração do leite.

⁵⁸ Todas as porcentagens relativas aos dados dos dois PAs foram feitas sobre o total de parceiros entrevistados. Em algumas questões, como a de n. 22 do questionário (anexo 2), sobre as ferramentas que o parceiro possui e utiliza na propriedade, as respostas podem ser múltiplas, ou seja, mais de uma para uma única questão. Por isso as porcentagens ultrapassaram os 100%.

em menor área, e sem degradar tanto os recursos naturais. Segundo os próprios parceiros, foram mínimas as orientações das entidades mediadoras sobre como produzir mais e melhor. A grande maioria, sem condições de incorporar novos métodos e novas técnicas de produção, substituindo as antigas, continua utilizando muitos recursos da época de seus antepassados. Em vez, por exemplo, de máquinas utilizam tração animal, plantadeira manual, e o trabalho dos filhos na ordenha manual do leite.

Diante desse quadro de falta de recursos modernos de produção, não se está defendendo a idéia de que os parceiros têm, necessariamente, que se integrar à modernidade produtiva, isto é, adotar o modelo da Revolução Verde. Para o tamanho da terra e do capital de custeio disponíveis, a tração animal, as máquinas manuais, o trabalho familiar podem ser mais promissores, levando os parceiros muito mais facilmente à sustentabilidade do que se utilizarem de certas máquinas, como o trator, a colheitadeira e outras de grande porte, cujo custo vai além das suas condições. Com seus poucos recursos de terra, de trabalho e de capital, não conseguem arcar com custos elevados de produção. A viabilidade da pequena produção, mesmo utilizando o mínimo de tecnologia, é discutida por Sonia Bergamasco (*apud* ADANT e ALTAFIN, 1991). A autora afirma que a agricultura familiar representa 52,4% no total de toda a produção no Brasil. Ela constatou, em sua pesquisa realizada no município de Valinhos (SP), que a produção dessas famílias nem sempre acontece em condições favoráveis em termos tecnológicos. Segundo sua avaliação, as orientações técnicas devem ser capazes de ajustar os recursos tecnológicos às condições da terra e do produtor. Em certos casos, a tração animal é mais adequada que o trator. Então, é preciso levar em conta a realidade de cada produtor, suas necessidades reais e suas limitações em termos de recursos físicos, econômicos e humanos.

Quando necessário, os parceiros contratam trabalho externo, mas grande parte ainda continua contando somente com a mão-de-obra de membros da família, e isso é positivo, pois nem todos têm condições de contratar trabalho pago. De acordo com os dados desta pesquisa, a grande maioria dos assentados quer receber em

dinheiro quando é contratado por um outro parceleiro ou por fazendeiros. Por outro lado, a prática de trabalho em forma de mutirão é cada vez menos utilizada entre os assentados. Esse tipo de troca de serviços tem sido praticada com maior frequência apenas na época das colheitas e para roçagem de pastagens. Os vizinhos unem-se em grupos grandes para agilizar o trabalho no lote de um parceleiros assim, vão se revezando em mutirão de troca de favores.

A baixa frequência dos mutirões, segundo os assentados é, sobretudo, em razão da falta de colaboração e de solidariedade de alguns. A falta de entrosamento entre os católicos e os evangélicos também é citada como motivo de divisão interna.⁵⁹ As diferenças religiosas têm interferido no entrosamento dos assentados na organização do trabalho. A prática da troca de dias também tem sofrido uma baixa de frequência. A alegação da maioria é a de que nem todos os vizinhos dispõem de tempo ou de saúde para pagar, à altura, o trabalho do outro. Por isso, os parceleiros preferem receber em dinheiro, quando são contratados, e quando contratam mão-de-obra externa, também fazem o pagamento em numerário. Assim, cada um viabiliza o trabalho e a forma de pagamento de acordo com suas possibilidades. A tabela 16 informa os recursos de trabalho e as formas de pagamento mais utilizadas pelos parceleiros.

Tabela 16 – Emprego de tração animal, emprego de mão-de-obra externa e formas de pagamento, participação em mutirões

Ocorrências	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>
1 Tração animal	18	100,0	47	100,0
Sim	14	77,8	26	56,5
Não	4	22,2	20	43,5
Outro	-	-	1	2,1
2 Emprega mão-de-obra externa	18	100,0	47	100,0
Regularmente	-	-	11	23,4
Às vezes	9	50,0	29	61,7

⁵⁹ Referindo-se à religião como responsável pela divisão de forças no grupo, declara um dos assentados: “Criou-se um clima muito ruim. Outra parte foi a questão da religião. Teve um entrave assim muito grande na questão da religião, entre evangélico e católico. Aí criou clima de divisão. Até hoje ainda fica algum problema, e parece que ainda não tá muito normal, as pessoas começam a melhorar bastante, mas ainda não é o que era antes” (entrevista 7).

Nunca	9	50,0	7	14,9
3 Forma de pagamento da mão-de-obra externa	18	100,0	47	100,0
Troca de dia	1	5,6	6	12,8
Em dinheiro	8	44,4	34	72,3
Não utiliza mão-de-obra externa	9	50,0	7	14,9
4 Participação em mutirões	18	100,0	47	100,0
Sempre	9	50,0	31	66,0
Às vezes	6	33,3	6	12,8
Nunca	3	16,7	10	21,3

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Além dessas formas de trabalho apresentadas, os parceiros utilizam ainda o trabalho coletivo, plantando roças comunitárias. Trata-se de uma modalidade de trabalho muito utilizada no período de acampamento, mas que está cada vez mais rara. Enquanto estavam acampados, os trabalhadores não tinham outra alternativa de plantar senão de forma coletiva, porque a terra ainda não estava dividida, mas atualmente, como cada um está no seu lote definido, preferem trabalhar individualmente. As experiências de roça comunitária diminuíram, e o número de participantes é cada vez menor. Os parceiros reclamam do retardamento dos recursos e, conseqüentemente, das sementes e dos insumos, sendo um dos motivos alegados para não apostarem tanto na lavoura comunitária, como se pode constatar por esse relato:

Ah, eu mesmo planto só para mim mesmo. Já tentei no coletivo, desde lá de Goiás velha, mas não deu certo. Dá muito problema. [...]. Tem todo tipo de problema. [...]. Não foi bom porque nós plantamos meio atrasados e deu prejuízo. Até que vieram os trens para nós lá de fora, era tarde. Mas deu, para salvar a despesa deu (entrevista 12).

Outro entrave para a continuidade do trabalho coletivo é a dificuldade de entrosamento entre os sócios no tocante ao ritmo de trabalho, à partilha, à administração da verba, dentre outros problemas, como evidencia o depoimento de um dos parceiros:

Para nós brasileiros, nós não damos conta de produzir coletivo não. Porque já nascemos no individual. Nós tocamos um coletivozinho ali de três pessoas, no núcleo. Nós planta arroz, milho... Mas se aumentar mais gente, uns dez, não dá certo não. Dá problema. Teve outras tentativas e não deu certo não. Deu muita briga. Uns trabalham, outros não. Quando foi na hora de colher, deu confusão na partilha. Por isso não dá certo, só quando são uns três ou quatro sócios (entrevista 4).

Além desse parceiro, vários outros afirmaram que o trabalho coletivo dificilmente funciona, sobretudo se o grupo de participantes for grande. Se o grupo for

menor, há maior facilidade de um controlar o outro. Nas palavras de um parceleiro, “se for com todo mundo, o coletivo não funciona. Nós já tentamos muitas vezes e não funcionou” (entrevista 8). Outros assentados reclamaram da impossibilidade de controlar os custos e os lucros de um empreendimento, quando o grupo é maior.

Assim como os parceleiros têm tido dificuldades nos trabalhos coletivos para plantar roças, têm sofrido o mesmo nas tentativas de implantar cooperativas, pois nenhuma dela teve êxito. Segundo os parceleiros, os motivos de as iniciativas de organizar cooperativas não terem sucesso são, sobretudo, a falta de experiência administrativa dos dirigentes, de organização do empreendimento e de honestidade. Vários assentados acusaram os dirigentes de cooperativas pela falta de honestidade, e um deles disse: “sou a favor da cooperativa, mas se escolher uns homens de posição honesta na frente. Porque até hoje eu nunca vi uma cooperativa dar certo porque eles começam a roubar” (entrevista 3).

Além dos problemas de ordem prática na organização e na viabilização do trabalho comunitário, há a questão do individualismo e da falta de predisposição dos parceleiros para o trabalho dirigido. Eles não aceitam que nenhuma organização social coordene o assentamento, recusam interferências e decisões impostas e eles próprios mesmos querem tomar as decisões sobre o uso da terra. Querem sentir-se livres para plantar e criar o que quiserem e como quiserem. Querem sentir-se donos da própria vida. Como declara um depoente: “uma pessoa que vem para um assentamento, ela almeja uma certa liberdade, um direito. Então, nós aqui acha que as decisões pertencem ao assentamento” (entrevista 2). As entidades são bem-vindas para angariar recursos, para trazer benefícios para o assentamento, mas não para tomar decisões, ou seja, os assentados desejam autonomia, vontade própria. Um parceleiro afirma: “Eu acho o seguinte, que os assentados têm que ter autonomia de expressão e vontade própria” (entrevista 7).

A questão do individualismo, das dificuldades de organização da mão-de-obra para os trabalhos coletivos nos assentamentos estão presentes na pesquisa de Pessoa (1999). O autor também detectou que o coletivismo não condiz com a maneira de viver e de pensar dos agricultores assentados, pois, como visto pelos relatos desta pesquisa, o sonho do agricultor familiar é o de ser independente, isto é, ter poder econômico para viver com a família, poder chegar na sua casa e usufruir a sua liberdade, poder chegar na sua propriedade e dispor o seu espaço para plantar e criar o que quiser. Essa é a sua cultura. A produção coletiva tem pretensões homogeneizadoras, contrárias às suas aspirações subjetivas. Ela não leva em conta as singularidades dos indivíduos no interior de um grupo.

O individualismo do agricultor familiar, engendrado pela prática de organização da produção centrada em iniciativas individuais, e o coletivismo imposto pelos mediadores políticos são duas lógicas diferentes de viver e de conceber o trabalho. Apesar do empenho dos mediadores em organizar trabalhos coletivos, os resultados nem sempre são positivos. O *habitus* ou a cultura do agricultor assentado não incorporou essa prática. A pesquisa realizada no Assentamento Mosquito apresenta a declaração de um assentado que esclarece, satisfatoriamente, o motivo do insucesso do

coletivismo nos PAs. Altair Fidelis, do PA Mosquito relata (*apud* PESSOA, 1999, p. 193):

O sonho de todo ser humano é saber que ele é independente, que ele possui, ele tem poder econômico pra viver com sua família. A cultura dos trabalhadores brasileiros é essa. Agora, se a gente for olhar a cultura do índio, é completamente diferente. É que, para nós aqui, em Goiás, de uma experiência comum, a gente tentou isso na época e a gente ia cometer o maior erro da história. Eu concordo plenamente que um trabalho coletivo que nem nós estamos aqui no mutirão, é um trabalho aberto, todo mundo com liberdade, mas sabendo que vou chegar agora mesmo na minha propriedade, na minha casa e ter a minha independência, o meu espaço.

O relato do assentado deixa claro que o agricultor familiar não tem predisposição para produzir coletivamente. Ele quer preservar sua liberdade de decisões, sua autonomia econômica, por isso, a ação dos mediadores no empenho de organizar trabalhos coletivos como lavouras comunitárias, cooperativas, confronta-se com a cultura do agricultor familiar goiano.

3.8 Técnicas agropecuárias, utilização de agroquímicos

Em sua grande maioria, os assentados não inovaram suas técnicas de plantio e de criação, e ainda aplicam mais a experiência que aprenderam com os pais, avós, fazendeiros (ex-patrões), ou mesmo sozinhos, na lida do dia-a-dia no decorrer da vida. Cerca de 95% dos parceiros aprenderam as técnicas que utilizam com os pais, com o irmão mais velho, ou sozinhos. Poucos receberam orientações de algum técnico (tabela 17).

Tabela 17 – Com quem os parceiros aprenderam as técnicas que utilizam para plantar e criar

	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%⁶⁰</i>
Com os pais	18	100,0	39	83,0
Com os avós	1	5,5	5	10,6
Com os técnicos	2	11,1	7	14,9
Com o Fazendeiro	1	5,5	4	8,5
Sozinho ou com o irmão mais velho	4	22,2	7	14,9

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

⁶⁰ Questão de múltipla escolha (n. 27 do questionário, anexo 2). Um parceiro pode aprender as técnicas de plantar e criar com mais de um agente como, por exemplo, os pais, os avós, o vizinho.

As técnicas que os parceleiros utilizam provêm de pai para filho. Seguem a tradição, plantam e criam aquilo de que gostam. “É por tradição mesmo, porque foi o que a gente aprendeu a fazer”, diz um parceleiro (entrevista 13). Prevalece o *habitus* arraigado, herdado de pai para filho.

Alguns parceleiros nem se preocupam com o mercado, querem apenas sobreviver e criar seus filhos. Outros, mesmo tendo que se preocupar com a conjuntura, atendendo ao mercado e garantindo a permanência na terra, tentam seguir a sua intuição para plantar e lidar com a terra. O depoimento seguinte relata a realidade de ter que saber o que plantar para não ter prejuízos e, ao mesmo tempo, atender às necessidades de subsistência e não perder sua autonomia como agricultor familiar:

isso é desde o meu avô, dos meus pais, aí vem o ciclo. Quando bate a chuva, vem aquele cheiro de terra, aí vem aquela intuição e eu tenho que plantar. Agora, só porque hoje, diante da conjuntura que está aí, a gente tem que pensar muito no que vai plantar, porque hoje fica caro e depende do jeito que a pessoa trabalha. Então você tem que plantar para a subsistência, para abastecer a tuia e aí a gente tem que mexer também com atividades que dá algum dinheiro. Senão você não consegue ficar na terra (entrevista 7).

Plantar para atender o mercado não tem sido uma tarefa fácil para os assentados, em termos econômicos. Tendo que comprar adubos químicos, sementes, inseticidas e outros produtos de alto custo para eles, nem sempre se arriscam a plantar, temendo que os gastos não sejam compensatórios. Muitos queixaram-se de ter perdido toda a plantação de banana, de mamão, de maracujá, de feijão, de laranja, em virtude do ataque de pragas ou por falta de produto adequado para o combate e, também, por não disporem de um técnico que orientasse a produção. Os dados mostram que 99% dos parceleiros vacinam o rebanho, que a maioria compra adubos químicos e produtos para combates às pragas e aos parasitas dos animais, mas apenas uma minoria respondeu que corrige regularmente o solo (tabela 18).

Tabela 18 – Utilização de insumos, combates às pragas, cuidados com o solo e o rebanho

Procedimentos	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. de parceleiros	%	N. de parceleiros	%

1 Correção do solo	18	100,0	47	100,0
Regularmente	1	5,6	11	23,4
Às vezes	5	27,8	25	53,2
Nunca	12	66,7	11	23,4
2 Utiliza adubo químico	18	100,0	47	100,0
Regularmente	11	61,1	33	71,7
Às vezes	5	27,8	11	23,9
Nunca	2	11,1	2	4,3
Outro	-	-	1	2,1
3 Combate às pragas	18	100,0	47	100,0
Regularmente	7	38,9	30	63,8
Às vezes	3	16,7	8	17,0
Nunca	8	44,4	9	19,1
4 Vacina o gado	18	100,0	47	100,0
Regularmente	18	100,0	46	97,9
Outra resposta	-	-	1	2,1

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Todos justificaram que não têm maiores cuidados com o solo porque os custos são altos e lhes faltam recursos financeiros. Também são comuns as queixas contra o alto custo para manter o gado vacinado e tratado com carrapaticidas, vermífugos, ração e silagem de cana ou de capineira. No final das contas, disse um dos parceiros: “sobra muito pouco, depois de tirados os gastos com remédio e vacinas” (entrevista 14). O alto custo da produção diminui a renda líquida dos assentados, fazendo que busquem outros meios de trabalho para aumentar a receita familiar, como declara um parceiro: “Pra falar a verdade eu não tenho uma calça comprada com dinheiro do leite. Minhas roupas é minha mulher que compra pra mim. Ela trabalho fora, e ganha o salário mínimo” (entrevista 10).

3.9 Dados econômicos

A renda familiar (bruta), incluindo todo tipo de entrada, até pensão e aposentadoria de todos que moram na casa, gira em torno de trezentos a seiscentos

reais. No PA Boa Esperança, a renda é um pouco maior que no Rancho Grande, mas, em nenhum, a média ultrapassou os mil reais. Muitos assentados não souberam responder com exatidão o valor da receita. Não têm o hábito de planejar nem de fazer o controle dos custos com a produção, nem dos lucros.

Os parceiros nem sempre conseguem manter-se somente com a renda gerada na parcela. Muitos complementam o sustento da família, lançando mão de outras alternativas, como a ajuda de filhos ou de outros parentes que moram na cidade, ou com pensão e/ou aposentadoria de algum parente que mora no lote, além de outros recursos como vale-gás, bolsa-escola, cesta básica. A pensão e/ou aposentadoria de um parente que mora no lote tem sido uma importante fonte de renda. A dependência dessas fontes de renda que não se referem à produção no lote demonstra fragilidade da economia dos assentados e baixa capacidade de sustentabilidade nos PAs.

Outra forma de aumentar o orçamento doméstico tem sido o trabalho fora da parcela, como gerente de fazenda, pedreiro na cidade, realizando pequenos serviços ou trabalhando como diarista na vizinhança. Quando não são os chefes de família que trabalham fora, os filhos o fazem. Várias famílias têm algum membro trabalhando fora para complementar renda, outras tantas recebem ajuda monetária de algum filho que mora na cidade. Há também os que alugam pasto para vizinhos que possuem um rebanho maior, mas a maioria tem como sua principal fonte de renda a venda de leite (tabela 19).

Tabela 19 – Renda bruta e principais fontes de receita

<i>Valores em reais e fontes</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. de parceiros	%	N. de parceiros	% ⁶¹
1 Renda bruta em reais	18	100,0	47	100,0
Até 100	-	-	2	4,3
100 a 200	1	5,6	2	4,3
200 a 300	2	11,1	1	2,1
300 a 400	4	22,2	7	14,9
400 a 500	5	27,8	2	4,3
500 a 1.000	4	22,2	18	38,3
+ de 1.000	2	11,1	14	29,8
Outro	-	-	1	2,1
2 Principais fontes de renda	18	100,0	47	100,0
Vende leite	15	83,3	40	85,1
Trabalha fora	7	38,8	11	23,4
Recebe pensão/aposentadoria	5	27,7	13	27,6
Renda cidadã/ bolsa escola/ cesta básica	3	16,6	5	10,6
Aluga pasto	2	11,1	3	6,4
Outro	3	16,6	2	4,2

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Os parceiros que dependem sobretudo da venda de leite têm maiores dificuldades para manter a renda familiar durante o período de seca em virtude da baixa da produção. Nesse período, é necessário melhorar a alimentação das vacas leiteiras para manter uma renda mínima. Apesar das constantes queixas contra os altos custos da produção, a maioria continua investindo na produção de leite, pois a sua venda garante uma renda mensal o ano todo. Ao criarem gado, além do leite e derivados que vendem e consomem, podem contar com a carne e com os bezerros. Quem tem gado, conta com uma garantia a mais nos momentos de gastos extras e urgentes, o que representa uma reserva de valor, como afirma um assentado:

Na verdade o gado é um produto sobre todas as coisas, tiro a base de experiência própria, da minha prática. Fiquei quatro anos sofrendo no hospital e poucas vacas aqui sustentaram a minha família, e eu não vendi a terra (entrevista 1).

⁶¹ A questão n. 17 do questionário (anexo 2), sobre as fontes de renda do parceiro, recebeu muitas respostas múltiplas, ou seja, mais de uma para uma única questão. Foi necessário instigar o entrevistado, perguntando, por exemplo, “qual mais?”, “o que mais?”, “mais alguma?”.

Todos os assentados criam gado, pelo menos para o próprio consumo. O gado é uma fonte de alimento importante, justifica um deles: “O gado é que tem me sustentado, é pouco gado, mas sempre me sustenta. Eu tenho queijo, eu tenho leite, o porco que criamos com o soro. Então, por detrás do gado você faz tanta coisa!!!” (entrevista 1).

Além dos benefícios que gera, o gado é um produto de fácil manejo, fácil de vender, de retorno rápido, diferentemente da roça tradicional que dá um retorno em períodos determinados, e, muitas vezes, longo. Todo agricultor tem pelo menos uma mínima noção de como lidar com gado, conhecimento herdado da família, costumam declarar os assentados. O gado é a garantia do pequeno produtor. Um entrevistado afirma: “sem o gado, nós pequenos proprietários, nós não damos conta de sair lá na frente. Não tem lavoura, não tem plantação nenhuma que corresponde ao leite do gado” (entrevista 1). Outro parceleiro, que é membro do MST e da Rede Cerrado⁶², falou sobre uma pesquisa que essa organização está fazendo em outros municípios onde há assentamentos e que revela que o gado tem sido uma boa garantia de sobrevivência para os pequenos agricultores. Ele declara:

Estamos fazendo um levantamento em assentamentos de seis municípios para a gente ver o que realmente está garantindo a sobrevivência. Pela pesquisa que a gente está fazendo o gado é uma das coisas que está garantindo um pouco a sobrevivência do pessoal no lote. Aquele que não paga mão-de-obra para tirar o leite e se é ele mesmo que zela do gado, dá. Ainda assim sobra tempo pra roçar o pasto dele e plantar a roça (entrevista 7).

Todos os parceleiros criam gado de leite, mesmo sendo constatadas as reclamações sobre os elevados custos com silagem, vacina e medicamentos, como afirma o depoente seguinte:

Olha, compensar não compensa. O custo com remédio é demais. Aqui ninguém juntou dinheiro, pra falar assim, eu tenho dinheiro tirado do leite. Pra falar a verdade, eu não tenho uma calça, comprada com dinheiro do leite. Minhas roupas é minha mulher que compra para mim. Ela trabalha fora, e

⁶² A Rede Cerrado é uma organização não-governamental (ONG) que congrega entidades da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento e da conservação do cerrado. Criada em 1992, esse coletivo funciona por meio de uma coordenação, formada por cinco entidades, e por grupos de trabalhos e comissões temáticas (PIRES; SANTOS, 2000).

ganha o salário mínimo. Mas apesar disso, o leite ainda é melhor do que qualquer coisa. Dá bem pra gente ir se virando (entrevista 10).

A criação de gado faz parte da cultura do goiano, desde os tempos da ocupação do território, no século XIX. Além disso, “quem mora na roça tem de plantar de tudo para não comprar”, afirma um parceleiro (entrevista 10). Essa é a lógica da agricultura familiar. Para continuar autônomo, o agricultor precisa extrair da terra tudo o que ele necessita para sua subsistência. Ele o faz de vários modos – ele produz somente para o mercado e compra o que necessita na cidade ou, então, produz alguns alimentos para o seu próprio consumo, e com o dinheiro obtido, compra outros itens necessários. Essa última alternativa tem sido a melhor opção para os que não têm capital para investir na terra.

3.9.1 Conforto e bens de consumo

Os parceleiros vivem em casas de tijolos, e muitas delas não foram terminadas. Em 85,5% das casas, há vaso sanitário e fossa. Apesar de estarem na terra há mais de dez anos, quatro parceleiros ainda moram em casas de taipa, e um deles ainda não construiu sua casa. Nem todos aplicaram as verbas dos financiamentos como lhes foram destinadas, deixando, por exemplo, de reservar uma parte para a construção da moradia.⁶³

Os dados sobre o número de parceleiros possuidores de eletrodomésticos mostram que a maioria possui um aparelho de TV, uma geladeira, um tanquinho de lavar, um fogão a gás, um rádio, dentre outros mais básicos de uma residência, mas, em quase todas elas, os aparelhos domésticos estão muito usados e velhos. Muitos

⁶³ As verbas do Pronaf são destinadas a atender a aspectos produtivos da agricultura familiar. Esse crédito rural financia custos relacionados às atividades agropecuárias, de pesca, de aquicultura e de extrativismo. Segundo os assentados, eles receberam apenas nove mil reais. Destes nove mil, três mil seriam destinados para construir a casa e o restante para desmatar e formar pasto ou roça, para comprar gado, para fazer cerca, para comprar sementes, adubos ou outro produto, como maquinário, mas nem todos aplicaram a verba para os mesmos fins. Cada beneficiário deu aos recursos recebidos um destino segundo as suas necessidades mais urgentes. No ano de 2005, foram liberados para cada parceleiro, legalizado pelo Incra, além da cota normal, mais mil e quinhentos reais para a reforma da moradia (Incra SR-04/GO).

funcionam mal ou nem funcionam, como a geladeira, o aparelho de TV, o tanquinho de lavar roupa e o fogão a gás.

Os meios de transporte mais utilizados pelos moradores são o carro e a motocicleta. Em mais de 40% das residências há pelo menos um carro, ou uma moto, ou uma bicicleta, apesar de também estarem muito usados, velhos ou mal conservados. As condições de vida da maioria são, em termos de conforto, precárias. Conforme declarações recorrentes durante a pesquisa de campo, grande parte dos móveis, dos eletrodomésticos e dos veículos que possuem ainda é do tempo em que não eram assentados. A tabela 20 indica os principais bens de consumo dos parceleiros.

Tabela 20 – Bens de consumo dos parceleiros

<i>Bens</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. de parceleiros	%	N. de parceleiros	% ⁶⁴
Televisão	17	94,4	39	83,0
Parabólica	17	94,4	16	34,0
Geladeira	18	100,0	43	91,5
Rádio/som	16	88,9	40	85,1
Tanquinho	16	88,9	40	85,1
Fogão a gás	18	100,0	43	91,5
Microondas	1	5,6	3	6,4
Tel. Celular	6	33,3	33	70,2
Carro	7	38,9	22	46,8
Moto	6	33,3	13	27,7
Bicicleta	7	38,9	22	46,8
Outro	2	11,1	4	8,5
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

O acesso à terra não é a única garantia de boas condições de vida aos agricultores. É necessário saber produzir e ter meios de escoamento da produção. Além disso, o mercado competitivo exige preço e qualidade dos produtos – os que não conseguem produzir de acordo com as exigências de mercado são relegados à margem do sistema produtivo, o que tem ocorrido com grande parte dos assentados. Trata-se de agricultores desprovidos de assistência técnica, desorganizados e descapitalizados.

O governo dispõe de sistemas de créditos para o custeio de produção, por meio do Pronaf, em geral, no valor de sete mil e quinhentos reais, além dos três mil reais para a habitação. Segundo os parceleiros, esses valores são insuficientes para tantos gastos, como a construção de casa, a compra de insumos, de sementes, para a construção de cercas, para a aração do solo, dentre outros. Além de pequenos, os recursos nem sempre são aplicados de maneira correta. A tabela 21 mostra como cada parceleiro usou a verba do Pronaf.

⁶⁴ Questão de múltipla resposta (n. 34 do questionário, anexo 2).

Tabela 21 – Fontes de financiamento e aplicação da verba nos PAs

<i>Verba e sua aplicação</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	N. de parcelheiros	%	N. de parcelheiros	% ⁶⁵
1 Recebeu verba do governo	18	100,0	47	100,0
Sim	16	88,9	33	70,2
Não	2	11,1	14	29,8
2 Utilização da verba	18	100,0	47	100,0
Casa	13	81,3	25	53,2
Adubo	15	93,8	20	42,6
Sementes	15	93,8	25	53,2
Máquinas	10	62,5	13	27,7
Formação de pastos	16	88,9	31	66,0
Cercas	16	88,9	28	59,6
Gado	13	72,2	33	70,2
Outro	3	16,7	9	19,1

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Cerca de 80% dos parcelheiros tiveram acesso à verba do Pronaf. Aqueles que não receberam nenhum crédito agrícola do governo foram os que entraram nos PAs por compra de parcela que ainda não foi legalizada pelo Incra. As formas de aplicação dos recursos foram, segundo os dados da tabela, diversos. A verba foi, sobretudo, destinada à aquisição de adubos e sementes, formação de pastos, construção de cercas e de casa, compra de gado. Percebe-se que os recursos foram aplicados em infra-estrutura para a produção, aquisição de maquinários e insumos e para atendimento às necessidades básicas.

⁶⁵ Questão de múltipla resposta (n. 36 do questionário, anexo 2).

CAPÍTULO 4

HABITUS E NATUREZA NOS ASSENTAMENTOS

O antropocentrismo consagrará a capacidade humana de dominar a natureza. Esta, dessacralizada já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto e, já que não tem alma, pode ser dividida, tal como o corpo já o tinha sido na Idade Média. É uma natureza morta, por isso pode ser esquartejada [...].

Carlos Walter Porto Gonçalves

Da mesma maneira que no anterior, a análise neste capítulo envolve dados quantitativos e qualitativos, coletados na pesquisa de campo, especialmente no tocante ao *habitus* dos agricultores assentados. No capítulo 3, a análise centrava-se nos dados sócio-econômicos e produtivos dos assentados. O presente capítulo enfoca dados que mostram a interpretação que o assentado tem de natureza, com o desdobramento dos modos pelos quais ele se relaciona com ela. O capítulo, portanto, desenvolve-se seguindo dois principais eixos: o que trata da percepção da natureza pelo agricultor familiar em situação de assentamento, e um outro que aborda a sua relação com o meio natural em que vive.

Vale lembrar que não existe uma dicotomia entre meio ambiente e sociedade. Conhecimento e prática são adquiridos pelo indivíduo ao longo de sua existência, em interação com a sociedade e o ambiente no qual ele está inserido. De acordo com a teoria da prática, elaborada por Pierre Bourdieu (MARTINS, 1987; 2002), há uma articulação dialética entre a estrutura social e ator social. A ação cotidiana dos assentados, com suas práticas (re)produtivas, provoca impactos sociais e ambientais porque são dimensões intrinsecamente correlacionadas. As transformações ambientais têm consequências sociais e vice-versa, ou seja, a percepção da natureza e a relação que o assentado estabelece com o meio em que vive estão inter-relacionadas.

De acordo com a teoria da prática (BOURDIEU, 1983; 1989), o micro e o macro⁶⁶ universo se interagem em um complexo epistemológico dialético. As relações manifestam-se

⁶⁶ Micro diz respeito às ações individuais, ao passo que macro se refere às estruturas que interferem nessas ações.

de forma objetiva (no *campo*), e subjetiva, mas não individualizada (por meio do *habitus*). Por isso, segundo essa teoria, há uma mediação entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e ação e não uma determinação da estrutura social sobre o indivíduo e a história. Cada fato social constrói-se interligado com outros fatos sociais, formando uma grande teia de relações sociais. Com esse embasamento teórico, busca-se compreender como a percepção da natureza do assentado influencia, concretamente, a sua relação com o meio ambiente, isto é, como esse ator social exterioriza o aprendizado que vem acumulando através de gerações.

4.1 A percepção da natureza dos assentados

Embora vivam na natureza e da natureza, os agricultores possuem um entendimento particular de quais são os elementos que fazem parte dela. Os animais, as águas e as matas foram os elementos mais citados (tabela 22), talvez porque sejam os que estão mais ao seu redor ou porque são os mais utilizados como recursos naturais extraídos para garantir a sobrevivência. As matas foram, sobretudo no início dos PAs, a primeira fonte de renda de sustentação do parceleiro no lote. Nos dois PAs analisados – Rancho Grande e Boa Esperança – os parceleiros desmataram para a formação de pastagem e para plantio. A madeira que sobrava da construção da casa, do curral, da cerca de arame, era vendida. Os animais de caça também são um recurso importante para a sobrevivência. A água, mencionada pela maioria como útil para beber, para tomar banho, para irrigar lavoura e para pescar, é um elemento indispensável na vida desses agricultores.

Tabela 22 – Os elementos que compõem a natureza, segundo o entendimento do entrevistado

Elementos	Rancho Grande				Boa Esperança			
	Sim		Não		Sim		Não	
	<i>N. de parceiros</i>	%	<i>N. de parceiros</i>	%	<i>N. de parceiros</i>	%	<i>N. de parceiros</i>	% ⁶⁷

Paisagem	3	16,7	15	83,3	3	6,4	44	93,6
Animais	11	61,1	7	38,9	32	68,1	15	31,9
Águas	14	77,8	4	22,2	36	76,6	10	21,3
Matas / Árvores	17	94,4	1	5,6	39	83	8	17
Pássaros	6	33,3	12	66,7	28	59,6	18	38,3
Pastagem	3	16,7	15	83,3	5	10,6	42	89,4
Homem	5	27,8	13	72,2	6	12,8	41	87,2
Terra	2	11,1	16	88,9	10	21,3	37	78,7
Chuva	1	5,6	17	94,4	5	10,6	42	89,4
Verde	3	16,7	15	83,3	4	8,5	43	91,5
Flores	4	22,2	14	77,8	2	4,3	45	95,7
Outra resposta	10	55,6	8	44,4	29	61,7	18	38,3

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Outros componentes da natureza, citados, mas bem menos lembrados na tabela, foram: a terra, as flores, o verde, a chuva, a paisagem e o homem. Para a maioria, a natureza é algo que está distante. Nem todos os assentados se incluíram como espécie humana e parte dela, tendo em vista que apenas 40,6% citaram o homem como um dos elementos da natureza.

Talvez por terem sido pegos de surpresa, os entrevistados tiveram dificuldade para lembrarem-se de alguns elementos como partes da natureza. O tema, à primeira vista, mostrava-se estranho ao universo dos entrevistados e, por isso, eles faziam esforço mental para responder. Citavam sempre aquilo que estava mais diretamente ligado ao seu cotidiano, às vezes, com insegurança, como esse depoente: “Ah! Eu acho que é quase tudo. São as árvores, os pássaros, os bichos também, as orquídeas. Os rios, né? As nascentes, principalmente as nascentes, né? Acho que é isso” (entrevista 6). Um outro respondeu: “Ah, isso aí não sei. Acho que é pastagem, é lavoura, gado também. É isso?” (entrevista 12).

Outros, nem mesmo com a insistência com que era formulada a questão, conseguiam lembrar-se e citar mais de dois ou três elementos como componentes da natureza, como nesse exemplo, em que o parceleiro respondeu: “Iiii, agora você me pegou. Vem cá, filho, me ajuda aqui. Não sei responder, depois nós lembramos isso aí” (entrevista 13). Outro entrevistado não conseguiu citar nenhum elemento e respondeu: “Não sei, pula essa, então” (entrevista 9).

⁶⁷ Os dados desta tabela referem-se à questão 39 do questionário (anexo 2), de resposta múltipla. Cada entrevistado podia citar mais de um item como parte da natureza, por isso as somas das porcentagens ultrapassam os 100%.

Os itens citados pela maioria foram: as matas e/ou as árvores, as águas, os animais, e os pássaros. Algumas hipóteses podem ser prováveis para a compreensão do motivo de esses elementos serem os mais lembrados pelos parceiros. Uma delas é que se trata de itens concretos e que estão à vista de todos. Uma outra pode ser que as matas, os animais e as águas fazem parte da vida cotidiana desses agricultores, como elementos ligados diretamente às suas necessidades de sobrevivência. Uma terceira hipótese é que, em relação a esses elementos, há maiores ressalvas dos órgãos de políticas ambientais, em termos de conservação e preservação da natureza. A fiscalização e a orientação que chegam aos PAs sobre a preservação do meio ambiente incidem mais sobre a vegetação (proibição de derrubada das matas ciliares e de reserva), sobre os animais (proibição de caça e pesca) e sobre as águas (incentivo à preservação das nascentes e para evitar o assoreamento dos mananciais).

Além dessas hipóteses explicativas, há uma outra observação que pode ser feita – os elementos não-antropizados foram os menos identificados como parte da natureza. A obra de Gonçalves (2001) pode ajudar a compreensão relativa à construção da idéia de natureza. Segundo os autores, cada povo constrói a sua visão de natureza ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais. Pode-se então perguntar: como é a relação do agricultor familiar (o assentado) com a natureza, segundo o que se pode vislumbrar pelos dados coletados? Trata-se de uma relação de dominação, na qual o assentado usufrui da natureza e dela retira o máximo de seus recursos e de sua capacidade de produção. O agricultor passou da fase da coleta de produtos que a natureza naturalmente oferece para a coleta dos produtos do plantio.

A concepção de natureza demonstrada pelos assentados é utilitarista. Estabelecem com ela uma relação em que a natureza é objeto dessacralizado, dividido, separado do homem. Por isso, eles não se vêem como parte do ecossistema e agem no meio ambiente com uma visão antropocêntrica. Importa, acima de tudo, segundo essa concepção, que a natureza sirva para garantir a reprodução das suas famílias.

Sobre o uso das águas, a constatação é a mesma. A medida da natureza para os assentados é a medida da sua utilidade. De acordo com os parceiros, as águas servem, sobretudo, para o homem e os animais beberem, para tomar banho e irrigar a lavoura. Essas foram as utilidades das águas, mais citadas espontaneamente na questão 45 do questionário (tabela 23).

Tabela 23 – Para que servem as águas dos rios e dos córregos

<i>Formas de utilização da água</i>	Rancho Grande				Boa Esperança			
	Sim		Não		Sim		Não	
	<i>N. de parcelheiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parcelheiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parcelheiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parcelheiros</i>	<i>%⁶⁸</i>
Para beber	12	66,7	6	33,3	35	74,5	12	25,5
Tomar banho	9	50,0	9	50,0	17	36,2	30	63,8
Irrigação/lavoura	5	27,8	13	72,2	29	61,7	18	38,3
Animais beberem	12	66,7	6	33,3	40	85,1	7	14,9
Embelezar a Terra	2	11,1	16	88,9	1	2,1	46	97,9
Pescar	3	16,7	15	83,3	11	23,4	36	76,6
Para benefício de toda a natureza	4	22,2	13	72,2	7	14,9	40	85,1
Outros fins	14	77,8	4	22,2	38	80,9	9	19,1

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Com as entrevistas gravadas, ficou mais fácil entender o motivo da incidência das respostas da tabela 23. Os elementos citados estão relacionados às necessidades do assentado para a sua sobrevivência como, por exemplo: a água para beber, tomar banho, lavar vasilhas, e para os animais, além do seu uso na irrigação. A água foi mencionada como uma necessidade última de sobrevivência, tanto do homem quanto dos animais. Ela é útil em todos os sentidos, como se pode ver nos depoimentos seguintes, ao serem os entrevistados perguntados para que servem as águas dos rios e córregos:

Serve para tudo, sem água ninguém vive não, né? Serve para tudo. Uma água serve até para tirar o alimento. Com uma água você faz uma irrigação, os animais bebem (entrevista 10).

Serve de alimento para os animais, para os pássaros, para a gente. Serve para fazer uma lavoura de irrigação. Serve para tudo (entrevista 8).

Serve para o gado beber, para os peixes viverem, serve para nós usar. Serve também para lavar vasilhas (entrevista 4).

A água? Nossa Deus!!! Nós não podemos viver sem a água. A água é a mãe principal. Porque se nós temos pelo menos água para beber, nós temos vida. A água é vida. A servidão da água é pra tudo, começando dos animais, da gente, é todo ser vivente. Não tem maneira de viver sem água (entrevista 5).

Os entrevistados não conseguiram falar da função da água na natureza como um todo, senão como um elemento de utilidade doméstica, indispensável nas suas atividades

⁶⁸ As questões foram de múltiplas respostas, e os entrevistados puderam citar mais de um elemento (questão 45, anexo 2), por isso, a soma do percentual ultrapassa 100%.

produtivas e na vida cotidiana. A questão da sobrevivência do grupo aparece como fundamental e prioritário em vários momentos de fala dos assentados. Dois parceiros, que sempre foram mais integrados a movimentos sociais, como o MST, o STR, enfim, a grupos de reivindicação da terra apresentaram um discurso um pouco mais elaborado a respeito da importância da água, mas sem seqüência de idéias, e sempre voltando à questão da sua utilidade. Um exemplo é a resposta desse entrevistado:

Bom, além de ter uma função térmica, ela serve para abastecer a cidade, serve para abastecer nós, para a nossa despesa. Por exemplo, essa água que passa aqui, ela está abastecendo Piracanjuba, a cidade e nós aqui. Além do abastecimento, tem o fator térmico. Se o planeta não tivesse água, não teria mais vida (entrevista 2).

O parceiro tenta explicar o fator térmico da água no planeta, mas não o consegue e permanece na sua função utilitária. Outro parceiro arrisca-se a explicar o ciclo de renovação da água na natureza, falando da necessidade de não haver desmatamento de toda a área, de preservação das nascentes, da vegetação ciliar. Ele demonstra que tem conhecimento da necessidade de preservar esse bem natural, mas em outro momento, ele se contradiz, afirmando que faz queimadas, prática contrária às orientações de preservação. Ele declara que, no início da existência do PA, desmatou toda a área de sua parcela e nela colocou fogo. Atualmente, não faz mais tanto uso da queimada por causa das multas do Ibama. Seguem dois trechos de seu depoimento, um deles contraditório em relação às regras de cuidados com a natureza:

Serve para nós. Faz provocar as chuvas, as nascentes. Os córregos mandam a chuva para cima para depois ela cair, né? E aí se tirar as matas, os córregos secam. Então precisam das matas em roda (entrevista 11).

Quando vim pra cá era tudo mato. Tive que desbravar tudo. No começo eu rocei e pus fogo [...]. Eles proíbem, mas eu coloco fogo. Não uso mais porque o pessoal do Ibama multa, mas já usei muito. Hoje diminuí muito. Uso pouco (entrevista 11).

Os parceiros, de modo geral, sabem da necessidade de preservar o meio ambiente, mas a prática nem sempre condiz com o discurso. No discurso, demonstram que possuem informações sobre a necessidade de conservar os recursos naturais. Mostram que aprenderam algo nos cursos que receberam ou pela televisão. Todos responderam que é importante preservar a natureza, mas os indícios de degradação são visíveis nos PAs como,

por exemplo, na foto que mostra a drenagem de um brejo (ilustração 15). Segundo o parceleiro, o seu objetivo era aumentar a área de pastagem.

Ilustração 15 – Drenagem de um brejo no PA Boa Esperança (setembro de 2004)



Foto da autora.

Em relação à primeira razão mais importante para a preservação a natureza (questões 40 do questionário), no Boa Esperança, 59,6% dos parceleiros elegeram a “garantia de sobrevivência da espécie humana”, e no Rancho Grande, de maioria pertencente ao *campo* religioso evangélico, 44% elegeram a alternativa “porque foi Deus quem a criou” como a principal razão de preservar a natureza.⁶⁹ Em relação à segunda razão mais importante (questão 41), houve consenso nos dois PAs – a razão “para conservar a beleza da paisagem e os animais que nela vivem” foi a mais escolhida, com 61% no Rancho Grande, e 40% no Boa Esperança. É interessante notar que a razão “para permitir o desenvolvimento do turismo” foi mencionada por apenas um dos parceleiros,⁷⁰ talvez porque os assentados não conseguem vislumbrá-lo ou não crêem no turismo rural e/ou ecológico como uma possível fonte de renda (tabela 24).

⁶⁹ Sobre a religião dos parceleiros, os dados estão assim distribuídos: no Rancho Grande 55,6% declararam-se evangélicos e 44,4 % católicos; no Boa Esperança foram 63,8% declararam-se católicos, 29,8%, evangélicos, um dos parceleiros declarou-se espírita (2,1%), e dois disseram não ter religião (4,3%).

⁷⁰ Na pesquisa de Pessoa (1999), o turismo rural e/ou ecológico como uma possível fonte de renda não foi mencionado por nenhum parceleiro, o que significa que, no meio rural, não houve mudança na percepção do turismo como possível atividade econômica.

Tabela 24 – As razões mais importantes para a preservação da natureza, de acordo com o entendimento do parceleiro

<i>Razões para preservar</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>
1 Primeira razão mais importante para se preservar a natureza	18	100,0	47	100,0
Garantir a sobrevivência da espécie humana	5	27,8	28	59,6
Conservar a beleza da paisagem e os animais que nela vivem	4	22,2	10	21,2
Porque foi Deus quem a criou	8	44,4	8	17,2
Para permitir o desenvolvimento do turismo	-	-	-	-
Outra resposta	1	5,6	1	2,1
2 Segunda razão mais importante de se preservar a natureza	18	100,0	47	100,0
Garantir a sobrevivência da espécie humana	3	16,7	9	19,1
Conservar a beleza da paisagem e os animais que nela vivem	11	61,1	19	40,4
Porque foi Deus quem a criou	2	11,1	17	36,2
Para permitir o desenvolvimento do turismo	-	-	1	2,1
Outra resposta	2	11,1	1	2,1

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Sobre “o que o desmatamento pode causar ao meio ambiente” (questão 42), as respostas foram quase sempre as mesmas. O entendimento da maioria sobre as consequências do desmatamento para o meio ambiente é muito limitado. As três causas principais do desmatamento, segundo os entrevistados, são a “erosão”, “a secagem das nascentes” e a “diminuição dos bichos”. Na seqüência, aparecem as respostas “ressecamento da terra” e “diminuição de chuva”. As demais alternativas foram pouco citadas. O item “outra resposta” apresenta respostas de cunho evasivo ou que não tinha relação com a pergunta ou, ainda, nenhuma resposta dada (tabela 25).

Tabela 25 – O que o desmatamento pode causar ao meio ambiente

Causas do desmatamento	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceleiros</i>	<i>%⁷¹</i>
Erosões	11	61,1	18	38,3
Seca as nascentes d'água	10	55,6	18	37,8
Diminui os bichos	8	44,5	22	46,9
Empobrecimento dos solos	1	5,6	6	12,8
Resseca a terra	4	22,4	8	17,1
Altera o clima	4	22,4	2	4,3

⁷¹ As questões foram de múltiplas respostas, os entrevistados puderam citar mais de um elemento (questão 42, anexo 2), por isso, a soma do percentual ultrapassou 100%.

Causa assoreamento dos rios e córregos	3	16,7	1	2,1
Diminui os animais de caça	-	-	2	4,2
Diminui as chuvas	3	16,7	13	27,7
Outras respostas	4	22,2	39	61,7

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Também nas entrevistas gravadas, as respostas dos assentados sobre os danos que o desmatamento pode causar à natureza não foram muito diferentes das obtidas por meio do questionário. Houve quem afirmasse que o desmatamento é necessário para a sobrevivência do agricultor e, por isso, é preciso desmatar, apesar dos danos que essa prática causa. A maioria admitiu que o desmatamento causa erosão, assoreamento dos córregos, dos rios, causa diminuição das chuvas, resseca as nascentes, mas justificaram que há necessidade de desmatar para garantir a sobrevivência. Mesmo sabendo que prejudica o meio ambiente, os assentados alegam que o desmatamento precisa ser feito, mas de maneira correta. A declaração seguinte é um exemplo de como pensa a maioria dos entrevistados sobre o desmatamento:

Ele causa muitas coisas, ele causa desmoronamento, erosão, esse tipo de coisa. Mas de qualquer maneira o certo era não desmatar nada. Mas como a gente tem de sobreviver, e sobreviver da terra, aí acaba que a gente tem que desmatar mesmo. Mesmo sabendo que a gente está atrapalhando o meio ambiente, mas a gente tem que fazer isto. Só que a gente tem de procurar fazer da maneira correta (entrevista 13).

Novamente o vizinho foi apontado como o maior responsável pelos danos causados à natureza e nunca o próprio entrevistado. Nas declarações, é sempre um fazendeiro que aparece como o degradador da natureza, ou é um parceleiro vizinho, e os motivos são a ambição, a ânsia pelo progresso, a necessidade de aumentar a área de pastagem, dentre outros. Um exemplo é a declaração de um assentado que acusou um fazendeiro que desmatara a serra e nada lhe acontecera porque o cidadão tem poder econômico. Assim afirmou o parceleiro: “Aqui perto mesmo tem um fazendeiro que desmatou a serra quase toda, até a beirada do rio. Aí, né? O cara tem dinheiro, ele sabe que não pode, mas faz” (entrevista 8).

Mesmo citando várias consequências do desmatamento para o meio ambiente, a grande maioria (70,6%) dos agricultores afirmou que desmataria seu lote, de qualquer maneira, para fazer roça e formar pastagem, caso não tivesse outra alternativa de produzir e fazer renda. Além dos que desmatariam de qualquer maneira, outros 23,4% dos entrevistados escolheram a opção “ficaria com o lote e procuraria trabalhar em outro lugar e de outra maneira”, e um que “desistiria do lote, caso não pudesse desmatar por nenhum motivo” (tabela 26).

Tabela 26 – O que o assentado faria se recebesse um lote e não pudesse desmatar

<i>Opções do agricultor</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
Desmataria de qualquer maneira para plantar roça e formar pastagem para produzir	12	66,7	35	74,5
Não desmataria de jeito nenhum mesmo não podendo fazer renda sem desmatar	-	-	-	-
Desistiria do lote e se mudaria para outro lugar ou	-	-	1	2,1
Ficaria com o lote e procuraria trabalhar de outra maneira e em outro lugar	5	27,8	9	19,1
Outra resposta	1	5,6	2	4,3
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Em relação à questão 36, como o assentado utiliza a verba do governo (anexo 2), “o que o assentado faria se recebesse o lote e não pudesse desmatar”, 88,9% dos parceiros do Rancho Grande e 76,6% do Boa Esperança responderam que utilizaram a verba do Pronaf para desmatar o lote, para formar pastagem e/ou plantar lavoura. Esses dados reforçam os resultados mostrados na tabela 26, em que a maioria

escolheu a primeira opção, a de desmatar de qualquer maneira para plantar e/ou formar pastagens. Nenhum parceleiro conseguiu vislumbrar a possibilidade de viver na parcela sem ter que desmatar para formar lavoura ou pastagem porque é a maneira de produzir que ele aprendeu com os pais, com os avós ou com um fazendeiro com quem já trabalhou, também, porque não há projetos de produção alternativa para os assentados. Não existe uma política produtiva garantida pelo Estado, que lhes possibilite sequer cogitar uma agricultura diferente da praticada de maneira extensiva, com aceleração da pecuarização. Sua principal fonte de renda é o leite, por isso, necessitam desmatar e formar pastagens para o gado e para plantar suas roças.

Não tendo aprendido outro método de produção, não lhe restando outras alternativas para obter renda, o assentado defende o desmatamento como necessidade de sobrevivência. Sem novas alternativas de produção, ele não chega a vislumbrar outra maneira de ficar na terra se não puder desmatar e, nas palavras de um parceleiro, “criar um gadinho”. Quando esse entrevistado foi indagado sobre o que faria se não pudesse desmatar, respondeu que não daria conta de ficar na terra sem desmatar porque foi o que aprendeu a fazer, como ele mesmo diz:

Aí eu não dou conta, não. Tem gente que vive assim, no mato, mas eu não dou conta não. Porque a gente aprendeu foi desmatar, criar um gadinho. Assim que ela é útil (entrevista 4).

Outras declarações também revelam a prática da agricultura extensiva pelo assentado e a necessidade de desmatar o lote para produzir e, assim, “poder viver ali dentro”, declara o assentado que, ao se instalar na parcela, desmatou tudo, como ele mesmo afirma:

Quando entrei aqui era tudo mato. Eu tive que desmatar para mim poder produzir, para mim poder viver ali dentro. Então, eu fico até sem jeito de responder essa pergunta. A orientação que passaram para nós foi essa: dentro do seu lote você pode desmatar tudo, que a reserva tá separada. Então, desmatamos tudo e formamos pasto e roça. Minha terra é cinco alqueires e meio. Se eu não fosse tirar o mato tudo, como eu ia fazer? (entrevista 10).

Outros entrevistados também não viram outra possibilidade de continuar na parcela sem desmatar. Sem isso, “não adiantaria ficar na terra”, declara um parceleiro. A razão do desmatamento é a busca do alimento, da sobrevivência, como se pode perceber em sua declaração:

Não teria jeito de ficar na terra. O que eu ia fazer? Eu ia me alimentar de quê? Eu ia fazer o quê? Não teria como. A área de reserva tem que ter, mas tem que haver também onde fazer a pastagem e a lavoura. Se não tiver isso, não adianta ficar na terra (entrevista 8).

Um outro entrevistado declara que desmatou para aumentar suas pastagens, mas não quer continuar a fazê-lo. Ele menciona o desenvolvimento, a ansia pelo progresso como “devoradora da natureza”, e ao mesmo tempo admite a necessidade de avançar, de produzir para não ser vencido pela crise, embora diga que não ânsia pelo dinheiro, mas sim por viver:

Não quero mais desmatar, quero viver da natureza. A hora em que o pasto acabar, não quero desmatar mais. Então, considero que é o desenvolvimento que tem hoje em dia, desmatando, fazendo aquele progresso. Essa ânsia está devorando a natureza. Só que o povo viu que hoje em dia, ficar quieto, sem produzir não vive. [...] Daqui uns tempos a própria crise vai tomando conta e acabando com a pessoa que não produz, que não avança. Agora, eu não quero esse avançamento de roçado pelo seguinte, porque não tenho ânsia por dinheiro, eu tenho ânsia é por viver (entrevista 1).

Percebe-se, pelas declarações dos assentados algumas razões do desmatamento nos PAs. Em razão do modelo de agricultura que praticam e ao tamanho de cada lote, alegam não terem outra alternativa senão aproveitar o máximo da área para plantar e criar gado. Um parceleiro foi claro ao afirmar: “Então, desmatamos tudo e formamos pasto e roça. Minha terra é cinco alqueires e meio. Se eu não fosse tirar o mato tudo, como eu ia fazer?” (entrevista 10).

As razões explicitados nas declarações dos parceleiros sobre o desmatamento ajudam a explicar por que, ao se instalarem no PA, começam desmatando a área, como fizeram no Rancho Grande e no Boa Esperança. Outro fator que em sua opinião justifica o desmatamento é a retirada de madeira para fazer casas, currais, cabos de ferramentas, e, ainda para vendê-la. A venda de madeira e/ou de

carvão é uma fonte de renda rápida e fácil, até que as famílias se instalem e formem suas roças e pastagens. No Boa Esperança, com o intuito de terem a terra limpa para as atividades produtivas, agricultores assentados iniciaram um processo de desmatamento, autorizando a instalação de vários fornos de carvoarias por usinas procedentes do estado de Minas Gerais (CURADO, 2004)⁷². Em troca da lenha, os donos das carvoarias entregavam aos assentados a terra limpa, favorecendo com isso, o início das atividades produtivas nas áreas. Ainda há remanescentes dessas carvoarias neste PA, como se pode ver na ilustração 16:

Ilustração 16 – Remanescente de uma das carvoarias instaladas no PA Boa Esperança (maio de 2004)



Foto da autora.

⁷² O processo de desmatamento e a queima da lenha pelos carvoeiros perduraram por cerca de dois anos, até o exercício dessa atividade ser denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), em 1998, que comprovou a sua ilegalidade (CURADO, 2004).

O relato de Altair Luiz dos Santos, ex-presidente da Fetaeg⁷³ (*apud* CURADO, 2004) confirma o desmatamento também para fins de exploração de madeira, de pessoas que se aproveitaram dessa prática e, posteriormente, depois partiram sem trabalhar a terra:

Como é que você faz um desmatamento em uma propriedade que ta com muita madeira, e o que você faz com a madeira? Amontoa ela? Deixa lá apodrecendo? Foi um erro porque naquela época de pessoas que não trabalhavam a terra [...] tanto é que não trabalham até hoje [...] alguns saíram... Então aproveitou, tirou toda a madeira, cedeu pra um carvoeiro de Minas [...] (p. 121).

Esse relato evidencia a existência de agricultores que promoveram a instalação de carvoarias com o interesse específico da exploração da madeira, objetivando a obtenção de uma renda adicional, não visando o beneficiamento das parcelas. Segundo depoimentos, citados por Curado (2004), alguns desses agricultores já não se encontravam assentados, tendo repassado suas parcelas para outros.

Sobre o episódio do carvoejamento, houve relatos de que um dos agricultores teria perdido o direito à parcela. Como esse caso ainda se encontra em julgamento, a ex-esposa do titular do imóvel ainda permanece no lote. Em virtude de esse fato ter resultado em denúncias e, também, da ameaça de perda da parcela por outros parceiros, o assunto foi pouco comentado durante os trabalhos de campo. As famílias manifestavam a respeito do assunto um certo receio e restrição.

Todos os assentados alegaram ter desmatado para a formação de pastagens e lavoura. No Rancho Grande, parte da madeira retirada foi utilizada para a construção de casas, de cercas, e outra parte foi vendida para madeireiras da cidade de Goiás (SOUSA, 1997). No Boa Esperança, a madeira que sobrou da construção de casas e de cercas foi transformada em carvão.⁷⁴ Segundo o parceiro, se ele não desmatasse, não haveria como produzir. Ele esclarece:

⁷³ Altair Luiz dos Santos também é assentado no Boa Esperança.

⁷⁴ De acordo com o advogado Roberto Élito, da Divisão Jurídica do Incra, as carvoarias foram desativadas após denúncia ao Ministério Público Federal que notificou o Incra. Essa ocorrência gerou um processo que ainda está sendo julgado pelo Incra e pelo Ibama.

Agora ninguém tá mexendo com desmatamento. Foi só no começo que teve muito, porque era tudo mato. Se não desmatasse para formar, não tinha jeito de produzir, não teria lavoura nem pasto. Tinha que desmatar. Eu mesmo tive que fazer isso, porque aqui era só mata pura e capoeira (entrevista 8).

Mesmo com a proibição do desmatamento pelo Ibama e a ameaça de prisão dos infratores, eles não obedeceram e continuaram derrubando para formar suas roças e pastagens, como ficou claro no depoimento de um parceleiro que narra como tudo aconteceu no início no assentamento:

O Ibama não permitiu. Ele veio e proibiu nós de roçar, desmatar, mas nós roçamos, escondidos do Ibama. Quando eles chegavam, de manhã, tava roçado e eles falavam que iam nos prender, mas não prendiam nada. Quando era de tarde, à noite, nós metia o machado e derrubava. Nós roçava e derrubava à noite [...] (entrevista 2).

Atualmente, não há mais tanto desmatamento porque a maioria já fez o que podia. No começo, como afirmou o assentado, era tudo mato e capoeira. No entanto, ainda há desmatamentos de mata ciliar para o aumento da área de pastagem. Há registros de áreas recém desmatadas e madeiras amontoadas em lotes, como se vê na ilustração 17:

Ilustração 17 – Desmatamento de mata ciliar do Rio Piracanjuba, no PA Boa Esperança (setembro de 2004)



Foto da autora.

Embora os dois PAs estejam inseridos no Bioma Cerrado, 30,2% dos entrevistados afirmaram que não há área de cerrado em seus lotes, e outros dois parceiros responderam que não sabem se há ou não cerrado em suas propriedades. A maioria dos assentados entende por cerrado somente aquela vegetação de árvores retorcidas e de casca grossa, típica de cerrado *stricto sensu*. Em relação à utilidade das áreas de cerrado, eles citaram, sobretudo, as alternativas de “desmatar e abrir lavoura” e “fazer pastagem”. Em seguida, as alternativas mais citadas foram “dar frutos”, “criar animais” e “extrair plantas medicinais” (tabela 27).

Tabela 27 – Se para o parceiro existe área de cerrado em sua parcela e como pode ser utilizada

<i>Se há área de cerrado e para que serve</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%⁷⁵</i>
1 Existe área de cerrado em sua propriedade	18	100,00	47	100,0
Sim	12	66,7	29	61,7

⁷⁵ Questões de respostas múltiplas (46 e 47 do questionário-anexo 2).

Não	4	22,2	18	38,3
Não sabe	2	11,2	-	-
2 Para que serve o cerrado	18	100,00	47	100,0
Para desmatar e abrir lavoura	8	44,4	26	55,3
Para fazer pastagem	6	33,4	21	44,7
Para dar frutos	5	27,8	16	34,0
Para criar animais (Pecuária)	2	11,1	15	31,9
Para extrair plantas medicinais	3	16,7	13	21,7
Para embelezar o meio ambiente	1	5,6	3	6,4
Para extração de madeira	1	5,6	3	6,3
Para agasalho dos animais	3	16,7	1	2,1
Para caçar	-	-	-	-
Outras respostas	4	22,3	24	51,1

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Os parceiros responderam sobre a utilidade do cerrado, de acordo com a sua prática, quando se tornaram assentados: derrubaram para fazer lavoura e pastagem. Um deles declara: “Derrubei e plantei capim. Eu precisava formar, mas deixei uns dez litros. Deixei lá” (entrevista 11).

No capítulo 2, demonstrou-se que o lavrador concebe a natureza como um celeiro, uma fonte de coleta, de caça, de extração de madeira e de frutos (BRANDÃO, 1981), o que ainda está latente na prática cotidiana dos agricultores assentados. O autor cita um trecho da fala de um deles que, andando pela mata com o pesquisador, comenta sobre a utilidade da madeira que vê pelo caminho: “Isso aqui é um pau bom demais pra cerca, pra fazer poste de cerca. Agora, este ali serve é pra dentro de casa: uma mesa, um banco. Desse outro aqui, a gente faz é o cabo de enxada. É o guatambu, o senhor conhece?” (BRANDÃO, 1981, p. 50).

A declaração de um assentado a seguir deixa transparecer a mesma atitude dos lavradores pesquisados por Brandão (1981) – a concepção de natureza como celeiro do qual se extraem recursos úteis e necessários à sua sobrevivência. O entrevistado afirmou que reservou uma pequena área de cerrado. Quando ele precisar, irá ao local para retirar alguma madeira. No mais, o cerrado para ele não serve para nada, pois não tem capim para o gado comer. A área não é destinada a reserva legal deve servir como área de extração de madeira, como ele explica na sua declaração:

Acho que o cerrado, como dizem por aí, tem muita serventia. [...] Para mim no meu lote, tem um pedaço que deixei lá embaixo, para quando eu precisar de uma varinha, eu vou lá e corto dentro do meu cerrado e não mexo na reserva. Não, francamente, se não for uma reserva, não serve para nada. Porque o cerrado não tem capim para a criação comer. Então ele só serve para criar os bichos. Essa é a serventia que ele tem (entrevista 6).

Um outro agricultor também vê utilidade no cerrado, mas como área beneficiada com máquinas e de solo corrigido com o uso de calcário. Ele entende o cerrado como terra fraca, de segunda categoria, por isso a necessidade de correção do solo:

Se é um cerrado que não tem pedra, o cerrado hoje, ele sendo uma terra plana, através de calcário, de adubo, essas coisas, dá para fazer do cerrado uma cultura, terra de primeira. Metendo a máquina nele, calcaria, vai beneficiando e aí fica bom. Mas o cerrado é terra fraca, é terra de segunda mesmo (entrevista 5).

O cerrado ainda é concebido também como uma área mais fraca em termos de solo, como declara um parceleiro, quando lhe foi perguntado o que ele entendia por cerrado: “É uma parte que tenho na cabeceira do lote, de terra mais fraca. Lá as árvores quase não crescem. Para mim, ali é que é cerrado” (entrevista 4). Outro parceleiro assim se refere ao cerrado: “O cerrado serve para plantar, eu ‘desbranco’ o cerrado para formar e plantar capim. Eu tenho que usar inseticida para o capim firmar, pois o cerrado é fraco” (entrevista 1).

Portanto, segundo essas e outras declarações de parceleiros, o cerrado é uma área fraca, que serve como fonte d’água, para formar capim, para dar frutos, para criar animais, e para extrair plantas medicinais. Três dos entrevistados não souberam explicar o que eles entendiam por cerrado, mas o restante, cada um à sua maneira, se esforçou para conseguir dar um sentido para a existência do cerrado.

Apesar de terem dificuldades em expressar-se, quase todos os entrevistados responderam que é importante cuidar da natureza. As respostas foram curtas, subjetivas, lacônicas como, por exemplo: “Ah, é...!! Porque eu acho que se nós não

conservar isso aqui, vai ficando pior, né? Os bichos, não vão ter mais” (entrevista 10), então, outra:

Porque é bonito. É..., a natureza é uma mãe. Eu acho muito demais a natureza, que foi dada por Deus, e o homem tá destruindo, né? Então, eu gosto muito das coisas da natureza (entrevista 5).

Os dados, as fotos, mostram que os sinais de degradação estão presentes nos PAs, de diversas maneiras. Os desmatamentos foram intensos e, em alguns lotes, essa prática ainda persiste. As queimadas ainda são utilizadas, comprometendo a fauna e a flora. As nascentes, pisoteadas pelo gado, estão comprometidas. Os rios e córregos estão com o volume d’água cada vez menor, por causa da falta de preservação das nascentes que os alimentam e da retirada das matas ciliares, causando assoreamento de seus leitos. Apesar dessa realidade, 33,5% dos entrevistados responderam que sua maneira de produzir não prejudica a natureza, e 48% responderam que prejudica pouco (tabela 28).

Tabela 28 – Se a maneira de produzir dos parceiros prejudica a natureza

<i>Prejudica a natureza</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
Muito	1	5,6	6	12,8
Pouco	10	55,6	19	40,4
Nada	6	33,3	16	34,0
Outro	1	5,6	6	12,8
Total	18	100,0	47	100,0

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Os entrevistados que afirmaram que a maneira de produzir dos assentados prejudica a natureza, justificaram a sua resposta, dizendo que ainda o fazem por necessidade de sobrevivência, ou porque não dispõem de informação suficiente sobre o que é natureza, ou seja, por falta de conscientização sobre a necessidade de preservar, como explica um declarante:

Os pequenos fazem muito isso, mas pela sobrevivência. Para sobreviver têm que fazer aquilo. Muitas das vezes eles não sabem o que é natureza, tem

muitos caboclos que vivem no campo sem conhecer disso aí, eles não têm conscientização sobre a natureza. Pesca, tem muita gente que pesca, e muita gente que caça (entrevista 1).

Quando se fala em destruição da natureza, a maioria pensa que se trata somente de desmatamento. Muitos disseram que não prejudicam mais o meio ambiente porque não há mais o que desmatar. Um deles declara: “Do jeito que está aí, não está prejudicando não, porque agora ninguém tá mexendo com desmatamento” (entrevista 8). Outro assentado respondeu que a maneira de produzir dos assentados não causa prejuízos:

Não, até que não. Aqui já foi destruído, né? O que era de destruir já destruiu. No começo, realmente todo mundo derrubou mato, eu, todo mundo. Todo mundo derrubou mato aí, preservando as beiras de córregos, de rio, mas de todo jeito foi destruindo. Não teve jeito. Então, agora, todos eles não estão mais derrubando, arrancando mais mato, porque não precisa mais, tá desse jeito (entrevista 5).

Para os parceleiros, a natureza está sendo destruída e apontaram que a principal causa é a falta de conscientização das pessoas. Em seguida elegeram “a necessidade de sobrevivência da humanidade”, em terceiro lugar, “a falta de saber preservar a natureza”, e, por fim, “a falta de amor ao que Deus a criou” (tabela 29).

Tabela 29 – Na opinião do parceleiro, se a natureza está sendo destruída e por qual motivo

<i>Se há destruição da natureza e por quais motivos</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de</i>	<i>%</i>	<i>N. de</i>	<i>%</i>

	<i>parceiros</i>		<i>parceiros</i>	
1 Você acha que a natureza está sendo destruída?	18	100,0	47	100,0
Sim	17	94,4	46	97,9
Não	1	5,6	1	2,1
2 Por quê?	18	100,0	47	100,0
Por falta de conscientização das pessoas	5	27,8	16	34,0
Pela necessidade de sobrevivência da humanidade	2	11,1	15	31,9
Por falta de saber preservar a natureza	5	27,8	6	12,8
Por falta de amor ao que Deus criou	3	16,7	6	12,8
Outro	2	11,1	3	6,4

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Ao responderem sobre a destruição da natureza está sendo destruída, comentaram o assunto como algo que acontece distante dele. Há alguns trechos de relatos em que o parceiro se exime da participação na exploração dos recursos naturais. O entrevistado 1 diz, por exemplo, que liga a TV e que um lugar de grande mato, a Transamazônica está sendo muito desmatado. Em seguida, ele se refere também ao vizinho, “desbroncando” o mato.⁷⁶ O entrevistado 5 também fala da destruição que vê pela televisão.⁷⁷ Na entrevista 4, o parceiro diz que é o povo que fala que a natureza está sendo destruída, que a fiscalização também faz alertas e, por fim, ele menciona a destruição em outros estados, feita por grandes fazendeiros, os quais, por terem dinheiro, compram a fiscalização.⁷⁸ O entrevistado 2 afirma que a destruição não acontece nas regiões centrais, mas no norte, Pará, Amazônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.⁷⁹ E o entrevistado 9 responde que não anda muito fora do assentamento, por isso não dá muita notícia de destruição da natureza.⁸⁰

⁷⁶ “A gente liga a TV e vê aí na Amazônia, a Transamazônica, lugar de grande mato sendo desmatado. E mesmo sendo o vizinho da gente, a gente vê ‘desbroncando’ o mato” (entrevista 1).

⁷⁷ “Uai, essa notícia aí é que nem dizem, para eu dar essa notícia aí é meio ruim, né? Vou dar uma notícia que vejo na televisão. Mas tá sendo destruída. Olha como é que está a Amazônia, que destruição que está!” (entrevista 5).

⁷⁸ “O povo fala que sim. Quando vem a fiscalização do meio ambiente, eles falam que sim. [...] Mas tem estado que tá mais destruído, igual tem fazendas grandes. A gente sabe que tem os estados que tem os grandes fazendeiros que destroem mais. Porque eles têm dinheiro e quando vai a fiscalização eles compram eles” (entrevista 4).

⁷⁹ “Olha, é o seguinte, as grandes destruições não são nas regiões centrais, próximas às cidades. As grandes destruições são localizadas mais nas regiões ao norte, como Pará, Amazônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Eles é que desmataram mais” (entrevista 2).

Sobre os motivos da destruição da natureza, os parceleiros referem-se a ela como se fosse algo que acontece somente em lugares distantes. Eles sempre apontam uma causa alheia à realidade do assentamento e dentre os motivos citados, espontaneamente, estão: a ambição, a falta de esclarecimento, a ação do grande capital por meio dos fazendeiros, a necessidade de sobrevivência, a presença de máquinas e de indústrias no campo, o avanço do progresso e, sobretudo, o desmatamento para a formação de pastos e lavouras. Sempre quem prejudica a natureza é o outro, como nesse depoimento em que o assentado diz que o povo é que está acabando com tudo, com o mato, os bichos. Ao dizer “quando o povo foi chegando”, o assentado fala como se ele não estivesse no grupo e que também não tivesse participado da exploração da área:

Porque o povo tá acabando com tudo. Os matos tão acabando, né? Os bichos também. Aqui tinha muito. Acabou tudo. Quando nós viemos, eles foram embora, acho. Não sei se quando o povo foi chegando eles foram para a reserva. Mas ninguém mexe lá, e eles não estão saindo!! (entrevista 10).

Um outro exemplo em que o parceleiro se colocou fora do processo de exploração da natureza, é essa: “Porque o homem não tem controle. Ele acaba com a natureza. Por exemplo, essas indústrias aí é que acabam com a natureza” (entrevista 14). Ele fala do homem, da espécie humana, como uma maneira de não se incluir diretamente no grupo, e também responsabiliza as indústrias pelos danos ao meio ambiente.

É oportuno lembrar que do total de parceleiros, somente 17,0% se incluíram como um dos elementos da natureza⁸¹. Um indivíduo que não se considera parte da natureza, também não se percebe como co-responsável pela sua degradação. Portanto, esse indivíduo, dificilmente, sentir-se-á sujeito de uma sustentabilidade ecológica.

4.2 A relação dos assentados com a natureza

⁸⁰ “Não tem como eu te responder, mas que a gente sabe que está sendo destruída, está. Sou uma pessoa que quase não ando fora daqui” (entrevista 9).

⁸¹ Ver dados da tabela 19.

Dividir os lotes de maneira que todos sejam beneficiados por uma fonte d'água está previsto no planejamento feito pelo Incra. Ao fazê-lo, os técnicos tomam o devido cuidado de não deixar nenhuma parcela sem pelo menos uma fonte d'água. Entretanto, não contaram com nenhuma fonte natural d'água em suas terras os assentados da área de cerrado *stricto sensu*, antes destinada à segunda reserva legal, no Boa Esperança. Em 92% de todas as parcelas passa algum tipo de curso d'água, ou seja, uma nascente, um córrego ou rio. Todos os moradores estão servidos de água, nem que seja por meio de cisterna. Se alguma área tem escassez de água, o Incra, com recursos públicos, abre um ou mais poços artesianos, como o fez na área de cerrado no Boa Esperança.

Com a preocupação de esclarecer que cumprem as leis de preservação ambiental, todos os proprietários afirmaram que mantêm suas áreas de preservação permanente (APP) e que as matas ciliares estão de acordo com as exigências da lei, no entanto, muitos não cumprem a lei, desmatando até as beiradas dos mananciais dos córregos e dos rios e não preservam sequer os 20% de APP, além de permitir que o gado pisoteie as nascentes. Os parceleiros citam com frequência a obrigatoriedade de preservação do meio ambiente e temendo serem penalizados com multas aplicadas pelo Incra ou pelo Ibama, muitos parceleiros afirmaram que certas práticas como, por exemplo, as queimadas reduziram-se com a fiscalização.⁸²

Ao serem indagados se costumam caçar, pescar, fazer queimadas, deram respostas diferenciadas. Sobre a caça, a maioria respondeu enfaticamente que não costumam caçar de jeito nenhum. Eles sabem que a caça é proibida e fizeram questão de frisar quase unanimemente que nunca caçam. Por saberem que a caça e a pesca predatórias são proibidas, se sabem que alguém caça, não declaram. Quanto à pesca, afirmam que o fazem por lazer.⁸³ A metade dos parceleiros respondeu que costuma pescar, e, em muitos casos, desrespeitando as épocas de reprodução dos peixes.⁸⁴ Cerca de 25,0% dos parceleiros afirmaram que costumam fazer queimadas, sempre ou às vezes. A tabela 30 apresenta dados sobre alguns hábitos cotidianos dos assentados.

⁸² Esse assentado é categórico ao afirmar que, por causa das multas do Ibama, ele diminuiu a prática da queimada: “Não uso mais porque o pessoal do Ibama multa, mas já usei muito. Hoje diminuí muito. Uso pouco. Não uso mais porque o pessoal do Ibama multa” (entrevista 11).

⁸³ Relatou um parceleiro, que alguém faz algo fora das regras, ele não vê: “Se eles caçam eu não vejo, pode ser que façam escondido, né? Tem coisa que fazem que a gente não vê. Agora, pescar, eles pescam muito, o povo todo aí ao redor. Porque pesca é um divertimento, né?” (entrevista 5).

⁸⁴ Em algumas residências, a rede ou a tarrafa de pesca fica exposta, à vista de quem chega.

Tabela 30 – Hábitos cotidianos dos parceiros

<i>Frequência</i>	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
1 Costuma caçar	18	100,0	47	100,0
Nunca	18	100,0	43	91,5
Às vezes	-	-	4	8,5
2 Costuma pescar	18	100,0	47	100,0
Sempre	1	5,6	6	12,8
Às vezes	9	50,0	19	40,4
Nunca	8	44,4	22	46,8
3 Costuma fazer queimadas	18	100,0	47	100,0
Regularmente	1	5,6	1	2,1
Às vezes	3	16,7	11	23,4
Nunca faz	14	77,8	35	74,5

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Tanto os agricultores do Rancho Grande quanto os do Boa Esperança ainda utilizam técnicas rústicas de produção. Mesmo sabendo da proibição, muitos ainda fazem queimadas. Viu-se que o *habitus* é uma mentalidade construída com base em certas práticas repetidas e que se incorporam a ponto de direcionarem a ação do indivíduo e do grupo (BOURDIEU, 1983). A seguir, citam-se alguns depoimentos de assentados sobre a prática de queimar pastos e lavouras. Alguns produtores acreditam que para produzir bem é preciso colocar fogo na área antes de plantar. A prática da queimada, uma herança cultural herdada dos pais e avós, é utilizada também como técnica de limpeza do solo e maneira de economizar mão-de-obra. A declaração seguinte ilustra bem essa concepção:

A queimada é uma das formas de facilitar a mão-de-obra., Vamos supor que se você derruba uma mata, um exemplo, isso é para pequena propriedade, aí se você for cortar aquela madeira, empilhar ela todinha para tirar dali, aí é muita mão-de-obra. Agora, ainda tem uma pendência, o pessoal entende que lugar que não se põe fogo não é bom para produzir, porque quem falava isso era meu avô, meu pai (entrevista 7).

Outro assentado menciona a falta de outras técnicas que possam substituir a queimada na limpeza do solo, o que explica a sua opção por colocar fogo após a roçagem do mato. Em sua concepção, a queimada não prejudica a natureza. Ao

contrário, quando a paisagem é queimada, o capim brota mais rápido e mais saudável. Para ele, o que prejudica é a aragem com o trator, que revira as raízes, em razão de que não obedece à proibição da queimada, mas procura manter a prática sempre que possível:

Não temos outras técnicas. Quando vim pra cá era tudo mato. Tive que desbravar tudo. No começo, eu rocei e pus fogo. Eles proibem, mas eu coloco fogo. O fogo é que fortalece o capim. Onde desmatei, já virou mato tudo de novo, rapidinho. O trator é que é inimigo da natureza. Ele revira as raízes de tudo e o fogo não. Onde o trator passa acaba tudo. E quando a gente roça e coloca fogo não, brota logo. Vêm as plantas verdes e bonitas (entrevista 11).

Um dos entrevistados chegou a enfatizar que a proibição de queimar está prejudicando a produção do camponês e quem está enganado em relação à técnica de melhor produzir é quem proíbe o uso da queimada (no caso, o Incra e o Ibama). A sua declaração retrata também a crença de que a técnica da queimada é correta e eficaz, tanto para a lavoura quanto para a pastagem:

Tem lugar que se não queimar não presta. Tem que queimar, principalmente as coivaras. Essa proibição tá atrapalhando o camponês a produzir. Não tem essa de matar o capim com fogo. Se não queimar é que ele fica todo amarelo. Esse povo tá enganado (entrevista 3).

A ação do Ibama nos PAs é bastante temida e, por isso, muitos parceiros declaram que não utilizam mais a técnica da queimada, mas há outros que não conseguiram aceitar a nova orientação dos órgãos para abandonarem a queimada.⁸⁵

Na declaração seguinte, pode-se perceber claramente que o *habitus* é arraigado e não se modifica com uma lei, uma proibição. O assentado tenta cumprir a lei, mas tem dificuldade de abandonar por completo essa prática, e declara: “antes a gente usava bem mais. Hoje a gente evita muito. Por exemplo, esses dias mesmo a gente roçou um pedacinho e precisou passar fogo” (entrevista 4).

⁸⁵ O relato desse entrevistado deixa claro que ele não obedece à proibição e continua utilizando a queimada na sua propriedade: “Eles proibem, mas eu coloco fogo. O fogo é que fortalece o capim. Onde desmatei já virou mato tudo de novo, rapidinho. O trator que é inimigo da natureza. Ele revira as raízes de tudo e o fogo não” (entrevista 11).

Continuando a entrevista, foi-lhe perguntado por que ele assentado utiliza o fogo na lida com a terra e ele respondeu: “para limpar e facilitar a gente trabalhar. Mas sempre evitando fazer queimadas, mas tem lugar que não tem jeito”. Em outras palavras, ele tenta cumprir a norma, mas não consegue trabalhar sem usar o fogo, pelo menos em certas ocasiões e em certas áreas de solo. Ao ser indagado sobre quem tem ensinado aos assentados que não se deve fazer uso da queimada, ele declarou o seguinte: “é a fiscalização do povo do Ibama. Sempre eles estão aí rondando. E assim o povo fica com medo de pôr fogo”. O parceleiro deixou claro que a maioria não perdeu o *habitus*, herdado ao longo de gerações, que os parceleiros não fazem mais queimadas por medo do Ibama, e não por convencimento ou mudança de mentalidade.

A declaração seguinte, de outro parceleiro, também evidencia que nem o temor de ser atingido pelos braços da lei consegue resultados positivos para suprimir totalmente a prática da queimada. Muitos abandonam essa prática, forçados pela proibição e multa e não por mudança de *habitus* e outros, nem mesmo sendo multados, deixam de realizar essa prática completamente, como esclarece um dos assentados:

Muitos aprendem por dor. Quando vem a multa do Ibama coisa e tal, é esclarecido porque não pode queimar. Então aquele cabra aí está avisado e muitas das vezes ele não queima de medo. Já eu, não queimo de amor à natureza [...]. Sempre usaram queimar. Agora, eu não gosto de queimar. Mas os outros falam para eu queimar. Queimam e matam as cobras, matam os ramos também, as cobras e tal. Mas eu, não tem nada que faz a minha cabeça (entrevista 1).

Esse entrevistado afirmou que não queima por amor à natureza. Ele esclarece que o fogo mata os animais e que os outros companheiros de PA não o convencem a realizar a queimada. Como esse parceleiro, muitos outros elaboram um bom discurso contra o uso de queimadas, recordam-se da proibição, citam as multas do Ibama. No entanto, abandonar totalmente o uso de queimada é mais difícil. Ao visitar os PAs entre os meses de junho a novembro, período de seca no cerrado e, conseqüentemente, de maior incidência de queimadas, constata-se que em parte significativa das parcelas há algum vestígio de fogo.

O fogo no cerrado, registrado há milhares de anos (COUTINHO, 1980), é um legado histórico, transmitido pelos aborígenes aos primeiros ocupantes estrangeiros, sendo,

então, utilizado por madeireiros, lenhadores, carvoeiros e pelos agropecuaristas, grandes e pequenos (CORREA, 2003). No estado de Goiás, a prática de atear fogo nas pastagens e nas matas vem persistindo, desde a ocupação do território. O uso do fogo é um *habitus* antigo, construído em um período histórico de longa duração. Será preciso muito trabalho de esclarecimento, de conscientização e educação ambiental para transformar essa prática tão arraigada (SILVA e ANACLETO, 2006).

Por meio das entrevistas e da observação direta, a realidade, muitas vezes, se mostrou diferente daquela que muitos parceiros fizeram questão de apontar, afirmando que não praticam queimada nem prejudicam a natureza. No entanto, muitos retiram mel das colméias, derrubam ou queimam a árvore no qual há a morada das abelhas, deixando, assim, o fogo alastrar-se na mata, como aconteceu na Reserva Legal do Boa Esperança, em outubro de 2004. Há ainda os que prendem pássaros em gaiola, garotos que usam estilingue ou bodoque para matar passarinhos, há os que extraem, indiscriminadamente, madeiras de lei, quantidades enormes de orquídeas para formar sua própria coleção e/ou para vender no mercado. Essas atitudes são reprováveis, pois ferem os dispositivos legais estabelecidos com a finalidade de conservação e/ou reprodução sustentável dos recursos naturais e que são considerados importantes para qualidade de vida nesses PAs.

A prática de queimar ocorre também em relação ao lixo, já que mais da metade dos entrevistados queima todo tipo de lixo produzido na parcela, exceto os orgânicos, que são enterrados ou dados como alimento aos animais. Os parceiros afirmam que o lixo que é produzido e queimado causa pouco ou nenhuma poluição (tabela 31).

Tabela 31 –Destinação do lixo e poluição

	Rancho Grande		Boa Esperança	
	<i>N. de parceiros</i>	%	<i>N. de parceiros</i>	%
1 Destinação dos recipientes de agroquímicos	18	100,0	47	100,0
Queima	11	61,1	27	57,4
Enterra	3	16,7	3	6,4
Devolve	1	5,6	6	12,8
Joga fora	0	0	3	6,4
Reutiliza	2	11,1	1	2,1
Outro	1	5,6	7	14,5
2 Destinação do lixo doméstico	18	100,0	47	100,0
Enterra	1	5,6	10	21,3
Queima	12	66,7	33	70,2

Joga fora	4	22,1	2	4,2
Outra	1	5,6	2	4,3
3 Se o lixo doméstico polui	18	100,0	47	100,0
Muito	1	5,6	5	10,6
Pouco	5	27,8	15	31,9
Nada	12	66,7	27	57,4

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Além da falta de orientação para a separação, armazenamento e destinação do lixo de modo a não prejudicar tanto a natureza, faltam aos parceleiros os meios concretos para esse tipo de ação, como um caminhão caçamba para coleta do lixo e seu encaminhamento para a reciclagem ou para algum aterro sanitário. Em decorrência, a maioria queima ou simplesmente joga o lixo fora, deixando espalhados no quintal da própria residência os sacos plásticos, as latas, as garrafas, dentre outros resíduos sólidos. No entendimento dos parceleiros, o lixo que eles acumulam ou queimam não polui a natureza, como demonstra a declaração seguinte, em que o assentado afirma que as embalagens de remédio não podem ser jogadas em qualquer lugar, mas o lixo caseiro amontoado ou queimado “não prejudica”:

Esses tipos de remédio que a gente utiliza aplicar no gado, as embalagens, esses a gente não pode jogar em qualquer lugar, né? Quando é o lixo caseiro não, esse a gente amontoa num canto e queima ou deixa amontoado. Esse não prejudica (entrevista 13).

Nenhum entrevistado mostrou preocupação com a destinação do lixo, nem com a possibilidade de poluição do lençol freático e da atmosfera com a fumaça resultante da sua queima, ou de que o acúmulo de garrafas e sacos plásticos no quintal se transforme em degradação dos mananciais d’água. A maioria faz exatamente como esse parceleiro que afirma: “ponho fogo no lixo que tem que pôr fogo e o de enterrar eu enterro” (entrevista 2). Um dos parceleiros mostrou preocupação com o destino inadequado para o lixo e, por isso, ele vem acumulando os vasilhames de remédios e agroquímicos há quatro anos, na esperança de que a prefeitura de Piracanjuba assuma a coleta do lixo produzido pelos assentados.

A falta de outras alternativas para a destinação do lixo contribui para que os assentados queimem, enterrem, ou joguem no quintal os resíduos de alimento e embalagens. Há quem queime o lixo em qualquer lugar, como declara esse assentado: “A gente sempre queima aí pelo chão mesmo” (entrevista 6). Por serem os dejetos produzidos em pequenas quantidades, os impactos sobre a natureza são lentos, contribuindo para que o parceleiro pense que o lixo que ele produz não causa poluição, como se percebe na declaração de um assentado, ao ser indagado se o lixo que ele acumula no lote polui o meio ambiente: “Não, não chega a causar poluição porque é coisa pouca, e a gente vai juntando e queimando, acho que não causa não” (entrevista 5).

Além da falta de outras alternativas e o fato de os impactos serem lentos, há a questão do *habitus* e da percepção de que natureza é inesgotável, da qual tudo se extrai e que tudo pode comportar. Nas entrevistas, foi possível apreender o costume de jogar lixo nos córregos, na encruzilhada e até mesmo animal morto, inviabilizando o uso da água para ser consumida, como se pode constatar nessas declarações:

Sei que evito muito poluir a natureza. Outro dia tinha gente jogando lixo dentro do Resende, lá em cima, e eu tomo água do Resende aqui em baixo. Lá na encruzilhada você deve ter visto um monte de lixo lá. Aquilo ali eu não faço (entrevista 1).

Para beber essa água do rio, o povo tem um meio receio de beber. Às vezes a gente bebe, estando com sede. Mas a gente evita. Eu mesmo quando preciso, bebo, mas com receio. O povo é danado para jogar trem morto dentro do rio (entrevista 6).

Os parceleiros, de maneira geral, pensam que somente o desmatamento destrói a natureza, não tendo uma visão ampla dos fatores que degradam o meio ambiente. A sua concepção é direcionada sobretudo para o desmatamento, pois para eles, destruir a natureza é desmatar, o que se percebe especificamente nas entrevistas gravadas. Ao ser perguntado se a maneira de produzir do assentado prejudica a natureza, o entrevistado respondeu afirmativamente, e citou a prática do desmatamento, justificando seu uso pelos pequenos produtores, pela necessidade de sobrevivência que, no início do PA, todos desmataram para formar pastos e lavouras. Ele afirma: “É. O que não era mato, era um capoeirão. Todo mundo teve que desmatar. Era necessidade... como fazer lavoura e pasto se não desmatar?”

(entrevista 6). Na declaração seguinte o assentado alega que a prática do desmatamento não está sendo tão prejudicial como no início do assentamento:

Do jeito que está aí, não está prejudicando não. Porque agora ninguém tá mexendo com desmatamento. Foi só no começo que teve muito, porque era tudo mato. Se não desmatasse para formar, não tinha jeito de produzir, não teria lavoura nem pasto. Tinha que desmatar. Eu mesmo tive que fazer isso, porque aqui era só mata pura e capoeira (entrevista 8).

Um ou outro parceleiro lembrou-se de dizer que há outras formas de destruir os recursos naturais, além do desmatamento, como um agricultor que declarou: “tem muitos caboclos que vivem no campo sem conhecer disso aí, eles não têm conscientização sobre a natureza. Pesca, tem muita gente que pesca, e muita gente que caça” (entrevista 1). A concepção que têm de natureza é restrita e fragmentada. Após o homem ter conseguido dominar a natureza, ela foi dessacralizada, tornando-se um objeto dividido. Mesmo agindo de maneira contrária a sustentabilidade ambiental, os assentados não se consideram co-responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente, demonstram, pelos seus depoimentos, que não têm noção da amplitude da sua prática cotidiana em relação à natureza.

No que diz respeito aos cuidados dos proprietários rurais não-assentados com o solo, as nascentes, a vegetação e os animais, os parceleiros consideram que os fazendeiros cuidam menos da natureza do que os próprios assentados. Para eles, os fazendeiros são os que mais prejudicam o meio ambiente. Uns disseram que é por causa da ambição, outros que é pelo poder econômico que detêm, ou pelo poder de influência nos órgãos do governo, dentre outros argumentos.⁸⁶ Para os parceleiros, quando se trata de desrespeito ao meio ambiente, o fazendeiro é sempre o maior vilão. A declaração seguinte é ilustrativa:

Não. Os fazendeiros de agora não cuidam. Eles desmatam perto do barranco do rio, dos córregos, queimam, batem inseticida. Eles têm poder pra fazer tudo. Aí, se vem a fiscalização, eles pagam uma multinha lá e continuam a mesma coisa (entrevista 1).

⁸⁶ Nos relatos seguintes, os depoentes também citam os fazendeiros como os que mais desmatam e não são punidos por possuírem poder econômico e a fiscalização não os punem por isso: “Aqui perto mesmo tem um fazendeiro que desmatou a serra quase toda, até a beirada do rio. Aí, né? O cara tem dinheiro, ele sabe que não pode, mas faz” (entrevista 8). ; “Tem os grandes fazendeiros que destroem mais. Porque eles têm dinheiro e quando vai a fiscalização eles compram ela” (entrevista 4).

Os dados quantitativos também mostram que a ação dos produtores “de fora” do assentamento, na concepção dos parceiros, não é somente positiva. Quase a metade respondeu que “os de fora” não têm os devidos cuidados com a natureza (tabela 32).

Tabela 32 – Percepção da relação entre os produtores externos ao assentamento e a natureza

<i>Proprietários rurais vizinhos do PA</i>	<i>Rancho Grande</i>		<i>Boa Esperança</i>	
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
1 Os de fora do PA cuidam do solo	18	100,0	47	100,0
Sim	5	27,8	15	31,9
Não	9	50,0	8	17,0
Não sabe	4	22,2	10	21,3
Outro	-	-	14	29,8
2 Os de fora do PA cuidam da mata	18	100,0	47	100,0
Sim	4	22,2	12	25,5
Não	11	61,1	13	27,7
Não sabe	3	16,7	8	17,0
Outro	-	-	14	29,8
3 Cuidam das águas/nascentes	18	100,0	47	100,0
Sim	4	22,2	14	29,9
Não	9	50,0	10	21,3
Não sabe	5	27,8	9	19,1
Outro	-	-	14	29,8
4 Cuidam dos animais	18	100,0	47	100,0
Sim	4	22,2	17	36,2
Não	8	44,4	8	17,0
Não sabe	6	33,3	10	21,3
Outro	-	-	12	25,5

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

Os parceiros foram unânimes ao afirmarem que a natureza está sendo destruída, mas a destruição aparece como algo distante, ou seja, que não acontece onde vivem e, quando isso ocorre, é algo provocado pelo vizinho, como nessa declaração:

Aqui, no meu vizinho do lado, o “Zé Alonso”, lá tem um lugar lá que ele desmatou e deixou só um metro de largura na beira do rio. Inclusive ele foi denunciado e foi multado. Eu achava que o Ibama tinha que ter exigido dele o reflorestamento, mas o Ibama não exigiu. Então, ficou lá e está lá até hoje um metro de largura só de mato na beira do rio (entrevista 2).

A maior parte, cerca de 55%, respondeu que conserva bem os solos, as águas, preserva as matas e poupa os animais silvestres da caça. Os demais respostas ficaram divididas entre os que não souberam, os que não quiseram responder e os que deram respostas evasivas (tabela 33).

Tabela 33 – Cuidados dos parceiros com a natureza

<i>Os parceiros do PA</i>	Rancho Grande e Boa Esperança			
	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>	<i>N. de parceiros</i>	<i>%</i>
1 Os de dentro do PA cuidam do solo	18	100,0	47	100,0
Sim	11	61,1	23	48,9
Não	5	27,8	3	6,4
Não sabe	1	5,6	2	4,3
Outro	1	5,6	19	40,4
2 Os de dentro cuidam das matas	18	100,0	47	100,0
Sim	11	61,1	25	53,2
Não	5	27,8	4	8,5
Não sabe	1	5,6	2	4,3
Outro	1	5,6	16	34,0
3 Cuidam das águas/nascentes	18	100,0	47	100,0
Sim	11	61,1	25	53,2
Não	5	27,8	3	6,4
Não sabe	1	5,6	2	4,3
Outro	1	5,6	17	36,2
4 Cuidam dos animais	18	100,0	47	100,0
Sim	10	55,6	25	53,2
Não	6	33,3	3	6,4
Não sabe	1	5,6	2	4,3
Outro	1	5,6	17	36,2

Fonte: Questionários aplicados nos assentamentos Rancho Grande e Boa Esperança no período de agosto a dezembro de 2004.

As respostas evasivas foram, dentre outras, as seguintes: “temos de obedecer à justiça”; “tem um vizinho que não cuida, mas os outros cuidam da preservação”; “não posso falar, sabem que não podem mexer, mas mexem. Eu sei de mim”; “nem todos preservam, alguns caçam, pescam e jogam lixo no rio”; “obedecemos porque somos fiscalizados pelos próprios moradores; alguns não cuidam e têm processos contra eles”. Na concepção dos parceiros, quem faz algo de errado é sempre o *outro*, o parceiro vizinho, o fazendeiro confrontante. A responsabilidade nunca é atribuída a si próprio.

Nenhum assentado assumiu a sua responsabilidade no processo de degradação do meio ambiente, mas muitos acusaram o vizinho de ter desmatado e vendido madeira, de não ter cuidado das nascentes, de ter praticado queimadas, de ter caçado, pescado, de ter roçado até às margens dos córregos, dos rios. Assim, um acusa o outro, e não assume a sua responsabilidade pelos danos causados à natureza. Na declaração que se segue, o parceiro acusa o vizinho de ter desmatado até a beirada do córrego e do rio, fala da ambição dos

outros, da licença que nem todos cumpriram, mas não se inclui diretamente entre os que desrespeitam as regras de desmatamento. Contudo, na última frase dessa declaração, percebe-se que o assentado também não cumpriu a licença do Ibama. Antes da chegada dos funcionários do órgão, ele começou o trabalho, sem os devidos critérios de demarcação de área para a derrubada do mato. O texto é esclarecedor:

Aqui, tem uns que não tão nem aí. Aqui tem muita gente que desmatou a beirada de córrego, desmatou beirada de rio. É ambição, não sei se foi para formar pasto também, mas desmataram. De vez em quando, o Ibama vem e multa [...]. Todo mundo tirou licença e nem todos cumpriram. Eu, quando cheguei, pedi minha licença e quando fui desmatar, lá embaixo, já tinham derrubado um pedaço com motosserra. Aí eles estavam demorando a liberar, então fui desmatando. Quando eles chegaram, aí eu já tinha quase acabando de derrubar (entrevista 6).

Houve parceiros que acusaram o vizinho, e outros que afirmaram não saber se os “de dentro do PA” cuidam bem da natureza ou não. Talvez por temerem que a entrevista se transformasse em algum documento de denúncia, alguns insistiram em dizer que nunca viram nada que comprometesse alguém, como nessa declaração, em que o assentado afirma que não sabe de nada e que, se acontece alguma coisa, ele não vê:

Eu não vejo nada, se é que acontece alguma coisa, não vejo. Se eles caçam? Pescar o quê? Se eles caçam eu não vejo, pode ser que façam escondido, né? Tem coisa que fazem que a gente não vê. Agora, pescar, eles pescam muito, o povo todo aí ao redor. Porque pesca é um divertimento, né? (entrevista 5).

Um outro parceiro afirmou: “Também não vejo. Se fazem alguma coisa errada a gente não vê” (entrevista 9). Outros parceiros eximiram-se categoricamente de qualquer ação comprometedora do ecossistema, afirmam que os outros o fazem, mas eles não fazem nada que prejudique a natureza. Quando foi perguntado a um parceiro se os colegas de seu assentamento respeitam a natureza, ele respondeu: “Ah, uns respeitam a natureza, outros não. Ah tem muita coisa aí. Nem sei nem dizer. Uns queimam a natureza e queimam o adubo dela também. Eu mesmo nunca queimei” (entrevista 12).

Um dos entrevistados foi mais longe, ao dizer que em seu PA todos são bem conscientizados e se alguém transgredir as leis de preservação, é denunciado pelo colega:

A consciência de preservação aqui dentro é grande. O pessoal denuncia quando tem alguém aqui que faz alguma coisa contra a natureza. Um companheiro denuncia o outro aqui (entrevista 2).

A declaração desse assentado, afirmando que é grande a consciência de preservação no assentamento, não corresponde à realidade, salvo raras exceções. Pratica-se uma agricultura predatória, sem critérios de sustentabilidade. Ao contrário do que diz esse assentado, em resposta à pergunta 52 do questionário (anexo 2), os próprios parceiros foram unânimes em apontar que a natureza está sendo destruída, e que a principal causa é a falta de conscientização das pessoas.

As iniciativas de ministração de cursos de conservação e/ou preservação da natureza de entidades como o Ibama, os STRs, o MST, a CPT, o Ibrace, a Fetaeg, não têm atingido todos os parceiros, nem tido a eficácia necessária, segundo a percepção dos produtores. Para eles, esses cursos têm deixado a desejar porque não têm uma didática acessível e não são bem organizados. Provavelmente essas razões justifiquem a falta de interesse do assentado em participar desses cursos e adquirir novas aprendizagens. Dessa forma, as informações obtidas nos cursos ficam restritas às lideranças, como alega um parceiro:

Teve vários cursos, mas foi em grupo e os caras vinham e explicavam, sabe? Mas não era nada bem oficializado. Mas nem todos participaram. Tem uns, como as lideranças, que são bem informadas nesse negócio de meio ambiente, como os companheiros [...]. Eles fizeram muitos cursos no movimento e são bem informados (entrevista 8).

Outros assentados, reclamaram da falta de um profissional para orientá-los na produção e, por isso, cada agricultor acaba contando mesmo é com a própria experiência, como afirma um assentado:

Teve algum ensino, mas muito pouco. Se teve mais, não sei [...]. E daí é que nós plantamos é com nossa própria experiência. Aqui nunca veio agrônomo nenhum para ensinar nada de conhecimento (entrevista 3).

Nos primeiros séculos de ocupação do território goiano a natureza era menos antropizada e seus recursos mais abundantes, em razão do que não havia a preocupação com a escassez de seus recursos naturais. Os chamados desbravadores de sertão penetravam mata a dentro, derrubavam milhares de hectares para plantar e criar, como visto no capítulo dois. Criou-se uma mentalidade, um *habitus* de não se preocupar em conservar e/ou preservar a natureza. Essa atitude é uma combinação de vários fatores, e um deles é o legado histórico. As queimadas, por exemplo, já eram feitas em Goiás no século XIX (SAINT-HILAIRE, 1975). No entanto, nos tempos atuais, esse *habitus* precisa ser desconstruído, o que pode ser feito mediante a realização de cursos, de palestras, de orientações técnicas, de educação ambiental e de outros mecanismos que conscientizem os produtores acerca da necessidade de preservar as fontes naturais renováveis.

Mesmo com as poucas iniciativas de orientações de preservação e de fiscalização do Ibama, do Incra, há indícios de diminuição da depredação, como testemunha esse parceleiro:

Quando nós entramos aqui tinha bem mais queimada do que hoje. Parece que diminuiu muito. Tinha 70% mais queimadas do que hoje. Hoje só uns 30% queimam. Naquele tempo, na seca, não tinha esse que não queimava (entrevista 4).

Nesse relato, o parceleiro afirma que no início do PA havia maior número de queimadas. Os cursos ministrados pelo Incra ou Ibama ou pelos mediadores, como o MST, CPT, Fetaeg, STRs e as orientações que receberam sobre a preservação das diferentes formas de vida não modificaram o *habitus* desses assentados sobre a necessidade de se preservar, mas já soam como uma janela aberta para a construção de uma nova relação com a natureza.

A necessidade de sobrevivência ocupa o primeiro lugar na vida dos parceiros – eles afirmam que desmatam tudo para poder plantar e criar. Alguns

agricultores, porém, demonstram, pelo menos no discurso, que estão conscientizados a respeito da preservação e que são favoráveis à produção sustentável. O relato seguinte é um exemplo de que o parceleiro sabe que existe produção sustentável e que é preciso preservar: “Eu acho que tem que desmatar, mas de uma maneira sustentável. Você não pode, simplesmente, desmatar uma área totalmente para fazer renda. A gente teria que deixar uma área de reserva” (entrevista 2). Apesar do discurso favorável à preservação, a relação do assentado com a natureza tem apresentado significativos impactos. Se a percepção do assentado tem da natureza é fragmentada, utilitarista, o resultado da sua relação com ela não poderia ser diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa de campo e da observação direta, examinados à luz do referencial teórico apresentado neste estudo, possibilitam uma compreensão da situação do agricultor familiar assentado no estado de Goiás. A realidade permite vislumbrar as perspectivas de uma (re)produção sustentável do agricultor assentado, em diferentes aspectos como, por exemplo, as possibilidades de perpetuação geracional do grupo doméstico, se as técnicas de produção usadas pelo assentado são menos agressivas à natureza, quais são suas condições de produção e de geração de renda, e se há perspectivas de construção de novas relações sócio-culturais e ambientais nos projetos de assentamento. A análise foi realizada com o objetivo de investigar se a prática (re)produtiva do agricultor assentado está ou não direcionada para a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. Deve-se lembrar que o conceito de desenvolvimento sustentável adotado diz respeito ao agricultor que consegue satisfazer as necessidades do grupo familiar, sem comprometer os recursos naturais e sem lesar o direito das gerações futuras de também terem as suas necessidades atendidas. Para tanto, é necessário manter as condições de reprodução dos ecossistemas.

Constatou-se que são muitas as limitações enfrentadas pelos assentados, no tocante às condições de vida, de organização do trabalho, de produção de renda e de perspectivas de perpetuação das famílias nos lotes. Os assentados enfrentam dificuldades de várias naturezas, a começar pelas mais básicas, como o acesso à saúde e à educação. Não há posto de saúde nem escola nos PAs. Faltam meios de transporte adequados para os estudantes filhos de assentados. Também são precárias as condições de moradia da maioria das famílias, que vivem em casas simples, inacabadas, sem o devido conforto, o que demonstra que não houve grande progresso dos moradores que estão no assentamento desde o início. Sem essas condições, tornam-se restritas as possibilidades de vida e de trabalho para esses agricultores, comprometendo a sua reprodução como grupo doméstico e a sua permanência no projeto de assentamento.

Evidenciaram-se, então, problemas comprometedores da reprodução das famílias assentadas, em diferentes aspectos: sociais, produtivos, econômicos e ambientais. O baixo grau de instrução dos parceiros tem dificultado o acesso a novas aprendizagens, à absorção de novos métodos de produção, a iniciativas que viabilizem um melhor desempenho na produção. Em um mercado cada vez mais competitivo, é de fundamental importância, para o produtor, a capacidade de conhecer as novidades que surgem, cada vez mais rápidas, no mercado de insumos, de sementes melhoradas, de nutrição e reprodução de animais, dentre outras inovações, e saber decidir sobre o seu uso. Sem um mínimo de formação e informação, o produtor rural fica à margem do sistema de produção vigente, não conseguindo melhor desempenho na produção para obter renda suficiente e, menos ainda, para competir no mercado agrícola.

A média de idade dos parceiros, de 47 e 48 anos, não seria problema se eles possuísem os instrumentos de trabalho necessários em uma produção rural e se pudessem contar com a força de trabalho dos filhos, de uma cooperativa e/ou dos mutirões. No entanto, quando os filhos crescem, a maioria migra, permanecendo no lote somente os mais velhos (os pais e algum parente que mora com a família). Uma parte dos filhos que migram vai para novos acampamentos, em busca de sua parcela ou de trabalho em fazendas vizinhas, e a outra se muda para as cidades. Com a permanência somente dos mais velhos no lote, a renovação do grupo familiar fica comprometida. Quando os pais adoecem ou morrem, nem sempre seus filhos que deixaram a família se interessam pela parcela com o objetivo de nela morarem e produzirem, o que acontece sobretudo com os que já se encontram instalados na cidade.

A relação entre os assentados tem sido conflituosa. Eles vão se ajudando uns aos outros na organização da produção. Muitos parceiros, sem poder contar com a força de trabalho dos filhos, necessitam da contratação de mão-de-obra. No entanto, se o fizerem, devem pagar em numerário, o que nem sempre é possível em razão da descapitalização desses produtores. Uma outra alternativa seria a troca de dias de trabalho, mas essa modalidade de ajuda já se encontra quase totalmente em desuso. Uma outra forma de suprimento da mão-de-obra, é a realização dos mutirões, mas que também estão se tornando cada vez mais raros entre esses agricultores.

A experiência do regime de cooperativa ou de associação seria uma outra alternativa de organização do trabalho e da produção, mas essas práticas não têm obtido muitos resultados positivos e concretos em termos de inovações e de melhorias para os PAs. As experiências mal-sucedidas, tanto das cooperativas quanto das associações têm desestimulado os parceiros a investirem em projetos comunitários.

Outra questão que compromete a sustentabilidade da (re)produção e do meio ambiente é o uso de técnicas rústicas, como a queimada. Os assentados ainda utilizam práticas ultrapassadas, que aprenderam com seus antepassados. A produção é baixa, e o excedente tem encontrado dificuldades de escoamento, de mercado e de preço. A renda líquida também está aquém das necessidades. Faltam orientações técnicas, equipamentos, capital para investimento e, sobretudo, falta capacitação para um novo direcionamento da produção, diversificando-a, diminuindo o desmatamento o uso de agroquímicos, isto é, a adoção de medidas menos agressivas ao meio ambiente. A maioria não possui os instrumentos considerados básicos para o trabalho com a terra. Raramente contam com a assistência de um agrônomo ou um técnico agrícola, necessária na orientação desses produtores sobre como produzirem mais, em menor área e degradando menos o meio ambiente. Faltam-lhes os recursos tecnológicos, as ferramentas e as técnicas adequadas às suas reais condições produtivas.

As suas condições sociais e econômicas não são as mesmas de um produtor que trabalha com grande volume de capital e com tecnologias modernas de produção. Há uma situação real e uma lógica produtiva diferenciadas entre o grande produtor e o agricultor familiar. Assim, o assentado não pode, simplesmente, adotar o mesmo modelo agrícola adotado pelo grande produtor, pelo agronegócio. Mesmo assim, ele vem sendo constantemente pressionado a utilizar um modelo agrícola prescrito pela Revolução Verde e vigente na sociedade brasileira. O governo e os mediadores não têm sido capazes de conseguir um melhor e mais eficaz direcionamento da prática agrícola para uma produção mais auto-sustentável e um melhor escoamento e comercialização dos produtos. Não há nos PAs, por exemplo, iniciativas de produção alternativa ou mesmo de mercadorias com a qualidade requerida pelo mercado. A maioria produz para o auto-sustento. Outros, nem mesmo o suficiente para melhorar a qualidade de vida de sua família, permanecendo dependentes de medidas como a cesta

básica, o vale gás, ou de ajuda de membros da família pensionistas e/ou aposentados, dentre outras.

A venda de parcelas é outro dado indicador da baixa capacidade de reprodução do grupo doméstico a longo prazo, ou seja, o elevado índice de desistência dos lotes confirma que a reprodução das famílias está comprometida. As famílias desistentes vendem as parcelas após explorarem seus recursos naturais e de esgotarem a fertilidade do solo, partindo em busca de outra terra menos degradada ou retornando para aos centros urbanos.

A itinerância do agricultor familiar, depois de explorar os recursos naturais, por meio da agricultura, da coleta, da caça, da pesca, pela derrubada do mato, extração da madeira, é um processo histórico longo. O homem dos mínimos vitais, o itinerante, o aventureiro e desbravador de sertões, o ocupante do território goiano, são figuras históricas que formaram o protótipo do agricultor que atualmente se encontra em situação de assentamento. O agricultor assentado ainda apresenta muitos traços culturais construídos ao longo de séculos, de acordo com as condições de seus ancestrais, em um tempo em que havia abundância de terra, e as fontes naturais pareciam inesgotáveis.

A venda de parcelas remete a um outro traço cultural, que é o da especulação com a terra. Essa prática, recorrente entre os agricultores, demonstra que a sua relação com a terra não é somente para a auto-sustentação pura e simples, mas para o aumento de bens e riquezas, ora por intermédio da produção, ora transformando a terra em mercadoria de especulação. O traço cultural que leva o agricultor a especular com o a terra deve ser considerado para compreender o alto índice de venda, de troca, de desistência ou de abandono de parcelas entre os assentados, depois da exploração de seus recursos.

As dificuldades de geração de renda pelos assentados deve-se a um conjunto de fatores. A descapitalização desses produtores, o tamanho da gleba, em média 28 a 30 hectares – insuficiente para o tipo de agricultura extensiva, adotado pelos parceiros –, a disponibilidade insuficiente de mão-de-obra, e a não-incorporação de novas tecnologias e de novos instrumentos de trabalho são as principais limitações encontradas nos PAs, levando muitos assentados à desistência,

vendendo ou abandonando a terra. Outros investem na produção de leite como uma garantia de receita mensal e de permanência no PA. A renda do leite é um dos fortes sustentáculos da subsistência dos parceiros, mas muitos ainda dependem do salário, ou da pensão e/ou aposentadoria de algum membro da família como garantia de sobrevivência.

Com o tamanho da terra que é designada a cada família assentada, com a utilização de técnicas rústicas na produção, como a queimada, a pecuária extensiva, não há como pensar em preservar, em não desmatar. O agricultor assentado não sabe produzir de outra maneira, senão derrubando e queimando para fazer lavouras e pastagens. É uma questão de sobrevivência do grupo. Se ele for respeitar a mata ciliar e se preocupar em preservar os recursos naturais, não sobrevive. Além disso, há a questão da herança histórica, formada durante séculos, ou as predisposições interiorizadas, transformadas em *habitus*. O agricultor assentado continua praticando atividades agrárias construídas ao longo de gerações, mesmo habitando em condições sociais e ambientais que não permitem as mesmas práticas de tempos anteriores.

Nem todos obedecem às regras de preservação, mesmo obtendo as informações sobre a necessidade de cuidar da natureza, sobre as punições para quem transgredir as leis ambientais, porque não se desconstroem práticas culturais (*habitus*) apenas com normas e proibições. No nosso entendimento, os assentados necessitam de políticas públicas de sustentabilidade e de programas que viabilizem outro tipo de produção, para que as gerações futuras possam herdar um ambiente com seus ecossistemas preservados. Para que isso ocorra, os assentados não podem continuar aplicando as mesmas técnicas de plantio e de criação que aprenderam com os pais, os avós ou com o fazendeiro, nem tampouco continuarem adotando, sem critérios agrônômicos adequados, o mesmo padrão agrícola da Revolução Verde.

A herança cultural, centrada em uma tradição da agricultura familiar – itinerante, degradadora, de uso da natureza como fonte para a sobrevivência e para o lucro – além da falta de novas alternativas de produção geram uma contradição. As declarações dos parceiros negam que hajam danos ao meio ambiente, mas as suas ações cotidianas mostram o contrário, ou seja, a prática (re)produtiva dos assentados não corresponde à situação de sustentabilidade. Constatou-se que a sua relação com a

meio ambiente se constrói com base em sua visão de natureza, que é a de um celeiro, no qual se busca aquilo de que eles necessitam para a sobrevivência, sem uma consciência nítida do que seja uma (re)produção sustentável, e sem os meios necessários e adequados para concretizá-la.

Não se pode esquecer que o agricultor assentado está inserido em um contexto sócio-econômico abrangente, que adota o modelo de produção capitalista que considera a natureza não somente como meio de vida, mas também como geração do lucro. Portanto, é contraditório falar em sustentabilidade da agricultura familiar com essa lógica produtiva do lucro a qualquer custo. O grupo familiar reproduz-se inserido no espírito de que se for preciso depredar para garantir a sobrevivência ou para obter o lucro, pode-se depredar e destruir. Essa constatação instiga a repensar a relação entre o ser humano e a natureza, pois da forma que se apresenta, impõe-se uma preocupação com os limites dos recursos materiais não-renováveis e a capacidade do ecossistema terra de sobrepujar os danos que o ser humano impõe.

A transformação do *habitus* de um grupo social (no caso, os assentados), passa não somente pelo discurso do Estado e dos mediadores, pelas leis ambientais, pela educação ambiental formal, mas pela reestruturação de todo um processo produtivo e de uma lógica sócio-cultural. Um projeto de reforma agrária conseqüente, econômica e ecologicamente correto, não é um projeto simples, a ser implementado em curto prazo, que realize com a distribuição pura e simples de vinte e poucos hectares de terra para cada família. Para ser efetivo, o projeto deve contemplar geração de renda e também atendimento educacional e de saúde, política de preços e de escoamento, transporte, dentre outras variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro- Campinas: Editoras Hucitec, Anpocs e Unicamp. 1992. (Coleção Estudos Rurais)

ADANT, Phillipe; ALTAFIN, Iara (orgs.). **Agricultures paysannes au Brésil: enquête sur em enjeu national**. Paris: Fondation pour le Progrès de l'Homme, 1991. (Dossier pour un Débat).

ART, Henry W. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. 2 ed. Tradução de Mary Amazonas Leite Barros. São Paulo: Editora Unesp/Companhia Melhoramentos, 2001.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luiz A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos)

BERTRAN, Paulo. Desastres ambientais na Capitania de Goiás. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 70, p. 40-48, jan./fev. 1991.

BORGES, Barsanufio Gomides. **O despertar dos dormentes**: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. Tradução de Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Trabalho e projetos; Esboço de uma teoria da prática; O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais)

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic J. D. **Réponses**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, José R. **Campesinato goiano**. Goiânia: Editora da UFG, 1986. (Coleção Documentos Goianos)

BRANDEMBURG, Alfio. **Sociologia do ambiente rural**: principais temas e perspectivas. Porto Alegre, 1992. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> Acesso em: 10 jan. 2004.

_____. **Socioambientalismo e novos atores na agricultura**. In: Congresso brasileiro de sociologia, 9. Porto Alegre: UFRGS, 30 ago. a 3 set. 1999. Anais do Congresso brasileiro de sociologia. Porto Alegre, 1999.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 set. 1965. Dispõe sobre o Código Florestal. Brasília, 1965.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 4.947, de 6 abr. 1966. Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

_____. Congresso Nacional. Constituição Federal. Brasília, 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 7.803, 18 de jul. 1989. Altera a redação da lei nº 4.771.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRJ, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CANESIN, Maria Tereza. A fertilidade da produção sociológica de Bourdieu para as ciências sociais e educação. In: ROSA, D. E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton C. de. (orgs.). **Didática e práticas de ensino**: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro/Goiânia: DP&A/Alternativa, 2002, p. 85-101.

CARNEIRO, Maria Esperança. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

CARVALHO, Horácio M. de. **Luta na terra, um desafio constante do MST**. IICA/ MEPF / NEAD, Curitiba, out. de 2003. Não-publicado.

_____. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. IICA/MEPF/NEAD. Curitiba (PR), 1998. Não-publicado.

CASTRO, Elmar Andrade.; KAUFFMAN, Boone. Ecosystem structure in the Brazilian cerrado: the vegetation gradient of aboveground biomass, root mass and consumption by fire. Cambridge, **Journal of Tropical Ecology**, n. 14, p. 263-283, 1998.

CATANI, Afrânio M.; CATANI, Denice B; PEREIRA, Wilson R. De M. Pierre Bourdieu: as leituras de sua obra no campo educacional brasileiro. In: TURA, Maria de Lourdes R. (org.). **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 127-160.

CAUME, David José. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1997. (Coleção Quíron)

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da.; STOLCKE, Verena (orgs.), **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-164.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo**. Goiânia, 2002.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O cerrado: ecologia do fogo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 8, p. 22-30, 1990.

CURADO, Fernando Fleury. **Ocupação e assentamento na Fazenda Rio Vermelho**: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 1998.

_____. **“Esverdeando” a reforma agrária**: atores sociais e a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no estado de Goiás. 2004. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2004.

DALL’ARA, L. Guimarães; SILVA, Maria A. Daniel da.; ANACLETO, Teresa Cristina. (orgs.). **Natureza viva cerrado**: caracterização e conservação. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. Os cientistas sociais na construção da agência ambiental contemporânea – uma participação retardatária e parcialmente equivocada. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28. Seminário Temático 3 – “Ciências sociais e biologia em cenários contemporâneos: repensando fronteiras e interfaces”, Anais do Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, out. de 2004.

DUARTE, Élio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras**: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. 1998. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

EITEN, George. Vegetação. In: PINTO, Maria Novaes. (org.). **Cerrado**: caracterização, ocupação e perspectivas. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 17-74.

_____. The vegetation of the Serra do Roncador. **Biotrópica**, Washington, v. 7, n. 2, p. 112-135. 1975/1975.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (FD/UFG). **Glossário de Direito agrário**. Goiânia, 1998.

FERNANDES, Bernardo M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

FERREIRA, Leila da Costa. **Sociologia ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil**. Campinas (SP). Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> Acesso em: 10 de jan. de 2004.

_____. (org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS (Fetaeg); MIZIARA, Fausto. Levantamento sócio-econômico-produtivo em assentamentos de reforma agrária em Goiás (dados preliminares). Goiânia, 2005. Não-publicado.

FREITAS, Enyr Antonio Garcia de. **O assentamento “Mosquito”**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1994.

GARCIA Jr., Afranio. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GASQUES, José G.; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. da. A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. In: Seminário sobre a reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza (CE). Brasília, nov. 1998. Disponível em: <www.nead.org.br> Acesso em: 20 de mai. 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Temas Atuais)

GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUIVANT, Júlia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 46, p. 3-38, 1998.

HENRIQUES, R. Paulo B. O futuro ameaçado do cerrado brasileiro. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 195, p. 34-39. 2003.

HORA, Karla E. R. **Aqui e acolá**: áreas reformadas, territórios transformados. (Reterritorialização e a construção do lugar – um debate entre projetos de assentamentos rurais e empreendimentos rurais do Banco da Terra em Goiás). 2003. Dissertação (Mestrado)

– Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2003.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). **Situação ambiental dos projetos de assentamentos da SR-04/GO**. Goiânia, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Ibge/DPE/Copis). **Brasil em síntese**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 31 out. 2005.

IOKOI, Zilda M. G. As lutas camponesas no Rio Grande do sul e a formação do MST. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 11, n. 22, p. 49-70 mar./ago.1991.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **Agricultura familiar**. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOVISOLO, Hugo. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 2. ed. Goiânia: Editora AB, 1998.

MARTINS, C. Benedito. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. **Novos Estudos**. Revista do Cebrap, São Paulo, n. 62, p. 163-181, mar. 2002.

_____. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. **Educação & Sociedade**. Revista quadrimestral de Ciência da Educação. São Paulo, n. 27, p. 33-46. 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O capital**. Livro primeiro, v. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo, Anpocs/Vértice, 1988.

ORTENCIO, W. Bariani. **O sertão, o rio e a terra**. São Paulo: Livraria São José, 1959.

ORTIZ, Renato. À procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-36. (Grandes Cientistas Sociais)

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. **Debates Cpd**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-71, set. 1997.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

_____. Movimentos sociais e educação: testando um outro conceito. **Estudos**. Revista da Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia, v. 27, n. 4, p. 785-800, out./dez. 2000.

PIETRAFESA, José Paulo. Agricultura familiar: a construção de um conceito. **Candeia**. Revista do Ifas, Goiânia, Ano 3, n. 4, p. 17-30, nov. 2002.

PIRES, Mauro Oliveira; SANTOS, Irena M. dos. (orgs.). **Construindo o cerrado sustentável**: experiências e contribuições das ONGs. Goiânia: Gráfica Nacional, 2000.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. São Paulo/Belo Horizonte: EdUSP/Itatiaia, 1976. (Reedição).

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagens às nascentes do Rio São Francisco**. São Paulo/Belo Horizonte: EdUSP/Itatiaia, 1975a. (Reedição).

_____. **Viagem à Província de Goiás**. São Paulo/Belo Horizonte: EdUSP/Itatiaia, 1975b. (Reedição).

SATO, Michèle. **Educação para o ambiente amazônico**. 1997. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos, 1997.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, R. (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Terra “sem lei, nem rei”**: Goiás (1822-1850). 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2000.

_____. **Raízes do latifúndio em Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

SOUSA, Regina Sueli de. **Ordem e contra-ordem**: o processo político constituído do MST na especificidade do Assentamento Rio Vermelho. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1997.

SOUZA, Janaine. **Relatório de estágio curricular realizado junto aos assentamentos de reforma agrária de Itaberaí e Goiás-GO**. 1999. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1999.

VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, Joseph Daniel; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. (Coleção Momento)

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: Edupf, 1999.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **De grão em grão o cerrado perde espaço**: cerrados – impactos do processo de ocupação. Brasília, mai. 1995.

ZAMBERLAN, Jurandir; FORONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica**: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – Levantamento de trabalhos acadêmicos, concluídos, abordando assentamentos no estado de Goiás.

NOME DO PA	AUTOR	TÍTULO DA OBRA	NÍVEL	ANO
Mosquito	FREITAS, Enyr de.	O assentamento “Mosquito”: um registro para a história da reforma agrária em Goiás	Mestrado em História – UFG	1994
–Mosquito –Mamoneira –São João do Bugre –Retiro e Velha –Rancho Grande –Lavrinha –São Carlos	GOMES, Luiz A. Lopes.	A dolorosa Transição: De trabalhadores sem terra a trabalhadores com terra.	Mestrado em História – UFG	1995
–Mosquito –Lavrinha –Rancho Grande –Retiro Velho –Rio Paraíso	PESSOA, Jadir de Moraes.	A Revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás.	Doutorado. Ciências Sociais (IFCH) Unicamp/SP.	1997
Racho Grande	SOUSA, Regina Sueli de.	Ordem e contra-ordem: o processo político constitutivo do MST na especificidade do assentamento Rio Vermelho.	Mestrado. Departam. de Serviço Social – UnB / DF.	1997
–Mosquito –Três Barras –São Carlos	DUARTE, Élio Garcia	Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás.	Doutorado em História Social – USP / SP.	1998
Racho Grande	CURADO, Fernando Fleury.	Ocupação e assentamento na Fazenda Rio Vermelho: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás.	Mestrado. Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – Rio de Janeiro / RJ.	1998
–Che Guevara –Magali –Rio Paraíso	SOUZA, Janaína.	Relatório de estágio curricular realizado junto aos assentamentos de reforma agrária de Itaberaí e Goiás-GO.	Monografia Agronomia – UFG.	1999
–Rancho Grande	KREUTZ, Ineiva Terezinha	Religião e educação: a face (re)velada do movimento social rural.	Mestrado em Educação - UFG	1999
–Retiro –Retiro Velho	MARQUES, Marta Inês Medeiros.	De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velha-Go.	Doutorado. Geografia Humana. (FFLCH) – USP.	2000
–Retiro –Retiro Velho	PEREIRA, José Roberto	De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social.	Doutorado. Dep. Sociologia UnB – DF.	2000
–Tijuqueiro –Che Guevara –Engenho	BERTTI, Margarete Sueli.	Memória coletiva e educação em assentamentos rurais goianos.	Mestrado. Educação/UFG	2002

Velho				
–Retiro –Rancho Grande	SOUSA, Regina Sueli de.	Razão e Movimento Social – as Racionalidades vividas do MST.	Doutorado. SP/Campus Marília- SP.	2002
São João da Lavrinha	CAUME, Davi José.	A Tessitura do “assentamento de reforma agrária” : discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder.	Doutorado. Ciências Sociais (IFCH) Unicamp/SP.	2002
Terra Conquistada	TAVARES, Marcela S. de O. Cabral.	Reforma agrária e desenvolvimento sustentável : ocupar, resistir, produzir e preservar. O caso do Assentamento Terra Conquistada.	Mestrado. UNB/CDS/(DF)- Brasília	2002
–Che Guevara –São Domingos	COELHO, Nilva Maria Gomes.	Uma escola pública para crianças e jovens no campo : desafios, perspectivas e repercussões da LDB nos assentamentos Che Guevara (Itaberaí) e São Domingos (Morrinhos) em Goiás.	Mestrado. Educação/UCG	2003
Canudos	HORA, Karla Emmanuela Ribeiro.	Aqui e acolá: áreas reformadas, territórios transformados. (Reterritorialização e a construção do lugar – um debate entre projetos de assentamentos rurais e empreendimentos rurais do Banco da Terra em Goiás).	Mestrado. Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)- UFG	2003
–Mosquito –Lavrinha –Rancho Grande –Rio Paraíso	SILVA, Rusvênia Luiza B. R. da.	Sobre o camponês do sertão : produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos DO MUNICÍPIO DE GOIÁS-GO.	Mestrado. Geografia–Unesp de Presidente Prudente / SP.	2003
–Canudos –Boa Esperança	CURADO, Fernando Fleury.	“Esverdeando” a reforma agrária : atores sociais e a sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais no estado de Goiás.	Doutorado. Centro de Desenv. Sustentável (UnB-CDS/DF).	2004

TOTAL DE TRABALHOS DESENVOLVIDOS E DEFENDIDOS: 18

01 Monografia; 10 Dissertações de Mestrado; 07 Teses de Doutorado.

Total: 18 trabalhos realizados e defendidos.

Datas de defesa dos trabalhos:

Em 1994 = 1
Em 1995 = 1
Em 1997 = 2
Em 1998 = 2
Em 1999 = 2

Em 2000 = 2
Em 2002 = 4
Em 2003 = 3
Em 2004 = 1

ANEXO 2 – Questionário da pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Aluna: Maria Aparecida Daniel da Silva

DATA: Goiânia, _____, Mês _____, ano _____

ASSENTAMENTO _____

Circule a resposta

I). Identificação do entrevistado (a) (O (a) chefe da família)

1. Masculino; Idade _____

2. Feminino; Idade _____

2). Estado Civil: 1.Solteiro; 2.Casado; 3.viúvo; 4. Separado; 5.Amigado; 6. Outro _____

3). Grau de escolaridade:

1. Não sabe ler/escrever

2. Sabe ler/escrever

3. Ensino fundamental completo;

4. incompleto

5. Ensino Médio: Completo;

6. Incompleto

7. Ensino Superior: Completo;

8. Incompleto

4). Nº de filhos? _____; -Quantos moram com o Sr (a)? _____

-Há outros parentes que moram na casa? (anotar) _____

5). Sua instalação no assentamento se deu:

1. por sorteio no começo do assentamento

2. Ou por compra, de um segundo parceiro?

3. Outro (herança/doação etc) _____

6). Antes de vir para o Assentamento, morava 1. Na roça ou 2. Na cidade ?

O Sr (a) veio:

1. deste município; 2. De um município vizinho. Qual? _____

3. De outro Estado. Qual? _____

7). Antes de ser assentado, qual era sua ocupação? (circular a resposta certa)

1. agricultor próprio	7. Diarista em fazenda	13. Operário
2. assalariado na fazenda dos outros	8. Do Lar / Doméstica	14. Olaria
3. Arrendatário	9. Marceneiro	15. Pedreiro/servente
4. Chapa	10. Motorista de caminhão	16. Agricultor posseiro
5. Comerciante	11. Meeiro	17. Tratorista
6. Carpinteiro	12. Motorista de taxi	18. Vaqueiro
19. Assal. na cidade (Func. Público etc)	20. Outro	

8). Religião: 1. Católica ; 2. Evangélico; 3. Espírita; 4. Outro; 5. Nenhum

*Vai à igreja quantas vezes por mês? _____

9). O Sr (a) é filiado à Associação 1 ?; ao Sindicato 2 ?; a algum Partido político 3 ?

(Qual partido?) _____; Não é filiado a nada **4.**

II- DADOS SOBRE A UNIDADE DE PRODUÇÃO

10). Área total _____ ha ou alqueires _____

*Se o entrevistado não souber quantos hectares, anotar os alqueires.

11). Há alguma **nascente, córrego ou rio** que passa em seu lote? Sim 1 Não 2.

12). Há **área de preservação permanente** em seu Lote? Sim 1 ; Não 2

13). Onde você capta água para beber, cozinhar e tomar banho? (Resp. múltipla)

1. Cisterna; 2. Córrego; 3. Poço artesiano; ; 4. Mina; 5. Represa; 6. Outro _____

14) O Sr (a) costuma plantar em seu Lote (Ler cada item).

1. arroz?	3. milho?	5. banana?	7. mamão?	9. Capineira?
2. feijão?	4. Pasto?	6. sorgo?	8. mandioca?	10. Cana?
11. Laranja?	12. Quiabo?	13. Batata?	14. Soja?	15. Outro _____

15). Planta horta? 1. todo ano ; 2. Às vezes ; ou 3 Nunca planta?

* (Se planta horta) Planta horta só para 1 consumo ou também para vender 2_ ?

16). Que tipo de animal o Sr (a) cria? Ler cada um e anotar **Quantos animais?**

1. gado de leite	_____	4. equinos	_____	7. Abelhas	_____
2. gado de corte/gado de cria	_____	5. suínos	_____	8. Outros	_____
3. Aves domésticas	_____	6. peixes	_____		

17). Quais são suas principais fontes de renda: (resposta múltipla - ler cada item).

- Aluga pasto?
- Tem Pensão ou aposentadoria de algum membro da família?
- Vende leite?
- Tem renda cidadã / bolsa escola / Cesta básica?
- Arrenda roça?
- (Se trabalha fora do lote) Onde? _____
- Outro (anotar) _____

18). (Se costuma vender algum produto) - Onde vende seus produtos?

- | | |
|------------------------------------|--|
| 1. Faz feira na cidade vizinha? | 4. Vende na cooperativa do assentamento? |
| 2. Vende no comércio da cidade? | 5. Outro _____ |
| 3. O comprador vem buscar no Lote? | |

19). (Se Vende algum produto) – Quais os produtos costuma vender, além do leite? (Resp. múltipla)

- | | |
|---|--------------------------------|
| 1. Verduras, frutas (mamão, banana etc) | 5. Cereais |
| 2. Frango – ovos – Queijos | 6. Mandioca |
| 3. Produtos da cana-de-açúcar | 7. Leite |
| 4. Porcos | 8. Gado (alguma rês que sobra) |
| | 9. Outros _____ |

20). Juntando a renda (**bruta**) de todas as pessoas que moram em sua parcela, daria mais ou menos quanto por mês?

- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| 1. Até 100,00 | 5. De 400,00 a 500,00 ou |
| 2. De 100,00 a 200,00 | 6. De 500,00 a 1.000,00 |
| 3. De 200,00 a 300,00 | 7. Ou Mais de 1.000,00 |
| 4. De 300,00 a 400,00 | 8. Outra reposta_____ |

21). O Sr (a) utiliza tração animal? 1 Utiliza; Não utiliza 2 Se utiliza, para quê_____

22) O Sr (a) **possui ou aluga** máquina agrícola? (**Se sim**). Ler cada item e escrever o código correspondente:

Códigos: (1) Possui (2) Aluga (3) Nenhum

Máquina	Possui	Aluga	Nenhu m	Máquina	Possui	Aluga	Nenhu m
1. Carroça				8. Ralador de mandioca			
2. Carretinha de puxar				9. Espremedor de queijo			
3. Trator				10. Resfriador de leite			
4. Triturador				11. Não possui nem aluga			
5. Cultivador				12. Motoserra			
6. Carpideira				13. Pulverizador			
7. Plantadeira de mão				14. Outro (anotar)			

23) O Sr (a) utiliza mão-de-obra externa? (**Se sim**)

Regularmente 1 Às vezes (p/ a colheita, plantio etc) 2 Não utiliza 3

(Se utiliza mão-de-obra externa) De que maneira faz o pagamento?

24). Em troca de dias 1 ; Pagando em dinheiro 2 ; Pagando em mantimentos 3 .
USO DE TÉCNICAS AGRÍCOLAS, INSUMOS etc.

25). **Códigos:** Regularmente/sempre (1); Às vezes (2); Nunca utiliza (3).

1. Faz queimadas para limpar o pasto ou para preparar a roça?		4. Utiliza algum produto para combater pragas na plantação?	
2. Usa produto p/ correção do solo?		5. Vacina os animais?	
3. Usa adubo químico na plantação?		6. Outro_____	

26) (**Se há utilização de agroquímicos na produção**): O que o Sr (a) faz com o vasilhame utilizado?

1. Queima ; 2. Enterra; 3. devolve p/ o fabricante; 4. joga fora; 5. Lava e reutiliza;
6. Outro_____

27) Onde o sr. aprendeu as técnicas de plantar e criar que utiliza? (Resp. múltipla)

1. Com os pais ; 2. Com o avô ; 3. Com um técnico do movimento ; 4. Com algum outro técnico; 5. Com o (s) fazendeiro (s) com quem trabalhava; 6. Com um irmão mais velho;
7. Outro _____

28) Sempre que acontecem, o Sr (a) participa dos mutirões do assentamento?

1. Sempre ; 2. de vez em quando; 3. nunca

29) O Sr (a) costuma caçar? 1. regularmente; 2. às vezes; 3. Nunca

30) O Sr (a) costuma pescar? 1. regularmente; 2. às vezes; 3. Nunca

31) **1** Teve que desmatar para formar roça ou pasto ou **2** Achou tudo pronto?

32) Possui: 1. Vaso sanitário; 2. Casinha (mictório); 3. Vai ao mato.

33). Há sistema de **fossa**? 1. SIM 2. Não

34) Possui:

1. Televisão; 2. Parabólica; 3. Geladeira 4. Rádio/som; 5. Bicicleta; 11. Fogão a gás
6. Carro; 7. Moto; 8. Tanquinho; 9. Micro-ondas; 10. Celular; 12. Outros

35) Teve algum tipo de ajuda do Governo? 1. Sim; Não 2.

(Se SIM) - Quais Projetos foi beneficiado? _____

36) O Sr (a) utilizou a verba do Governo (Ler cada item e circular a resposta certa):

- | | |
|---------------------------------|--|
| 1. Para construir a casa? | 5. Para desmatar e formar pasto ou roça? |
| 2. Para comprar adubos? | 6. Para fazer cerca de arame? |
| 3. Para comprar sementes? | 7. Para Comprar vacas ou bezerros? |
| 4. Para comprar alguma máquina? | 8. Outros _____ |

37). Na sua opinião, os agricultores de fora do assentamento:

- | | | | | |
|---|---------|---------|----------------|-------------|
| a) Cuidam da Conservação do solo? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe... | 4. Outra R. |
| b) Preservam as áreas de mata? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe | 4. Outra R. |
| c) Conservam bem as águas e as nascentes dos rios? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe | 4. Outra R. |
| d) Preservam os animais (animais selvagens e outros)? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe | 4. Outra R. |

38). E quanto aos agricultores de dentro do seu assentamento, eles:

- | | | | | |
|---|---------|---------|-------------|-------------|
| a) Cuidam da Conservação do solo? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe | 4. Outra R. |
| b) Preservam as áreas de mata? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe | 4. Outra R. |
| c) Conservam bem as águas e as nascentes dos rios? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe | 4. Outra R. |
| d) Preservam os animais (animais selvagens e outros)? | 1. Sim; | 2. Não; | 3. Não sabe | 4. Outra R. |

39). No seu entender, quais os elementos que fazem parte da natureza? (Resp. múltipla). Explorar

- | | |
|---------------------|------------------|
| 1. A paisagem | 7. O homem |
| 2. Os Animais | 8. A terra |
| 3. As águas | 9. A chuva |
| 4. As árvores/Matas | 10. As flores |
| 5. Os pássaros | 11. O verde |
| 6. As pastagens | 12. Outros _____ |

40). Na sua opinião, é **importante** preservar a natureza? 1. Sim;
2. Não

(Se **sim**), Em primeiro lugar qual é razão **mais importante** de preservar a natureza? Ler as alternativas

(Resp. única).

1. Para garantir a sobrevivência da espécie humana
2. Para conservar a beleza da paisagem e os animais que nela vivem
3. Porque foi Deus quem a criou ou
4. Para permitir o desenvolvimento do turismo?
5. Outra resposta (anote) _____

41). E em segundo lugar, qual é razão **mais importante** de preservar a natureza? Ler as alternativas

(Resp. única).

1. Para garantir a sobrevivência da espécie humana
2. Para conservar a beleza da paisagem e os animais que nela vivem
3. Porque foi Deus quem a criou ou
4. Para permitir o desenvolvimento do turismo?
5. Outra resposta (anote) _____

42). O desmatamento é prejudicial ao meio ambiente?

1. Sim;

2. Não

(Se sim), No seu entender o que o desmatamento poder causar ao meio ambiente? (Explorar)

- | | |
|--|--|
| 1. Erosões | 6. Altera o clima |
| 2. Seca as nascentes d'água | 7. Causa assoreamentos dos rios e córregos |
| 3. Diminuição dos bichos (pássaros, peixes, animais selvagens) | 8. Diminui os animais de caça |
| 4. Empobrecimento dos solos | 9. Diminui as chuvas |
| 5. Resseca a terra | 10. Outras respostas _____ |

43). E se você fosse um agricultor que precisasse desmatar para sobreviver e que não tivesse outra maneira de produzir renda a não ser desmatando. O que você faria? (Ler as alternativas) **Resp. única.**

1. Você desmataria de qualquer maneira para plantar roça e formar pastagem para produzir?
2. Você não desmataria de jeito nenhum, mesmo não podendo fazer renda sem desmatar?
3. Você desistiria do lote o se mudaria para outro lugar? Ou
4. Ficaria com o Lote e procuraria trabalhar de outra maneira e em outro lugar?
5. Outra resposta _____

44). A maneira de produzir dos parceiros deste assentamento, prejudica

1. Muito

2. Pouco ou

3. Nada a natureza?;

4. Outra Resp.

45). No seu entender, para que servem as águas dos rios e dos córregos? (Resp. Múltipla). Explorar

1. Para beber (consumo doméstico)
2. Para tomar banho
3. Para irrigação/ lavoura
4. Para os animais beberem
5. Para embelezar a Terra
6. Para pescar
7. Para benefício de toda natureza
8. Outros _____

46). Na sua opinião, para que serve o Cerrado?

Explorar (Resp. múltipla)

1. Para desmatar e fazer lavoura
 2. Para fazer pastagens
 3. Para criar animais (Pecuária)
 4. Para extrair plantas medicinais
 5. Para dar frutos
 6. Para embelezar o meio ambiente
 7. Para agasalho dos animais
 8. Para extração de madeira
 9. Para caçar
 10. Outras
- resp.
-

47). Existe área de cerrado em seu Lote? 1. Sim; 2. Não; 3. Não sabe.

48). O que você faz com o lixo doméstico que é acumulado em seu Lote?

1. Enterra
2. Queima
3. Ensaca e Joga fora
4. Joga nalgum buraco
5. Fica jogado no quintal
6. Outra resp. _____

49). O lixo que é produzido em seu lote polui 1. Muito; 2. Pouco; ou 3. Nada?

50). Você acha que a natureza está sendo modificada? 1. Sim ; 2. Não

(Se sim), Ela está sendo modificada: 1. Por si mesma ou 2. Pela ação do ser humano?

51). Você acha que a natureza está sendo destruída? 1. Sim ; 2. Não; 3. Não sabe

52. (Se sim), Por quê? (Resp. única – ler as alternativas):

1. Pela necessidade de sobrevivência da humanidade
2. Por falta de conscientização das pessoas
3. Por falta de amor ao que Deus criou
4. Por falta de saber preservar a natureza
5. Não sabe
6. Outro _____

53) Anotar do que é feita a casa do assentado 1. Alvenaria2. Taipa3. Outro

54) N° do lote _____ Primeiro nome do assentado _____

ANEXO 3 – Roteiro para entrevista (gravada)

I – História de vida

1. Em que estado ou município o assentado nasceu; qual foi seu percurso até o assentamento e quais foram as razões de vir para o PA? Quais as atividades que o levaram à condição de assentado?
2. Ele sempre foi agricultor ou já exerceu outras profissões?
3. Quais são seus projetos de vida no assentamento, para o ele e para sua família?

II – Relação do entrevistado com a luta pela terra

1. Levantar o contexto em que vivia (como agricultor ou não) e as razões da sua inserção no processo que o levou à condição de assentado.
2. Como ficou sabendo da formação do grupo, por que decidiu fazer parte do grupo, se houve ocupação, se ficou acampado e por quanto tempo **ou** se entrou na terra por compra.
3. O que mais aprendeu no período em que esteve acampado e o que foi mais difícil.
4. Quem mais o auxiliou na conquista da terra? Quem mais atrapalhou?

III – Relação do entrevistado com os mediadores

1. Se é sindicalizado, se é sócio da associação do assentamento, se o parceleiro participa com frequência das atividades da associação.
2. Esse PA é dirigido por alguma entidade, qual?
3. Ele considera melhor o PA andar sozinho ou sob a direção de alguma entidade.
4. Se participou de cursos de formação da CPT, FETAEG, Sindicato ou do MST.
5. Explorar a relação com os mediadores: se houve cursos sobre produção, preservação ou sobre o meio-ambiente, ministrados pela CPT, Fetaeg, Sindicato ou MST.

IV – Exploração do questionário

1. Opções de produção – Observar as respostas dadas no questionário: por que planta tais culturas (destacar as citadas no questionário) – por opção, por tradição ou por influência dos mediadores (MST, Fetaeg).
2. Se cria gado, ver se o pasto é suficiente. Com quem aprendeu as técnicas de plantar e de criar? Se costuma fazer queimadas, se utiliza agroquímicos, etc.

(Sobre a percepção da natureza):

3. Na sua opinião, os agricultores de fora do assentamento tratam/preservam bem a natureza?
4. E quanto aos agricultores do seu assentamento, eles tratam bem a natureza?
5. No seu entender, quais são os elementos que fazem parte da natureza?
6. Na sua opinião, é importante preservar a natureza? (Se, sim, por quê?)
7. O desmatamento é prejudicial ao meio ambiente? (Se, sim, por quê?)
8. Se ele recebesse um lote, mas não pudesse desmatá-lo de jeito nenhum, o que faria – continuaria com o lote, sem poder desmatar, ou desistiria e iria procurar outro?
9. A maneira de produzir dos parceiros deste assentamento prejudica a natureza?
10. No seu entender, para que servem as águas dos rios e dos córregos?
11. Na sua opinião, o que é cerrado? Para que serve?
12. Existe área de cerrado em seu lote?
13. O que você faz com o lixo doméstico acumulado em sua casa?
14. O lixo que é produzido em seu Lote causa poluição ao meio ambiente?
15. Ele acha que a Natureza está sendo modificada destruída? Por quê?

ANEXO 4 – FIGURAS ILUSTRATIVAS DA SITUAÇÃO AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RANCHO GRANDE E BOA ESPERANÇA

Ilustração 1 – Erosão em uma das parcelas no Rancho Grande / agosto de 2004



Foto da autora.

Ilustração 2 – Pisoteamento de uma nascente no Rancho Grande / agosto de 2004



Foto da autora.

Ilustração 3 – Assoreamento do Córrego Resende no Rancho Grande / agosto de 2004



Foto da autora.

Ilustração 4 – Área de floresta queimada no Boa Esperança / agosto de 2004



Foto da autora.

Ilustração 5 – Assoreamento do Rio Vermelho no Rancho Grande / outubro de 2004



Foto da autora.

Ilustração 6 – Extração de orquídea para fins comerciais por parceleiro do Rancho Grande/outubro de 2004



Foto da autora.

Ilustração 7 – Extração de aroeira no Rancho Grande / outubro 2004

